

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E INCLUSÃO DOS SEGMENTOS
QUILOMBOLAS NA PARAÍBA: REFERÊNCIAS E ANÁLISES SOBRE A FALA
IDEAL

MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA TESSAROTTO

JOÃO PESSOA – PB

2009

RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E INCLUSÃO DOS SEGMENTOS
QUILOMBOLAS NA PARAÍBA: REFERÊNCIAS E ANÁLISES SOBRE A FALA
IDEAL

MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA TESSAROTTO

Orientador: Profº. Dr. Wellington Pereira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Sociologia, área de concentração em Sociologia da Mídia.

JOÃO PESSOA – PB

2009

T338r Tessorotto, Marco Antônio de Oliveira.

Radiodifusão comunitária e inclusão dos segmentos quilombolas na Paraíba: referências e análises sobre a fala ideal / Marco Antônio de Oliveira Tessorotto. - João Pessoa: [s.n], 2009.

115 f.: il.

Orientador: Wellington Pereira.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

1.Sociologia da comunicação. 2.Rádios comunitárias. 3.Comunidades Quilombolas. 4.Teorias da ação comunicativa.

UFPB/BC

CDU: 316.77(043)

Marco Antônio de Oliveira Tassarotto

RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E INCLUSÃO DOS SEGMENTOS
QUILOMBOLAS NA PARAÍBA: REFERÊNCIAS E ANÁLISES SOBRE A FALA
IDEAL

Avaliado em 02 / 09/2009 com média 10

Banca examinadora da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Profº. Drº. Wellington Pereira – PPGS – UPFB

Orientador

Profª. Dra. Tereza Correia da Nóbrega – PPGS - UFPB

Membro da banca

Profº. Dr. Luiz Custódio da Silva – DECOM-UEPB

Membro da banca



**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA
PARA EXAMINAR O ALUNO MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA TESSAROTTO.**

Aos dois dias do mês de setembro de Dois Mil Anos e Nove, às 14h00, na sala de 507 do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, realizou-se a sessão pública de defesa de Dissertação, intitulada: "Radiodifusão comunitária e inclusão dos segmentos Quilombolas na Paraíba: referências e análises sobre a fala ideal", apresentado pelo aluno Marco Antônio de Oliveira Tassarotto, sendo a Comissão Examinadora composta pelos Professores Doutores: Wellington Pereira (orientador/PPGS/UFPB), Luiz Custódio da Silva (membro/UEPB) e Tereza Correia da Nóbrega Queiroz (membro/PPGS/UFPB). Dando início aos trabalhos, o Professor Wellington Pereira, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou os membros da banca examinadora para compor a mesa. Em seguida foi concedida palavra ao mestrando para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi argüido pelos membros da Comissão. Encerrado os trabalhos de argüição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, ao qual foi atribuído o seguinte conceito APROVADO, nota 062. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a LEI, expedir o respectivo Diploma de **MESTRE EM SOCIOLOGIA**. Sendo a presente ATA, assinada por mim, Nancy Azevedo da Silva, Nancy Azevedo da Silva, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e demais membros da Comissão.

Wellington Pereira
(orientador/PPGS/UFPB)

Luiz Custódio da Silva
(Membro/UEPB)

Tereza Correia da Nóbrega Queiroz
(Membro/PPGS/UFPB)

Marco Antônio de Oliveira Tassarotto
Marco Antônio de Oliveira Tassarotto
Mestrando

*“Às vezes esclarecimento implica memória
crítica de certas tradições de liberdade”*

Flávio Beno Siebeneicher

AGRADECIMENTOS

Agradecer é, antes de tudo, um processo de memória pelo qual recordamos daquelas pessoas, mestres e Instituições que nos apoiaram em um momento tão decisivo de nossas vidas.

Em primeiro lugar, ao grande Deus que pôs na face da Terra, homens e mulheres, seres tão complexos, cheios de sonhos, subjetividades e esperanças. Onde suas atuações no mundo social é o nosso foco de estudo e admiração.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba e seu corpo docente por acreditar no projeto apresentado, pela dedicação, paciência e compreensão nos momentos de dúvida. Pela disponibilidade em seus gabinetes, salas e, até mesmo, lares. Meu muito obrigado por acreditar em nossas idéias.

Ao meu orientador, Professor Dr. Wellington Pereira pela construção conjunta da dissertação, pelos momentos constantes de reflexão, incentivo à pesquisa de campo e apontamentos teóricos necessários. À professora Dra. Tereza Queiroz pelo pronto auxílio e escuta no desenvolvimento de artigos e resumos.

Ao meu ex-orientador da graduação em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba, Professor Dr. Luiz Custódio da Silva, que acreditou no projeto do TAO e deste fruto, pôde-se apresentar o fio condutor desta dissertação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPQ, pelo enorme apoio no sentido de promover a obtenção dos recursos técnicos necessários à pesquisa de campo.

Ao Professor Dr. José Carlos Leite que tão bem trabalhou nos ajustes finais do questionário e processamento de dados da pesquisa pelo SPSS.

À minha mãe, Joselita de Oliveira Tessarotto, irmã, Thais de Oliveira Tessarotto e família por acreditarem na construção intelectual, pelo esforço sem limites em busca dos sonhos e objetivos, enfim, por tudo. Ao meu pai, Clementino Tessarotto (*in memoriam*) pelos momentos de respeito e compreensão mútuos, que jamais irei esquecer.

Enfim, ao povo negro quilombola e moradores das cidades de Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia que tão bem me recepcionaram, mesmo com um gravador em uma das mãos e questionários em outra. Aos amigos do Brasil e da Itália pelo desenvolvimento de trabalhos, projetos de apoio e organização das comunidades negras

da Paraíba, a exemplo do registro imagético das comunidades idealizado por Alberto Banal e sua esposa Francinete Fernandes.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	I
SUMÁRIO	II
RESUMO	III
RIASSUNTO	IV
APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS	1
METODOLOGIA	5
 CAPÍTULO 1 - AS MINORIAS E A COMUNICAÇÃO: A QUESTÃO DO DIREITO A VOZ	 08
1.1 A liberdade das vozes na rádio e a busca pela construção de coletividades	10
1.2 As vozes na rádio comunitária: a construção da democracia e da identidade no espaço público local	14
1.3 A transmissão da cultura e da tradição nas mídias comunitárias	18
1.4 Ideologia conservadora na gestão das rádios comunitárias: diálogo possível?	19
1.5 Comunidades de sentido na construção da democracia nas rádios comunitárias	21
1.6 A rádio comunitária e sua recepção nas comunidades rurais/negras	23
 CAPÍTULO 2 - AS POLÍTICAS PÚBLICAS FOCADAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: NATUREZA E ESPECIFICIDADE	 24
2.1 As políticas públicas nas comunidades tradicionais periféricas	26
2.2 Esfera pública e a natureza da política focal	27
2.3 Construção e manutenção do neocoronelismo na rádio comunitária	30
2.4 A comunicação e o interesse público: o problema da burocracia nas concessões	33
2.5 Os desafios na construção da participação popular na rádio comunitária	35

2.6 O encobrimento do outro na rádio: superação pelas ações coletivas	36
CAPÍTULO 3 - A DEMOCRACIA DAS VOZES NAS RADCOMS: A BUSCA PELA RAZÃO COMUNICATIVA EMANCIPATÓRIA	39
3.1 Habermas e a Escola de Frankfurt: contribuição e superação do negativismo histórico	41
3.2 O Pragmatismo Americano: influências e método	43
3.3 Teoria Habermasiana do Agir Comunicativo e a prática social	45
3.4 Conflito de interesses na rádio: o espaço do mundo vital e o sistema colonizador	50
3.5 As fragilidades da emancipação do sujeito no espaço público: o reconhecimento e a busca pela pluralidade e visibilidade	53
CAPÍTULO 4 - CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA RÁDIO COMUNITÁRIA CIDADÃ	56
4.1 O modelo ideal de comunicação comunitária: uma aproximação com o pluralismo e protagonismo social	58
4.2 A reconfiguração do espaço público local	59
4.3 A lógica de ação das rádios comunitárias de Alagoa Grande, Serra Redonda e Santa Luzia	61
Considerações finais	63
Referências bibliográficas	65
Apêndice I – Questionários e Quadros amostrais da pesquisa de campo	
Apêndice II – Transcrição completa das falas	
Apêndice III – Entrevistas – opção escrita	
Apêndice IV – Tabelas SPSS	
Apêndice V – A História das Rádios Comunitária	

Resumo

O presente trabalho tem como objetivos verificar a presença nas rádios comunitárias de Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia de programas produzidos pelos quilombolas, identificando o tipo de influência que estas mídias exercem e, se as mesmas fortalecem ou desconstroem as identidades culturais das comunidades negras rurais. Na análise da referida problemática buscou-se suporte bibliográfico na obra de Habermas sob a perspectiva dos olhares de estudiosos brasileiros: Siebeneichler na Teoria da Ação Comunicativa e Leal que aborda a questão da reconfiguração da Esfera Pública local. O material de campo foi elaborado em forma de entrevistas participativas com base em Peruzzo e codificado seu conteúdo de acordo com a temática da democratização das comunicações em Vergara e Bardin. Ainda, nesta pesquisa, traçamos o percurso e contexto histórico das rádios livres no Brasil e no mundo, discorrendo como as forças sistêmicas do novo coronelismo eletrônico se apoderaram da comunicação comunitária nestas cidades. A pesquisa de campo revelou a problemática existente entre os discursos do ser urbano e o rural e, desta perspectiva, os sujeitos falantes apontam os possíveis diálogos e caminhos para o retorno do entendimento mútuo, ora perdido.

Palavras-chave: Rádios Comunitárias; Teoria da Ação Comunicativa; Novo Coronelismo Eletrônico

Riassunto

Il presente lavoro ha come obiettivo di verificare l'esistenza nelle radio comunitarie di Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia, di programmi realizzati dai "quilombolas", individuando quale influenza esercitano questi mezzi e se essi contribuiscono a rafforzare o a disgregare le identità culturali delle comunità nere rurali. Per l'analisi di queste problematiche ci si è avvalsi del supporto bibliografico dell'opera di Habermas mediata dalla prospettiva ottica di studiosi brasiliani come Siebeneichler con la sua Teoria da Ação Comunicativa (Teoria dell'Azione Comunicativa) e Leal che affronta la questione della riconfigurazione della Sfera Pubblica locale. Si è fatto ricorso anche alla ricerca sul campo sotto forma di interviste parteciate secondo il metodo di Peruzzo e codificandone il contenuto secondo la teoria della democratizzazione delle comunicazioni di Vergara e Bardin. La ricerca ripercorre anche il contesto storico delle radio libere in Brasile e nel mondo, evidenziando come le forze sistemiche del Neocorolenismo Elettronico si siano impadronite della comunicazione comunitaria in queste città. La ricerca di campo ha rivelato che dove si può osservare un parallelismo di opinioni tra centro urbano e ambiente rurale, e di conseguenza, additare attraverso le testimonianze degli intervistati, i possibili dialoghi e vie per ritrovare la reciproca intesa ormai perduta.

Parole chiave: Radio Comunitarie; Teoria dell' Azione comunicativa; Neocoronelismo elettronico

APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS

A discussão acerca da inclusão dos segmentos quilombolas na rádio comunitária: referências e análises sobre a fala ideal pretende dar continuidade as inquietações levantadas no trabalho monográfico da graduação (TAO), desenvolvido e apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba sob o título: “O registro da Comunicação Oral e da Memória para a preservação das identidades culturais nas comunidades quilombolas do Matão, Caiana dos Crioulos e Talhado”, no Estado da Paraíba.

Na Paraíba são mais de 36 comunidades negras, muitas destas, nas zonas rurais dos vários municípios no interior da Paraíba. A princípio o pré-projeto apresentado e aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba previu a inserção da Comunidade Remanescente de Quilombo do Matão, município de Mogeiro/Gurinhém, no agreste paraibano. A comunidade do Matão foi excluída da análise, pois na mesma, não foi possível captar o sinal de nenhuma rádio comunitária, tanto da cidade de Mogeiro, bem como de Gurinhém. Objetivando os melhores resultados possíveis, a referida comunidade foi substituída pela Comunidade Remanescente de Quilombo do Matias, no município de Serra Redonda, situada no agreste paraibano.

O contexto e os porquês da pesquisa

O principal desafio no séc. XXI é a construção de um conhecimento agregador de saberes sociais e saberes científicos. A síntese destas duas formas de cultura, da sua história, mas que, ao mesmo tempo, forjarão as condições necessárias para um dialogo consigo mesmo e com o mundo.

O território quilombola se constitui enquanto um agrupamento de pessoas que se reconhecem com a mesma ascendência étnica, que passam por inúmeros processos de transformações culturais como formas de adaptação resultantes do caminhar da história, mas se mantêm, se fortalecem e redimensionam as suas redes de solidariedade.

Neste conflito contra-hegemônico (sistêmico), uma das questões que norteiam as comunidades negras é uma luta que ainda está por se travar, estas comunidades desejam apenas existir enquanto negros que de fato são, e não como brancos. Este processo de branquecimento pôde ser detectado pela presença na coordenação das rádios comunitárias de homens brancos, com mais de 25 anos e segundo grau completo.

O tema da democratização das comunicações no Brasil é instigante, pois, assim como a terra, tornou-se objeto e privilégio de poucos muito ricos, os quais destes se utilizaram como poder e mecanismo de acúmulo de poderes.

Por que estudar a rádio comunitária?

A resposta desta pergunta se baseia nas primeiras experiências de democracia direta se apóiam na valorização da comunicação como mecanismo dialógico, onde são formulados e postulados os acordos, entendimentos, críticas, opiniões e propostas para a solução de suas necessidades locais frente aos desafios impostos por uma rede hegemônica e global do capital.

Nas experiências de comunicação alternativa no mundo foi possível perceber que esta nova forma de diálogo é uma nova forma do cidadão comum dialogar diretamente com o poder público, almejando as instâncias da política oficial e as diferentes instâncias civis e suas diversas lutas sociais.

Para tanto, tais mudanças necessitam de governos democráticos que possam fiscalizar e articular políticas que permitam o equilíbrio entre os interesses e demandas entre maiorias e minorias, e para tanto dialogar para a superação dos problemas em comum.

A questão aqui proposta a ser analisada com os membros das comunidades quilombolas dizem respeito diretamente à democratização dos meios de comunicação com os seguintes questionamentos e hipótese: a rádio comunitária contempla a participação dos segmentos negros em sua grade de programação? A atual programação é de interesse dos segmentos rurais?

O fio de meada

A motivação para o presente estudo encontra-se no direito à voz como algo que é para todos os segmentos sociais e a importância da comunicação para preservação da memória e identidade cultural das comunidades negras. Ademais, a edição da Lei 9.612/98 com propósito da criação da radiodifusão comunitária e do órgão que regulador e fiscalizador de sua aplicação, Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) deverem primar pela democratização do sistema e a Universidade, o uso dos instrumentos técnicos, teóricos e científicos, analisando e detectando as divergências “in loco” da rádio comunitária e sua influência no mundo dos quilombolas.

A escolha dos quilombolas deveu-se primeiro à histórica dívida do país para com os afrodescendentes; segundo pela possibilidade de observação da rádio comunitária, seus alcances e contribuições para o exercício do entendimento, emancipação e democratização das informações. Em terceiro, a realização de uma pesquisa sociológica adequada para atingir os fins, analisando sistematicamente as entrevistas com os quilombolas das cidades de Alagoa Grande, Serra Redonda e Santa Luzia visando verificar se a rádio comunitária cumpre seu papel de coesão social e a inclusão dos segmentos minoritários.

O termo participação sempre encontrou resistência para sua efetivação devido aos regimes autoritários nos países latino-americanos, por isso, grande parte da nossa população encontra-se numa situação de apatia política e participativa quanto ao dever de somar-se as instituições ou organismos de caráter popular, como é o caso das rádios comunitárias.

O Brasil possui uma população de ascendência africana superior a 40% (IBGE, 2006, p. 246) do total de 180 milhões, não tendo empreendido movimento concreto no sentido de combater a discriminação racial e o acesso da Comunicação e seus instrumentos à população negra, no sentido de igualdade de oportunidades da informação e na preservação de sua oralidade, identidade cultural e de sua memória.

A participação não é algo dado, mas sim construído no momento em que as concessões da radiodifusão comunitária possam se despolitizar, e ao mesmo tempo, assumir posições mais transparentes, convocando todos os segmentos locais para a gerência deste equipamento público. É verdade que a discriminação da cor é freqüente e arraigada na cultura brasileira e estereotipada pelos grandes meios que difundem o *lôcus societário* de uma elite branca, gerando ao indivíduo negro uma constante tensão para a

sua adequação aos modelos impostos e ao mesmo tempo, a necessidade da conservação das suas identidades e de seu passado.

Nas áreas de remanescentes de quilombos esse estudo permitirá, se confirmadas as hipóteses levantadas, conhecer e contribuir para que os quilombolas possam preservar o resto de sua história, além dos cânticos, da dança e dos seus diálogos, utilizando a própria visão sobre o conhecimento de suas expressões culturais, por meio de um instrumento moderno que é o rádio e sua implantação no território negro/rural.

A radiodifusão comunitária estaria solicitando ou criando condições para a participação das comunidades locais na gestão deste aparelho? O rádio é o meio de comunicação mais expressivo, não perdendo seu alcance, com as mídias pós-modernas nas cidades interioranas. No remanescente de quilombo de Caiana dos Crioulos, a pequena distância que separa o centro de Alagoa Grande em relação ao quilombo, permite que na comunidade haja a recepção da rádio comunitária, que diariamente difunde notícias sobre o quilombo e suas atividades, mas inexistente um programa elaborado pelos próprios quilombolas.

Na busca por respostas objetivas que respondessem as interrogações levantadas, partimos do ponto central que foi de analisar a grade de programação das rádios comunitárias que cobrem os territórios quilombolas das comunidades do Matias (Serra Redonda), Caiana dos Crioulos (Alagoa Grande) e Talhado (Santa Luzia), em cumprimento aos artigos 2 e 3 da Lei 9.612/98, interesses na radiodifusão para fins de preservação da identidade cultural dos quilombolas. E da resposta a este questionamento, verificar como as rádios comunitárias das cidades de Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia incluem na sua programação a participação dos segmentos da população local, em especial os interesses dos quilombolas de acordo com os termos da Lei 9.612/98; identificando o tipo de influência que as mídias comunitárias podem exercer, fortalecendo ou desconstruindo as identidades culturais das comunidades quilombolas escolhidas neste presente estudo; e por fim, analisar como as comunidades quilombolas reagem e interagem com os processos de construção de uma Rádio Comunitária, preservando a forma coletiva de sua vida quilombola garantindo e distribuindo, com fidelidade e celeridade, as informações necessárias a cidadania plena nessas áreas remanescentes.

METODOLOGIA

A metodologia de análise das ciências sociais que permitiu a compreensão da problemática do objeto foi norteada pela sociologia descritiva sob o olhar Weberiano das ações sociais voltadas para a construção de uma relação de afetividade, de construção da comunhão coletiva no espaço da rádio comunitária e, desta perspectiva, visualizar com clareza a existência do campo de forças conflituoso à luz do pensamento Habermasiano.

A comunicação científica necessita de canais de análise que tornem válidas as hipóteses levantadas, cujo cientista “teve idéia da pesquisa até o momento em que os resultados de seu trabalho são aceitos como parte integrante do conhecimento científico”. Silva (2001 apud GARVEY, 1979, p.1). Neste caso específico foram utilizadas diversas fontes informais de comunicação que tornaram possíveis a interação entre pesquisador e entrevistado, em contato direto “face a face”. (SILVA, 2001, p.14).

A expansão do mercado e do neoliberalismo pós anos 90 fez alguns pesquisadores indagarem sobre as distorções dos fluxos informacionais entre a metrópole e o global que excluíram do sistema, as vozes locais, Gonçalves (2005). Ora nesta fase, Canclini (2002) concluiu que há um predomínio das vozes dos estabelecidos (neocoronéis) como porta-vozes oficiais das mídias impressas no México.

A história da radiodifusão comunitária se insere na luta pela legalização das rádios livres no mundo, Leal (2008). No Brasil, a crescente implantação do Estado mínimo pós anos 70 fez fortalecer no espaço local, a figura do neocoronel, Cohen (1989).

O desenvolvimento do presente estudo, de acordo com os objetivos definidos foram utilizadas as técnicas de observação direta (Silva, 2001, p.15), e aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas (SPSS) e gravação de trechos da programação das rádios em estudo. As comunidades, municípios e o registro destas entidades no Ministério das Comunicações são respectivamente: 1) Matias – Serra

Redonda – Rádio Comunitária Sorriso da Serra; 2) Caiana dos Crioulos – Alagoa Grande – Rádio Comunitária Piemonte; 3) Talhado – Santa Luzia – Rádio Comunitária Santa Luzia 104 FM.

Nas referidas cidades foram realizadas 68 entrevistas, sendo que desde total, 34 são do sexo masculino e 34 do feminino. As visitas ao campo aconteceram entre os dias 19-20/08/2008 (Serra Redonda); 30-31/08/2008 (Alagoa Grande) e 02-03/09/2008 (Santa Luzia).

A pesquisa aplicada com questionários qualitativos aliado a uma análise quantitativa dos dados estatísticos pôde demonstrar a existência de dois discursos divergentes quanto ao papel social que as rádios estão exercendo nestas cidades. Uma das dificuldades da realização da coleta de dados é o estranhamento do pesquisador que realiza uma observação individual. A pesquisa revelou que mesmo diante de um questionário já elaborado revela surpresas, por isso optamos por um modelo estruturado em sua primeira parte e na última com questões abertas onde o sujeito pôde expressar com clareza a existência de um campo conflituoso entre o rural e o urbano, o que não estava previsto no projeto de elaboração desta dissertação

A análise do conteúdo das programações e entrevistas foram realizadas por dois dias em cada comunidade citada acima. A pesquisa de campo constituiu-se à análise teórica em quatro momentos: ação, descrição, diálogo com a comunidade (FUSER, 2002) e reflexão do grupo acerca de sua participação na programação da rádio comunitária (PERUZZO, 1998) conforme questionários em anexo.

A construção teórica teve por base a análise da grade de programação das rádios comunitárias de Alagoa Grande, Serra Redonda e Santa Luzia que confirmaram as exclusões nestes espaços de atividades culturais quilombolas, dos sitiantes, do ser rural.

Para tanto, De Boni (2003) fala a respeito do trabalho de um cientista social engajado, dizendo que “os olhos e os ouvidos do pesquisador estavam abertos para o pano de fundo, para o mundo dos entrevistados” (DE BONI, 2003, p. 235).

Na verificação das hipóteses H0 e H1 foram utilizadas para tanto questionário semi-estruturado com três tipos de formulações específicas do público entrevistado, ou seja, tipo 1 (centro urbano), tipo 2 (comunidade) e tipo 3 (direção da rádio comunitária) e através dos dados obtidos puderam trazer à tona os direcionamentos necessários para a finalização deste levantamento descritivo.

Estes números revelaram a sobreposição da Hipótese (H1) sobre a (H0) ou nula. Na hipótese (H0) pensava-se que, em ambas as populações, não encontrariam opiniões discordantes sobre o papel social da rádio, o que não foi confirmado, atestando assim, a confirmação central da problemática proposta no projeto inicial sobre a inclusão dos segmentos quilombolas na rádio. Foi possível verificar na pesquisa de campo que a exclusão na rádio comunitária não atinge somente aos quilombolas, mas todos os sítiantes, sindicalistas e líderes de assentamentos rurais nas cidades de Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia.

Visando atender os propósitos das hipóteses levantadas utilizamos como suporte técnico específico das ciências exatas com o programa SPSS (Social Package of Social Sciences) que foi supervisionado pelo Profº Dr. José Carlos Leite (UFPB) que tratou de referendar os “critérios de coesão, consistência, originalidade e objetivação” das hipóteses e objetivos pensados neste trabalho dissertativo.

Os documentos oficiais quase inexistentes se tornaram inacessíveis no período da pesquisa de campo, tendo em vista, a dificuldades do período eleitoral no segundo semestre de 2008 em que os ânimos estavam acirrados. Nestes casos específicos opta-se por uma análise de método fenomenológico de Husserl apud Silva (2001), onde: “o sujeito/ator é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento” e, deste ponto, os sujeitos e atores sociais do processo de construção e consolidação destas rádios atuaram como importante ferramenta de registro e resgate histórico, onde muitos participaram ativamente da mobilização inicial, a exemplo da Rádio Sorriso da Serra em Serra Redonda, realocando para um plano de destaque as falas dos depoentes sobre as histórias das rádios comunitárias tomadas neste estudo.

CAPÍTULO 1 - AS MINORIAS E A COMUNICAÇÃO: A QUESTÃO DO DIREITO A VOZ

A presente temática trata de trazer à luz da discussão uma possível caracterização das comunidades negras e das pesquisas sociais, tentamos enquadrá-las em um perfil de minoria social, que na prática da pesquisa de campo nas comunidades do Matias (Serra Redonda), Caiana dos Crioulos (Alagoa Grande) e Talhado (Santa Luzia) revelou ser um conceito que necessita de outras reflexões e ângulos conceituais. Desta perspectiva, o teórico Muniz Sodré (2005) diz que:

a noção contemporânea de minoria – isto que aqui se constitui em questão – refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidos com as diversas modalidades pela questão social. (SODRÉ, 2005, p. 11-2). Grifo nosso

Ora aqui, a noção de minoria apresentada por Sodré (2005) não se enquadra no caso específico das comunidades negras, pois as mesmas não possuem acesso ou diálogo com as ‘instâncias decisórias do Poder’, incluindo o espaço da radiodifusão dita por “comunitária” nas cidades pesquisadas. Desta constatação, as comunidades negras/rurais figuram-se como um sub-grupo ou espaço dentro das minorias.

A existência de um grupo minoritário pressupõe uma característica inerente a sua constituição que é o impulso de transformação e mobilidade social, é:

uma configuração de pontos ou de forças, é um campo de fluxos que polariza as diferenças e orienta as identificações (...), lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder, **onde** pode-se afirmar que o negro no Brasil é mais um lugar do que o indivíduo definido pura e simplesmente pela cor da pele. (SODRÉ, 2005, p. 10)

Em Sodré (2005), a minoria e seus “subgrupos” adjacentes possuem três características básicas de identificação: o primeiro trata da **vulnerabilidade jurídico-social** (muitas destas comunidades negras não possuem o título de posse de suas terras, muitos são analfabetos, sem documentos). O segundo da **identidade *in statu nascendi***, do “ponto de vista de sua identificação social, a minoria apresenta-se e vive desse eterno recomeço”, das forças e ânimos característicos de estados recém-criados. O terceiro é a sua **luta contra-hegemônica**, “uma minoria luta pela redução do poder hegemônico” e a descentralização do poder. E por último, fazem o uso prioritário de **estratégias discursivas** (*grifos nossos*) que são as “estratégias de discurso e de ações demonstrativas” (SODRÉ, 2005, p. 13-15), a exemplo da 1ª mini maratona quilombola da Paraíba, na cidade de Alagoa Grande no dia 25 novembro de 2007.

A partir do exposto, Sodré (2005) encerra sua teorização acerca do conceito de minoria que “é uma recusa de consentimento, é uma voz de dissenso em busca de uma abertura contra-hegemônica no círculo fechado das determinações societárias”. É a partir desta via apontada por Sodré (2005, p. 14) que se caracteriza o lugar onde as comunidades quilombolas na Paraíba exercem ou tentam viabilizar suas ações diante dos poderes públicos locais nisso percebe-se, numa zona grise, a necessidade de construir o conceito de subminoridade.

A invisibilidade das minorias e seus sub-grupos sociais é ampliada por uma comunicação e “mídia **que** responsabiliza-se hoje por todas as mediações sociais, é ela que regula a relação do indivíduo com o mundo e com seus pares”, Paiva (2005, p. 16). Entretanto, aquilo (a mídia enquanto instrumento-meio para as mediações sociais) assume também o papel pela “espetacularização do cotidiano”, certamente a mais forte tônica gerada pela lógica midiática, conjuga-se sincronicamente com os paradigmas do mercado, onde a rádio comunitária passa a difundir notas e comentários gerais, sem aprofundamento crítico e debate, superando assim, as contradições dialógicas em prol da solidariedade.

Paiva (2005) faz um alerta sobre as ações destes grupos minoritários e a “incorporação de novas tecnologias, nas estratégias de luta”. A pesquisa revelou que estes instrumentos tecnológicos empregados na rádio comunitária não libertam, mas exercem uma nova forma de controle social. Eis que diante de um “Estado que é uma das mais efetivas mediações normativas criadas pelo indivíduo tem que ser capaz de responder pelos contratos sociais de maneira radical” (PAIVA, 2005, p. 20) não

conseguindo atender aos princípios básicos normativos de suas ações, restando às minorias, uma espécie de violência representada pelas vozes silenciadas.

Neste novo quadro de instauração da violência, de processo de encobrimento do outro (COMBLIN, 1999, p.3) na Paraíba, percebe-se que “quanto aos negros, o encobrimento é mais radical ainda. Supõe-se que a abolição jurídica da escravidão suprimiu o problema. Os heróis são os chefes brancos que tiveram a grande generosidade de emancipar os escravos. Os heróis são a princesa Isabel, Joaquim Nabuco, Castro Alves: não se cita nenhum negro. Zumbi não tem acesso à cultura mediéfica”. A emergência de grupos minoritários e seus sub-conjuntos sociais é explicado na “falência da “política de projetos”, a descentralização do poder, a forte tônica individualista e cosmopolita, além da excessiva presença da violência nas relações sociais produz a busca de alternativas” (PAIVA, 2005, p. 22), amenizando os efeitos/omissões do Estado Mínimo.

Neste tipo de Estado minimalista, a construção da identidade gira em torno do princípio de resistência e suas forças perpassam as modernas estruturas e organizações das sociedades civis pluralistas e diversificadas, graças ao fato dessas “comunas” ofertarem abrigo (aceitação ao grupo, no caso do negro fugido), isolamento (acidentes geográficos, impossibilitando interferências do meio exterior), certeza (do presente, da subsistência e da esperança) e proteção. Todos estes fatores estão em detrimento aos interesses individuais, fortalecendo o grupo, o coletivo.

Um dos desafios para a superação dos processos sistêmicos, deslocando antigos preceitos da comunicação, se constrói pelo questionamento quanto à veracidade e manutenção de antigos dogmas ou relações ineficientes. Nesta nova dinâmica para a construção da igualdade almejada, a mídia surge como nova ferramenta de interlocução, mas “há muito ainda que pensar e tentar” (PAIVA, 2005, p. 24), a exemplo da participação e inclusão de sindicatos, associações, movimentos sociais e comunidades negras na programação das rádios comunitárias.

O que se projeta como desafio para as minorias são os excessos tanto da igualdade como da liberdade, há de se exigir um equilíbrio constante entre estas duas forças que se desenvolvem dentro do Estado democrático, pois este equilíbrio resulta na paz social tão desejada por todos os segmentos minoritários.

1.1 A liberdade das vozes na rádio e a busca pela construção de coletividades

Antes de iniciar as discussões sobre os efeitos sistêmicos no interior das rádios comunitárias, se faz necessária uma retrospectiva do movimento das rádios livres no mundo, e como suas influências chegaram ao Brasil.

O movimento oficial das rádios livres iniciou-se nos anos 70 do século XX. Segundo Leal (2008 apud GUATTARI, 2005) o surgimento dessas rádios representava antes de tudo uma concretização das utopias que objetivavam a visibilidade e emancipação de grupos sociais. É bem verdade que as primeiras iniciativas de gestão popular e comunitária remontam o ano de 1925, onde sindicatos denunciavam as péssimas condições de trabalho.

As primeiras experiências de mídias locais surgiram na Itália em meados de 1970 e tinham como projeto singular a capacidade de expressar “singularidades, especificidades de uma realidade local” (LEAL, 2008, p. 112).

Neste processo histórico de configuração enquanto mídia local, Leal (2008) destacou que:

O princípio norteador das rádios livres era fazer com que o ouvinte se sentisse dentro e participante de um movimento a qualquer momento ele poderia telefonar para a emissora para informar qualquer coisa que estivesse acontecendo à sua volta e ser colocado imediatamente no ar, sem qualquer censura, ou então, se dirigir diretamente à emissora para dar o seu recado. (LEAL apud MACHADO, MAGRI, MASAGÃO, 1987, p. 30)

No passado o advento tecnológico do telefone fez da rádio um instrumento de denúncia, o que se pôde verificar na Rádio Piemonte, da cidade de Alagoa Grande é o emprego das novas tecnologias da informação para o controle social e filtragem social com o uso do identificador de chamadas.

O debate sobre o uso destes novos instrumentos de participação social foi alvo de um relatório da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. Este documento conhecido como Relatório MacBride apontou para a preocupante concentração dos meios de comunicação de controle majoritário de empresas privadas para fins de publicidade de seus produtos e que os mesmos eram utilizados para a “opressão popular e da injustiça social” (LEAL, 2008, p. 115).

Após os debates iniciados com o relatório se fazia necessária uma ação conjunta do Estado e organizações civis para conter e minimizar os efeitos danosos da

concentração privada/publicitária/mercantil, um amplo debate sobre “uma nova ordem da informação”. (LEAL, 2008, p.116)

A proposta de abertura de diálogos acerca da “nova ordem da informação” foi criada pela falta de uma política nacional de comunicação que percebeu a falta de envolvimento e participação dos segmentos sociais excluídos, sem direito à voz.

Neste processo iniciado na Europa nos anos de 1970, os movimentos de liberdade de imprensa tinham por objetivo trazer à tona, vozes, opiniões, histórias de vida do cidadão comum. As primeiras iniciativas concretas de rádios alternativas aconteceram na Itália pós anos de 1974, com a Rádio Alice e em 1976 com a Popolare.

Na América Latina esse movimento emergiu pós anos de 1980 e tinha como pretensão dar visibilidade aos povos marginalizados, que no caso latinoamericano eram os indígenas, mineradores e operários. Além desta finalidade, o rádio foi utilizado devido às grandes distâncias como ferramenta de educação com as rádios escolas para os camponeses.

No Brasil, as primeiras rádios surgem em um contexto de aumento da pobreza, desemprego e dificuldades financeiras, tendo em vista que os próprios economistas consideraram que a década de 80 do século XX foi a década perdida. As rádios foram postas no ar com a organização de associações de moradores nas principais favelas e áreas periféricas dos grandes centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo. A princípio para que estas rádios pudessem entrar no ar, diversas entidades religiosas e cidadãos com experiências em práticas amadoras de comunicação se uniram na difusão de suas idéias contra-hegemônicas.

O reconhecimento da alteridade social dentro das rádios comunitárias é um desafio que o Estado tenta suprimir quando edita e normatiza regras para a construção de políticas sociais (bastando ver o conteúdo da Lei 9.612/98). As distonias decorrentes destas políticas para efetividade da Lei são explicadas pela dificuldade em “reconhecer o valor das diferentes culturas, que remete sempre a um conjunto de pessoas, a uma comunidade” (BARBALHO, 2005, p.31)

Barbalho (2005) citando Taylor define que uma das características inerentes ao ser humano é o seu fator dialógico, mas não se questiona neste modelo proposto por Taylor, qual nível qualitativo o diálogo pode se estabelecer enquanto valor de troca, compartilhamento. Pôde-se observar na pesquisa de campo uma imposição discursiva política nas rádios comunitárias, e diante deste cenário, a população acaba por se

submeter ao discurso violento do encobrimento conduzido pelo grupo partidário local, como revelará a pesquisa de campo.

Neste processo de construção dialógica, o que se verifica nas comunidades negras é uma espécie de imposição discursiva sem alternativas de retorno. A desconstrução deste processo será viável quando movimentos negros e quilombolas possam se inserir em uma “elaboração democrática de um sistema de direitos que tem de incorporar não só objetivos políticos gerais, mas também objetivos coletivos que são confirmados nas lutas pelo reconhecimento” (BARBALHO apud HABERMAS, p. 34).

A mídia poderá ser o instrumento de libertação e reconhecimento destes grupos excluídos, no momento em que a mídia deixe “de ser mero instrumento da política e impõe sua própria gramática com a qual os políticos têm que negociar”, e com isso, formar “um dos pré-requisitos para que as discussões a favor do reconhecimento encontrem ressonância é, sem dúvida, a sua presença nas estruturas de comunicação” (BARBALHO, 2005, p. 36). É deste ensejo social que a rádio comunitária pode se constituir enquanto instrumento dialógico democrático.

A visibilidade social acontecerá no momento em que a “importância dos meios de comunicação de massa para a constituição e o reconhecimento das diferenças minoritárias” (BARBALHO, 2005, p. 36) possam reconstituir as liberdades perdidas. Para as comunidades negras, o direito de reconhecer-se na condição de minoria social e seu acesso à todas as instâncias do poder local, que sistematicamente é negado, incluindo a RADCOM.

Diante desta constatação, em pleno século XXI, pode-se revelar a existência de segmentos sociais excluídos de todas as formas dialógicas de interlocução social, pertencendo assim a “*sub-grupos minoritários*” cujo conceito permanece grise na Sociologia.

A mídia pode ser o instrumento capaz de trazer à tona tais segmentos silenciados, eis que “nos dias de hoje detém o maior poder de dar a voz, de fazer existir socialmente os discursos” (BARBALHO, 2005, p. 36). Neste percurso de mediação midiática-social que a mídia exerce, Barbalho apóia-se em Hopenhayn (2001) onde “el campo decisivo de lucha en la articulación entre cultura y política se da cada vez más en la industria cultural, y que dicha articulación no se decide tanto ‘el modo de producción’ como en las ‘condiciones de circulación’” (HOPENHAYN, 2001 apud Barbalho).

As “condições de circulação” serão garantidas no momento em que “a cidadania, para as minorias, começa, antes de tudo, com o acesso democrático aos meios de comunicação” e em específico, nas rádios comunitárias. A seguir, discorreremos sobre a construção da cidadania, efetivação da democracia e a importância da rádio comunitária para a construção do espaço público local.

1.2 As vozes na rádio comunitária: a construção da democracia e da identidade no espaço público local

A construção das vozes na rádio comunitária e seu reconhecimento da multiplicidade social é uma forma de contrapor-se enquanto força social, desenvolvendo alternativas e “formas de lidar com os processos de exclusão gerados pela concentração de poder e pela impossibilidade de acesso a formas de participação na vida coletiva que tenha justamente em conta essas diferenças” (SILVEIRINHA, 2005, p. 42).

A imposição dos discursos homogêneos na radiodifusão comunitária é explicada por uma “progressiva política pensada para os grandes sujeitos históricos, como a nação e a classe” (SILVEIRINHA, 2005, p.42). Os sujeitos na rádio são em sua maioria, homens acima de 25 anos, predominantemente brancos, parentes ou apadrinhados de políticos locais.

Na superação da negação, as democracias passaram a:

enfrentar desafios especiais em sociedade multiidentitárias para garantir a representação e participação das minorias, protegendo, promovendo e realizando os seus direitos. O fio condutor das reivindicações dessas minorias é a idéia normativa de que os indivíduos e os grupos sociais têm de obter ‘reconhecimento’ ou respeito pela sua ‘diferença’. (SILVEIRINHA, 2005, p. 42)

O reconhecimento das diferenças cria a noção de democracia deliberativa, cujo “próprio termo deliberação concorre para uma abertura ao tema das identidades minoritárias na medida em que é um processo argumentativo em torno das questões relevantes e de reflexão sobre as alternativas disponíveis”, pois:

o objetivo da ‘democracia deliberativa’ constitui-se, em alternativa, uma forma de explorar as formas de diálogo democrático que possam transformar as compreensões que os participantes têm de si mesmos, dos seus interesses e dos interesses dos outros, e dessa forma criar as

bases legítimas para um consenso democrático em torno das reivindicações em questão. (SILVEIRINHA, 2005, p. 43)

Em prol de uma programação menos “geral e musical”, “valendo-se das idéias de ‘reconhecimento’, deve-se procurar perceber a natureza da injustiça que os movimentos minoritários contestam”, se fazendo necessária a implementação de políticas públicas mais eficientes e focalizadas nas comunidades rurais e quilombolas.

A exclusão de grupos minoritários e das vozes críticas (sindicalistas) é um contra-senso ilógico para as bases “consolidadoras” de uma democracia participativa, uma vez “que a democracia necessita de cidadãos informados e racionais, cuja influência no processo de tomada de decisão não se restringe às eleições, mas se estende à participação racional no debate público sobre questões políticas” (SILVEIRINHA, 2005, p. 45).

Para que isto ocorra, se fazem necessários os meios e canais dialógicos de comunicação, seu incentivo e efetividade social, e este é o foco norteador deste estudo sobre as rádios comunitárias. Uma das questões postas por Silveirinha apud Silva (2004, p. 46) é que a democracia somente se completa quando a mesma se faz deliberativa, pois ela “aposta num ato público enquanto ato político por excelência, a troca livre e pública de argumentos”.

Entretanto, a pesquisa revelou que o controle das rádios comunitárias está muito aquém dos princípios básicos de esfera pública elaborado por Habermas (1989, p. 36), pois ali não se percebe a “paridade da condição humana comum”. A teoria de Habermas (1989) sobre a ‘democracia deliberativa’ procurou “construir como uma alternativa tanto ao individualismo liberal como ao consenso comunitário, reunindo os elementos de teorias liberais baseados baseadas no interesse e as teorias comunitárias baseadas no bem comum” (SILVEIRINHA, 2005, p. 49).

A política pública e a democracia deliberativa segundo outro teórico, Joshua Cohen (1989), só é possível diante de três preceitos constituintes, onde a primeira é diz que a “deliberação pública é centrada no bem comum”; “manifestado pela igualdade entre cidadãos”, onde finalmente é possível “moldar a identidade e os interesses dos cidadãos de forma que contribuam para uma formação de uma concepção pública do bem comum” (SILVEIRINHA apud COHEN, 1989, p. 50).

Diante do quadro exposto por Cohen (1989), os novos direcionamentos do Estado Mínimo e com o fortalecimento dos neocoronéis será possível chegar a decisões

relativas a temas de interesse comum: A de fato existir o comunitário entre cidadãos livres e iguais? Enquanto não for possível a efetivação dos meios dialógicos de trocas, creio que não.

A teoria do espaço público de Habermas e sua eficiência é pouco questionável quando aplicada na macroesfera social. É possível ver neste esforço da democracia deliberativa, noções destas minorias (negras, dos sítios) nos espaços sociais. É perceptível neste modelo uma espécie de níveis de interlocução que são três, onde um primeiro as minorias se apropriam da democracia deliberativa (acesso as formas dialógicas – rádio comunitária), obtendo assim, acesso ao nível dialógico com a comunidade local e deste intercambio (local/minorias) são construídas outras estratégias de negociação com o sistema (metrópole).

No espaço público da modernidade, o processo identitário é complexo. É possível visualizar duas identidades que se convergem, assim temos “um tipo de identidade em crise e uma nova identidade em vias de instalação” (GONÇALVES, 2005, p 71), tais identidades estão atreladas ao rápido processo de expansão do sistema produtivo, da midiaticização e do processo de urbanização (que é violento e agressivo, ao qual a pedagoga Gilvaneide do Talhado se refere no terceiro capítulo).

Uma das questões mais debatidas neste processo é a “instauração do consumo e do mercado como elementos centrais na estruturação dos espaços públicos e privados atuais” (GONÇALVES, 2005, p. 72). A rápida expansão do mercado e do consumo transformaram a internet na nova “vedeti” da globalização e nas cidades do interior, este fenômeno é observado através de um novo tipo antena instalada sobre os telhados das casas populares: é a nova era da internet via rádio, mas restringindo ao centro, pois nos sítios e comunidades quilombolas ainda não se observa a chegada desta tecnologia.

No centro urbano destas cidades já em processo de vias de informatização, as experiências antes vivenciadas entre o urbano e o rural foram substituídas por “identidades múltiplas disseminadas em diferentes salas de discussão, identidades libertas de todas as territorialidades que usualmente amarrariam as experiências identitárias” (GONÇALVES, 2005, p. 72). Neste estudo foi possível observar este desprendimento das trocas de experiências com o rural pelo global, principalmente na geração dos mais jovens das cidades de Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia.

Ao contrário que Descartes pensou sobre a construção do conhecimento verdadeiro com o sujeito pensante, na modernidade é visto um processo de

desconstrução que se formula pela postulação e aplicação de políticas públicas de ocultamento do outro. No trabalho de campo não se pretendeu abordar a discussão de identidade pela oposição entre identidades modernas e pós-modernas, ou traçar um paralelo entre o urbano e o rural, mas de perceber os processos de silenciamento das comunidades tradicionais que neste caso são as comunidades negras do Matias em Serra Redonda, da Caiana dos Crioulos em Alagoa Grande e do Talhado em Santa Luzia.

Apesar de “o estudo da formação de identidades em diferentes contextos históricos mostra que se trata sempre, mesmo nos grupos mais homogêneos, de tomar elementos heterogêneos oferecidos pela cultura, pelo social, pelo ambiente, pelo corpo, a tradição” (GONÇALVES, 2005, p. 77), a rádio comunitária deveria ser este instrumento articulador, de diálogo ou troca entre as comunidades rurais e o centro urbano.

Sobre este abandono das origens Gonçalves (2005) faz referência a Maalouf (1998) sobre o conceito de identidade, onde:

Ela se constrói e se transforma durante a nossa existência (...), o fato de que a identidade é feita de múltiplas pertenças. Mas é indispensável insistir do esmo modo sobre o fato de que ela é uma, e que nós vivemos como um todo. (...). É justamente isso que caracteriza a identidade de todos: complexa, única, insubstituível, não se confundindo com nenhuma outra” (GONÇALVES apud MAALOUF, 1998, p. 79)

Nesta construção de uma identidade “complexa pelas múltiplas pertenças”, Gonçalves (2005) fala que:

Não podemos ver a Modernidade como um bloco homogêneo que molda identidades idênticas umas às outras como que saídas da mesma forma. O fato de haver pressão social no sentido de determinados papéis não implica que a adesão seja total. Há sempre campo de manobra para invenção, para modificação, como mostra uma análise histórica do cotidiano durante toda a Modernidade” (GOLÇALVES, 2005, p. 79)

Nesta mesma afirmação não se questiona quem são os responsáveis pelo controle do campo de manobra e intervenção social, a exemplo do direito à voz nas rádios comunitárias e a participação dos movimentos negros em sua grade de

programação. Quando a comunicação privilegia grupos e segmentos urbanos, ocultando a existência da cultura periférica é:

Atribuir à modernidade a produção de identidades homogêneas, unívocas etc. é descurar desse caráter singular e singularizante do processo meso de construção de identidades, dos processos de subjetivação”, onde a (...) “simples oposição ente identidades modernas e pós-modernas é bastante insuficiente para apreender a dinâmica da articulação identidade/meios de comunicação/contexto cultural. (GONÇALVES, 2005, p. 80-1).

O que se pretende analisar diante das diretrizes lançadas no trabalho de campo é o direito humano inerente ao diálogo social, a troca, que deve ter lugar nas RadCom. O que se pretende analisar são os caminhos para a democratização das informações nas rádios comunitárias.

1.3 A transmissão da cultura e da tradição nas mídias comunitárias

O direito à informação e a democratização das mídias é um direito das formas “tradicionais” de existir, tradição esta, que em Coutinho (2005) significa “a ação de transmitir, como na frase *‘pugnae memoriam posteris tradere’* (transmitir à posteridade a lembrança de um combate) ou quanto ao conteúdo transmitido: *‘ita nobis majores nostri tradiderunt’* (tal é a tradição que vem dos nossos ancestrais) (COUTINHO, 2005, p. 86). O reavivamento da tradição e seu diálogo com as múltiplas identidades pós-modernas é a única condição viável dos homens periféricos em desenvolver:

As concepções metafísicas da cultura, sejam elas objetivistas ou subjetivistas, enfatizam, cada qual, uma dessas dimensões da tradição, tendo em comum o fato de desconsiderarem a articulação entre elas, isto é, a práxis criadora pela qual o homem transforma ativamente a realidade sociocultural (COUTINHO, 2005, p. 86)

A concepção do termo tradição inserida no contexto e da compreensão da cultura envolve:

A consideração de que o processo de transmissão das formas do passado, ao contrário do que desejariam os tradicionalistas, é uma atividade humana criadora, e de que o patrimônio transmitido, longe de ser um objeto natural ou uma revelação divina, é uma objetivação

da ação humana. Nesse sentido, a tradição é compreendida como atividade de seleção, valorização interpretação e afirmação do acervo cultural legado pelo passado. (COUTINHO, 2005, p. 87)

Tal processo de apreensão das tradições são influenciadas pela construção particular de “cada classe, cada povo, cada grupo social (...), interpretando e se apropriando do passado de acordo com perspectivas e interesses efetivamente definidos pelas relações sociais existentes” (COUTINHO, 2005, p.87). Neste jogo, quais tradições e discursos as comunidades negras desejam se atrelar? A do pertencimento (espaço urbano-objetivo sistêmico e inclusivo) ou do silenciamento (rural)?.

Em Coutinho (2005), a concepção de cultura como tradição permanece ligada e com uma tendência marginal, das minorias. Ao mesmo tempo, traça um conjunto de ações do pensamento hegemônico e sua concepção metafísica da tradição. Na referida concepção, a cultura é um objeto de controle tendo por objetivo conservar as relações sociais vigentes, “desconsiderando o processo pelo qual o homem por meio de sua *práxis* criadora transforma ativamente a realidade cultural” (COUTINHO, 2005, p. 88), estabelecendo o diálogo com as várias experiências multiculturais locais.

Nas várias concepções da cultura já explicitadas, pode-se atribuir as comunidades negras uma espécie de tradição “de origem divina (...). Apresentando-se sob a forma de canto popular, de lenda, de conto ou de poesia épica, ela é necessariamente ‘autêntica’ como os são as criações da natureza” (COUTINHO, 2005, p. 89), pertencentes ao relato fiel construído pela coletividade.

1.4 Ideologia conservadora na gestão das rádios comunitárias: diálogo possível?

O que é possível diagnosticar na atual gestão das concessões públicas na comunicação, ao contrário que a Lei prevê para a rádio comunitária é uma “ordem natural, estabelecida por Deus e consolidada pela experiência humana”, predominantemente urbana (GONÇALVES, 2005, p.15). Na análise de conteúdo nas entrevistas realizadas nas cidades de Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia pode-se analisar que nas transformações do mundo moderno não houve a destituição dos velhos preceitos e padrões sociais, mas seu fortalecimento e união com o presente.

Ainda sobre a construção da pesquisa de campo, a tradição interiorana da política partidária e suas vertentes em todas as áreas sociais acabam por construir as

regras do jogo hegemônico, de um lado, aqueles que pertencem ao sistema, de outro, aos que estão de fora (sítios, comunidades negras, etc). Processo este, “pelo qual uma classe social constrói e reconstrói sua liderança intelectual e moral sobre as demais classes, reproduzindo ativamente valores, as idéias, as práticas culturais por uma determinada perspectiva e impondo-a ao conjunto da sociedade”. (GONÇALVES, 2005, p. 95).

No momento em que a cultura da periferia, dos sítios e comunidades negras possam ser vivenciadas no cotidiano, não somente vinculadas a uma imagem folclórica ou como algo pertencente somente ao passado, mas pela:

luta por uma nova cultura significando a superação do folclore como vida cultural inorgânica e servil das massas populares, mas pressupõe também, no nosso entender, a conservação de uma dimensão inelimitável desse ‘concepção de mundo’: a sua perspectiva implícita e potencialmente contra-hegemônica. (GONÇALVES, 2005, p. 96)

Tendo em vista que essa construção de luta contra hegemônica pelas massas deverá ser política e ideológica, combatendo as tradições conservadoras (política). Esta “organização da cultura” dependerá fundamentalmente das articulações orgânicas entre o povo (sítios, comunidades) e os intelectuais (políticos, sindicalistas, igrejas etc) em um processo de compreensão e reconhecimento mútuos.

O que se observa nas cidades de Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia é uma espécie de fusão entre o passado moralista do coronelismo e o moderno com a internet e a rádio. Uma das dificuldades para a real democratização da rádio comunitária é o de procurar solucionar os problemas latentes entre o local (comunidades, sítios) e as especificidades de vivenciar em cidades particularmente subdesenvolvidas em um país em desenvolvimento.

Assim como se percebeu no Recife com o trabalho de Ângela Prysthon (2005, p. 109), o “espaço destinado aos jovens na programação local de televisão, por exemplo, não é tão relevante em volume, até porque a maior parte da programação local está voltada para o telejornalismo”. Já na rádio comunitária, a participação do segmento jovem resume-se em “tocar” os forrós tidos como plásticos da moda, em dicas de beleza, horóscopo, fofocas sobre artistas e famosos, além da promoção de eventos como o da “Miss Colegial” em Santa Luzia.

Ainda no estudo de Prysthon (2005) foi possível analisar no “caso das emissoras FM, que reproduzem programas e tendências nacionais, especialmente na programação musical, que reforça e reproduz novos e velhos produtos confeccionados pela indústria fonográfica”, e nesta mesma lógica caminham as rádios comunitárias. Nesta perspectiva, tal fenômeno será revertido no momento em que as comunidades de sentido constituam a unidade social como norteadora de suas ações de transformação social.

1.5 Comunidades de sentido na construção da democracia nas rádios comunitárias

No estudo sobre as comunidades rurais e seu acesso aos instrumentos sociais e democráticos passamos a questionar quem são de fato estas comunidades? Em Jeder Silveira Janotti (2005, p. 119), as comunidades negras/rurais “denominam-se comunidades de sentido que são determinadas agregações de indivíduos que partilham interesses comuns vivenciam determinados valores, gostos e afetos (...) ressaltando assim, o ‘ideal comunitário’.

Nestas comunidades, o “ideal comunitário” é espacial, se constrói pelas relações do cotidiano, priorizando a partilha e as trocas de experiência. Nestas comunidades de solidariedade, todos se conhecem pelos nomes e apelidos, como é o caso do Sr. João na Caiana dos Crioulos que os membros da comunidade só o reconhecem por João “Cabelo”.

As trocas e experiências identitárias embasadas nas esferas da cultura e da comunicação, Canclini (1998) conclui que:

A transnacionalização da cultura efetuada pelas tecnologias comunicacionais, seu alcance e eficácia, são mais bem compreendidas como parte da recomposição das culturas urbanas, ao lado das migrações e do turismo de massa que enfraquecem as fronteiras nacionais e redefinem os conceitos de nação, povo e identidade. (CANCLINI, 1998, p. 30).

O que se pode questionar é a maneira como se desenvolve o processo de encobrimento e silenciamento no “processo de transnacionalização” da cultura negra pelas tecnologias comunicacionais, inserindo neste contexto, a rádio comunitária. A pesquisa revelou que os instrumentos locais de comunicação não exercem ou incentivam a participação dos segmentos populares rurais. Ora aqui questionamos qual

será o novo espaço para as negociações culturais específicas com as realidades locais. As reivindicações locais nas rádios comunitárias são necessárias, pois somente assim, pode-se construir as pontes necessárias para o diálogo com a urbe.

A pesquisa feita por Canclini (2002) no México, verificou a seguinte constatação:

Em alguns jornais, sobre o insólito, a maioria termina por concentrar-se no conhecido. Embora se descrevam como informadores de fatos atuais e, portanto, como meios que privilegiam o presente, a maioria dos jornais insiste no já habitual, prolongando esteriótipos formados historicamente. Os relatos diários mudam, mas as estruturas argumentativas que os sustentam continuam as mesmas. (CANCLINI, 2002, p. 5)

Na construção cotidiana da informação, temos a figura do “estabelecido com o predomínio das vozes oficiais, é possível concluir que a imprensa tende a imaginar os cidadãos em um lugar subordinado que reproduz a ordem”. Na experiência mexicana, “o rádio tornou-se também um palco de expressão cidadã.

Os programas que recebem “gente comum” ou abrem as linhas de telefone da emissora aos ouvintes servem de fórum mesmo para aqueles que não se interessam em participar de partidos políticos ou movimentos sociais, querem manifestar suas opiniões. Norteados neste princípio, o rádio deve garantir a “valorização de tais espaços participativos deve ser feita levando em consideração uma certa negociação entre locutores e receptores”. O que foi possível detectar na pesquisa de campo foi a inexistência de programas produzidos pelas populações residentes nos sítios, assentamentos, sindicatos rurais e comunidades negras.

Desta constatação, configuram-se no século XXI aqueles tidos como “meios” cidadãos, os grupos minoritários que possuem apenas meros instrumentos de recepção da informação. No caso retratado por Canclini (2002), temos como exemplo:

O de uma mulher de San Pedro Mártir que teria visto no noticiário matutino de televisão imagens de um incêndio no centro da cidade, no quarteirão onde fica a casa de sua irmã. Ela acompanhou durante três horas em tempo real como o incidente se desenrolava e, por fim, era controlado. Esta mulher **não tinha telefone para comunicar-se com sua irmã, e a única vizinha que poderia emprestar-lhe o telefone tinha ido trabalhar**. Grifo nosso. (CANCLINI, 2002, p. 7)

Tal relato, que para alguns “pós-modernos” é a imagem do atraso, imaginemos então, os sacrifícios de uma comunidade negra, com seus vários anciãos, sem qualquer aparato tecnológico, nem telefones públicos ou sinal de telefonia celular, deslocando seus doentes em meio a uma serra montados em motocicletas. A diferença entre o quilombo rural e a população do centro urbano são contraditórias, no espaço da urbe, as ações “não são condicionadas pela residência e um determinado território. Frente a uma emergência, como um incêndio, dispõem de telefone, carros e formas rápidas de contato” (CANCLINI, 2002, p.7).

A problemática do silenciamento suscita as interrogações necessárias para o debate em duas linhas: se existe ou não existe a rádio na comunidade e, uma segunda que é o conteúdo e recepção na comunidade quilombola da rádio comunitária local.

1.6 A rádio comunitária e sua recepção nas comunidades rurais/negras

O problema da democratização das comunicações vem sendo enfrentado pela Lei das rádios comunitárias, mas persistem problemas. A temática da recepção, por exemplo, no Brasil se desenvolveu na década de 1990 influenciados diretamente pelos estudos das mediações de Jesús Martín-Barbero. A problemática da recepção é tratada vinculada às contribuições dos estudos culturais. Tais estudos se atentam para o conjunto amplo de relações sociais e culturais que são expostas pelo uso massivo dos *mass media*.

Em Escosteguy (2005) a interpretação das mensagens midiáticas pelas pessoas e sua recepção dependem da forma como a linguagem é transmitida, se a mesma é transparente (neutra, forças iguais, democráticas) ou perpassadas por um discurso político-hegemônico de controle, que neste caso, não há uma construção das referências entre sujeito-receptor.

O papel social da rádio comunitária é um desafio, pois o desenvolvimento dos estudos de recepção está desarticulado das investigações das formas multivariadas da cultura e como as mensagens são constituídas em meio ao consumo midiático, onde a construção e reconstrução das identidades em um cenário hegemônico-político.

O desvio dos princípios normativos da radiodifusão comunitária através de uma abordagem sobre **os modelos atuais de implementação das políticas públicas universalistas que estão viciadas pelos antigos sistemas burocráticos do regime**

militar, contribuindo para o surgimento de uma nova figura nas comunicações que são os “neocoronéis” midiáticos. No caso sob estudo, os quilombolas deparam-se com o direito à RadCom voltada para seus interesses e a ocupação das mesmas pelos grupos políticos majoritários instalados e em alternância de Poder. No entanto, a pesquisa não será conclusiva mas, descritiva e indicativa dos sinais de democratização.

CAPÍTULO 2 - AS POLÍTICAS PÚBLICAS FOCADAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: NATUREZA E ESPECIFICIDADE

A história das políticas públicas é recente, data da Era Vargas (1930-1945), as primeiras bases para a implantação das políticas de proteção social e públicas universalistas a exemplo da criação de Institutos de Previdência e de Saúde. Se este processo que para muitos é algo bastante tardio (1930) em comparação com os países europeus que datam princípios do século XVIII, chama-se atenção para que, somente no ano de 1988, as comunidades negras postergaram pela primeira vez a condição de cidadão no regime democrático.

No Brasil, no ano de 2003, a articulação e formulação de ações e políticas públicas para as Comunidades Quilombolas passaram a ser coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Em 2004 entra em implementação o “Programa Brasil Quilombola”, possibilitando as comunidades negras de “[...] construir seu tecido social com base no conjunto de mediações sociais [...]” que se desenvolvem através destes programas de inclusão e nesse sentido, pode-se visualizar “[...] nesse novo contexto, novas formas sociais, novos e distintos formatos de relacionamento do indivíduo com o mundo, com as coisas do mundo e principalmente com o outro [...]” (PAIVA, 2005, p.15), atentando inclusive para a existência de outros quilombolas pelo país (via notas da Voz do Brasil¹).

Diante do exposto, a única alternativa para a inclusão dessas comunidades na dinâmica social é a implementação e acompanhamento das políticas públicas focais

¹ TESSAROTTO, Marco Antônio de Oliveira. O Registro da Comunicação Oral e da Memória para Preservação das Identidades Culturais nas Comunidades Quilombolas do Matão, Caiana dos Crioulos e Talhado. Nas conclusões da pesquisa na graduação: “No item referente à televisão, 24 (98,57%) dos entrevistados afirmaram ter ouvido falar sobre os negros quilombolas; os demais, 12 (31,43%), disseram que não, e concluíram, ratificando haver uma espécie de facilidade na difusão de notas por meio do rádio, como a Voz do Brasil.”

reparatórias. Políticas estas, que respeitem, antes de tudo, a manutenção do aspecto característico destas comunidades que é a cooperação de seus membros nas ações que são desenvolvidas coletivamente.

No Brasil, a classe dominante não se propõe a prática da universalização de todas às áreas do saber, incluindo as políticas públicas. Estas propostas de inclusão social têm por objetivo geral fazer valer o princípio de “justiça social”², mantendo assim condições mais igualitárias que conseqüentemente visam a garantir a alteridade social.

O que se pretende nesta análise não é retratar o dualismo entre políticas públicas universalistas e focalizadas, mas traçar um diálogo dissertativo que conduza respostas a algumas inquietações: “Como as políticas públicas universalistas conseguem atender as comunidades tradicionais estigmatizadas?”. “Estas comunidades tradicionais que são segregadas do convívio social não poderiam usufruir de políticas públicas específicas na própria comunidade?”

Na busca por soluções concretas, este estudo abordará as Rádios Comunitárias à luz de uma política pública universalista, de poder e controle. A Lei 9.612/98 completou dez anos, em 2008, mas ainda não há estudos específicos sobre o cumprimento dos artigos que garantem a participação de todas as organizações sociais na construção da grade de programação. Há vários casos, como a exemplo de Caiana dos Crioulos que já possuem uma Associação legitimada, no entanto não tem acesso à construção democrática dos meios de comunicações.

As comunidades tradicionais localizam-se, por diversas vezes, há quilômetros destes centros e os contatos sociais ocorrem geralmente uma vez por semana no dia da feira. As relações mantidas entre eles e a utilização dos mesmos espaços públicos são compartilhados com certa tolerância, pois na pesquisa da graduação perguntados sobre os habitantes do quilombo sempre algo como: “Ah!, são os negros da Caiana”, “Tem um pessoal bem negrinho lá em cima”, “É, parece que tem uma comunidade negra lá” falas estas, ainda recorrentes entre os habitantes do centro da cidade.

Na História do Brasil as primeiras iniciativas públicas de administração remontam ao Período Colonial. Os índios tidos como fortes, robustos e ágeis foram infectados pelas doenças trazidas nos porões dos navios portugueses, a exemplo da varíola. Com a vinda (fuga) da Família Real Portuguesa em, 1808, a corte preocupava-

² Expressão utilizada por Jonh Rawlls como uma forma de trazer relações mais igualitárias entre as classes sociais, evitando assim, as discrepâncias e anomias sociais.

se com as epidemias que assolavam o império. O período compreendido entre 1830/1860 o país vivenciava surtos de febre amarela, cólera, varíola, peste bubônica, febre tifóide e nesse contexto, as Políticas Públicas Sanitaristas foram postas em prática visando extirpar essa anomalia social.

Somente na Era Vargas (1930-1945/ 1951-1954), as políticas públicas se institucionalizam com a criação das Caixas de Aposentadoria, Pensões, Institutos de Previdência e a criação de dois ministérios, o Ministério da Educação e da Saúde Pública. No tocante às comunidades negras, a Constituição Federal de 1988 no art. 68 e suas disposições garantiram os mínimos de direitos civis a estas populações tradicionais.

2.1 As políticas públicas nas comunidades tradicionais periféricas

A centralidade das políticas de focalização em comunidades tradicionais estigmatizadas pode contemplar diversos segmentos, como lavadeiras, quebradeiras de coco, ciganos etc. Estas comunidades por se constituírem como grupos étnicos, sua estrutura organizacional emprega todo um meio social para indicar funções, afiliações e exclusões. A unidade familiar *matrilocal* é centrada nas relações de parentesco seja no âmbito doméstico ou agrícola. Somente com a Constituição Federal de 1988 no art. 68, o título de reconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombo é concedido àquelas que preencherem os requisitos necessários à formalização dos documentos, documento oficial de propriedade que serve de base para ações de inclusão social, na construção de escolas públicas, cisternas, saneamento básico, construção e manutenção de estradas destas comunidades.

Nesses poucos vinte anos de reconhecimento oficial na condição de cidadãos, as comunidades quilombolas que em quase sua totalidade dependem da agricultura e vivenciam longos períodos de estiagem sofrem com a inexistência de projetos e políticas públicas focais eficientes. A construção de cisternas garante água apenas para o consumo humano básico durante um curto período, não podendo ser utilizado na agricultura ou na pecuária.

Nessas comunidades de difícil acesso, a sustentabilidade ao longo do ano depende de ações específicas, como é o exemplo dos poços artesianos comunitários, sistema de mandalas, educação, esporte e lazer que estão sendo construídos no alto

sertão por Organismos Não-Governamentais, Associações sejam Nacionais ou Internacionais (Italianos).

Os dados exatos sobre os números das comunidades negras ou remanescentes de quilombo são incertos, ao total existem mais 35 comunidades negras, desde total apenas 23 foram reconhecidas pela Fundação Palmares como território Remanescente de Quilombo. Muitas destas 35 comunidades aguardam a vinda de técnicos para a devida certificação e oficialização, outras ainda, reconhecidas recentemente não possuem organização comunitária representativa, trabalho este, não executado pelos órgãos oficiais, mas por comissões e associações de apoio a estas comunidades.

Nesse processo de desburocratização e visando atender as exigências da Fundação para o reconhecimento definitivo da titularidade e acesso aos programas governamentais (bolsa família, aposentadorias, seguro safra) é magistralmente executado por ONG's e associações, a exemplo da Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-Descendentes da Paraíba (AACAD)³ e pela Comissão Estadual das Comunidades Negras/Quilombolas da Paraíba (CECNEQ)⁴, trabalho este que envolve professores, educadores populares, assistentes sociais, agentes sociais e voluntários.

2.2 Esfera pública e a natureza da política focal

A decisão sobre o estilo de política social, se decidir sobre a universalidade ou focalização das políticas públicas é uma questão antes de tudo de justiça social. A universalidade vem atender a continuação das garantias dos direitos sociais. Em relação à política de focalização, a mesma é dividida em três braços (residualismo, condicionalidade e de reparação), utilizaremos neste momento, a noção de política pública focal reparadora, pois esta que tem sanar os problemas mais latentes nas comunidades tradicionais estigmatizadas.

A escola da universalização ou focalização enquanto processos de efetivação da justiça social no mundo contemporâneo envolvem duas esferas: uma do mercado e outra do Estado. A construção das políticas públicas sob as mãos do Estado como Bourdieu (1996, p. 122) afirma em “*Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*”, nos diz que esta

³ Dados referentes à Associação estão disponíveis no:

<http://www.ilmibrasile.net/aacade/v.php?id=1124390906.php>, acessado em 5 abr. 08.

⁴ Dados referentes à Comissão são encontrados em:

<http://www.ilmibrasile.net/cecneq/v.php?id=2055260312.php>, acessado em 5 abr. 08.

construção é uma forma de perpetuar “a monopolização (*do Estado*) do monopólio (*mercado*)” que mesmo nas gestões privadas dos recursos públicos, o Estado com aparente “neutralidade” e “desinteresse” estaria lucrando com esse processo de universalização e maximização, pois além de dar suporte à dinâmica do mercado (*monopólio*) acompanha de perto seus resultados (*arrecadação*), mas acaba por arcar os prejuízos decorrentes, implantando assim, as devidas ações reparatórias (*ex.: seguro desemprego*).

Tais ações reparatórias e suas especificidades conferem ao Estado o papel distributivo na alocação de recursos e “vantagens” sociais. Nessa liberdade de escolha promovida pelo Estado, o econômico tem sua eficiência maximizada e ao mesmo tempo irá retirar do Estado a gerência na alocação de recursos que passa a ser conduzida pela “lei de mercado” ou moldes capitalistas-financeiros.

Esse modelo de “deslocamento de competência” faz surgir um outro problema acerca das responsabilidades. No momento em que a economia gere os alocamentos de recursos, as falhas que surgem ao decorrer do tempo não são atribuídas às falhas no sistema econômico como um todo, entretanto a anomia sistêmica sempre volta a responsabilidade e as consequências ao indivíduo. Essa intervenção pública do Estado sanando os problemas (desigualdades do mercado) seria resultado das “[...] pré-determinações de chance de sucesso dos indivíduos [...]” (KERSTENETZKY, 2005, p.4).

A dissonância entre os indivíduos norteia a ações de justiça de mercado, que optam por uma política de focalização. Essa justiça é deturpada por um crescente processo de modernização econômico de extrema tecnicidade orientada pelo mercado, acelerando o processo de exclusão. Os argumentos pela focalização não se encerram na noção de local/pequena política pública que buscam somente a justiça social, mas também na possibilidade dessa política atingir problemas latentes específicos, como é o caso das comunidades tradicionais estigmatizadas.

É necessária uma melhor definição no que se tange uma política de focalização como ação reparatória, pois em Kerstenetzky (2005) esta ação focal visa:

[...] restituir a grupos sociais o acesso efetivo a direitos universais formalmente iguais – acesso que teria sido perdido como resultado de injustiças passadas, e virtude, por exemplo, de desiguais oportunidades de realização de gerações passadas que se transmitiram às presentes na perpetuação da desigualdade de recursos e

capacidades. Sem a ação/política/programa, focalizados nesses grupos (*comunidades tradicionais estigmatizadas*), aqueles direitos são letra morta ou se cumprirão apenas em um horizonte temporal muito distante [...]. (KERSTENETZKY, 2005, p. 8).

Se faz necessária grandes explanações sobre a não universalidade e acesso à educação pública de qualidade e as conseqüências desse dano à sociedade, focando *a priori* a problemática do objeto de estudo, as atenções se voltam para as questões referentes à universalidade das comunicações no Brasil. A noção de política focal voltada para a verdadeira universalização dos direitos cidadãos é uma concepção já esmiuçada por John Rawls.

A focalização como ação reparatória é a idéia central da “justiça como equidade” e esta justiça é expressa em dois nortes: um primeiro, define as liberdades básicas enquanto o segundo, visa a regular e corrigir as desigualdades sociais resultantes do primeiro norte, garantindo assim, uma “igualdade equitativa” de oportunidades e se possível segundo Bittar (2000) que:

[...] os dois princípios devem se incumbir de fazer com que todos participem da melhor forma possível das estruturas sociais de forma que a estrutura cooperativa da sociedade facilite a manutenção de uma sociedade organizada [...].(BITTAR, 2000, p. 217-8).

O equilíbrio dialógico se constrói pela necessidade da convivência harmoniosa e pacífica entre estes dois princípios (um que liberta e outro que controla), todavia observa-se no caso específico da inclusão das comunidades tradicionais na radiodifusão comunitária uma discrepância, pois há um excesso nas liberdades e que envolvem outro campo de disputa, que é o político.

O contraponto existente entre as de forças civis e políticas, a qual nível de desigualdade social poderá trazer instabilidade a democracia representativa? Ao passo em que a superação da desigualdade política no acesso dos menos assistidos ao poder é quase que missão impossível no processo de “democracia participativa”, resta-lhes então, a necessária política pública focalizada que objetiva os mínimos direitos sociais (habitação, água potável e luz). Alguns teóricos concordam que:

[...] a eficiência se beneficiaria da desigualdade. São as remunerações desiguais ao trabalho e à poupança que induzem as realocações de recursos que promovem eficiência. Porém, com efeito positivo das desigualdades, maior eficiência econômica, dinamicamente, se traduz

em crescimento econômico, que se traduz em emprego e renda, levando benefícios às pessoas mais pobres [...]. (KERSTENETZKY, 2006, p. 78).

A reação sistêmica descrita são voltadas para conseqüências à curto prazo, mas a longo, o Estado “[...] tem uma importante função complementar na distribuição de vantagens socioeconômicas”, estabelecendo então, o critério de “justiça social”. O mercado e a democracia são considerados formatos institucionais que maximizam a eficiência e a liberdade, e pelo qual o sujeito usufrui de certa independência.

A contaminação do “*ethos* social” com as influências do individualismo e do consumismo capitalista resultam muitas vezes no fracasso da cooperação nas políticas focais e por conseguinte na ineficiência e descaracterização da política pública, a exemplo do controle dos neocoronéis na rádio comunitária.

2.3 Construção e manutenção do neocoronelismo na rádio comunitária

A radiodifusão comunitária seria uma espécie de municipalismo eletrônico que aborda diversas estratégias de controle como o clientelismo, mandonismo e o patrimonialismo. Nesse ponto, passamos a discutir como os subsistemas de controle político se apropriaram das rádios comunitárias, destacando o trabalho de Santos (2006) que faz um percurso histórico deste processo.

A construção das rádios de pequena potência remonta os anos 1980. E nesse mesmo cenário, o governo militar concedia concessões a deputados e senadores de sua base política, exercendo assim, um melhor controle da censura. E esses mesmos políticos e empresários são os mesmo que ainda compõe as comissões legislativas que outorgam e regulam os meios de comunicação. Com a edição da Lei 9.612/98, o foco volta-se para o processo de construção da radiodifusão comunitária. A partir desse cenário neocoronelismo pode ser entendido como um sistema ou rede de relações entre os poderes locais e federais.

E o processo de manutenção dos poderes oligárquicos e manutenção das formas políticas clientelistas encontraram “solo” próspero nas cidades do interior do estado. Na presente pesquisa, tais municípios se encontram há uma hora ou mais da capital (João Pessoa), respectivamente, Alagoa Grande (110Km), Serra Redonda (140Km) e Santa Luzia (261Km). A centralização dos poderes dos coronéis teve início no período

colonial, naquele momento, os fazendeiros receberam patentes militares de autoridade estatal nas regiões de difícil acesso. A dependência dos trabalhadores rurais e da população local em relação aos grandes fazendeiros/coronéis, unidas às concessões de rádios comunitárias conferiu um novo papel a estes personagens, ora aqui, exercendo o papel de mediadores dos conflitos locais e seu controle.

O modelo de dependência política pelo “voto de cabresto” foi somente modificado com o novo sistema eletrônico e secreto de votação. Apesar da incorporação das novas ferramentas tecnológicas ainda não impediu a distribuição de pequenos favores e por questões éticas e morais de povos provinciais, e tais “favores” são retribuídos aos neocoronéis com o voto que funcionava também como “voto” de confiança. As crises dos modelos econômicos coronelistas arcaicos (da cana-de-açúcar e do algodão) direcionaram seus campos de atuação e passaram a utilizar “[...] poderes alternativos à concentração econômica – o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto – como uma moeda para negociar sua sobrevivência no comando do poder municipal e o Governo Federal [...]” (SANTOS, 2006, p. 6). Quando o poder municipal era estabelecido, uma rede social de manutenção era criada e até a presente data, todos da cidade conhecem os nomes, famílias e vertentes políticas dos que controlam as rádios tomadas na presente pesquisa, mas este foco não foi abordado na pesquisa de campo, mas captada pela fala decorrente dos depoentes.

A manutenção dos poderes políticos na rádio ou no mundo da vida é explicada por Santos (2006) em quadros expositivos:

a) o detalhamento das lógicas clientelistas que transformou as outorgas municipais de rádio e televisão em moeda política no jogo federal; b) o deslocamento, na regulação do setor, da centralidade do interesse privado, em detrimento do interesse público, para a centralidade do interesse político e/ou religioso, local ou regional, em detrimento do interesse econômico global ou nacional; [...] d) a ausência de transparência sobre a estrutura de propriedade e de afiliação da radiodifusão. (SANTOS, 2006, p. 7-8).

Finalizando a conceituação de coronelismo, Santos (2006) denomina:

[...] de coronelismo eletrônico o sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicações, baseado no compromisso recíproco ente o poder nacional e poder local, configurando uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado

dos chefes locais, proprietários de meios de comunicação. (SANTOS, 2006, p. 8).

A autora em nenhum momento da sua construção teórica faz referência que o coronelismo eletrônico e suas formas de controle é, na verdade, uma das conseqüências negativas da invasão das forças políticas e administrativas (subsistemas) no mundo da vida (do coletivo, do solidário), teoria esta, construída por Habermas e melhor desenvolvida no terceiro capítulo.

Nesse ponto discursivo não se pretende lançar bases teóricas sobre os termos coronelismo, neocoronelismo eletrônico, clientelismo, etc., no entanto o de esboçar como a dominação destes subsistemas está desconstruindo a democracia das vozes da radiodifusão comunitária e apontar algumas soluções para este problema.

Uma das conclusões que Santos (2006) vislumbra é que a perda dos poderes políticos e a independência da população dos favores dos neocoronéis estão condicionadas a reformulação da estrutura agrária. O coronelismo é uma prática contínua e que se reformula com a inserção dos meios de comunicação.

O pensamento de Santos (2006, p. 18) entra em contradição quando “as empresas de comunicação controladas pelos coronéis não atendem às lógicas usuais de mercado. Os veículos de comunicação sob sua influência são financiados por anúncios publicitários governamentais e os veículos de comunicação governamentais sob sua gestão pelas verbas públicas”.

O que se observou na pesquisa de campo é que tanto a rádio comunitária e a comercial é a ascensão do mundo privado no controle financeiro da radiodifusão, mais da metade dos anunciados e apoios culturais são dos comerciantes e grandes lojões varejistas (Armazém Paraíba, Insinuante, Lojas Maia, etc.). A rádio comunitária assume o discurso lógico de quem as financia.

A radiodifusão na atualidade ocupa o lugar da terra por conta da centralidade midiática nas sociedades ditas “[...] pós-modernas”, e esta dominação destes meios de comunicação nas esferas locais públicas “é uma barreira à prática de cidadania no país[...]

 (SANTOS, p. 20).

A burocratização do acesso dos sindicatos, associações comunitárias, comunidades negras configura uma privação que é: “[...] tão cruel, pois um homem privado da informação continua a ser, de algum modo, escravo, pois escravo é todo

aquele que não pode se apresentar diante do outro como verdadeiro cidadão. E cidadania não há sem acesso à informação”. (SANTOS apud RAMOS, 2006, p. 21).

A falta de controle desse subsistema que atua de forma crescente e anômica é explicada pelo:

[...] difícil acesso do Estado em fazer-se presente nas distintas regiões, segundo, num sistema de comunicações que historicamente privilegia interesses comerciais, em prejuízo do interesse público, pequenos municípios em regiões inóspitas têm pouco ou nenhum valor de interesse e finalmente pela ‘necessidade de reportar-se ao governo federal para oferecer serviços de comunicações facilita a troca de favores entre o governo federal e os coronéis’. (SANTOS, 2006, p. 22).

Uma das soluções também apontadas por Santos (2006) citando Graham Murdock está no:

[...] papel das comunicações em se conectar com o sistema produtivo, baseado na propriedade privada, ao sistema político que pressupõe uma cidadania cuja participação social efetiva depende, em parte, do acesso à maior gama possível de informação. O problema estaria em equacionar como um sistema de comunicações dominado pela propriedade privada poderia garantir a diversidade de informação requerida para uma cidadania efetiva’ (SANTOS apud MURDOCK, 2006, p. 22).

O que se verifica neste quadro expositivo que o controle dos coronéis da radiodifusão foi consequência da descentralização de poderes do governo central para os locais. A mudança de paradigma e retomada da função social da rádio comunitária será possível no momento e que a rearticulação dos segmentos excluídos possam exercer pressão contra o subsistema dominante, trata-se da retomada dos princípios norteantes do mundo da vida objetivando o interesse público nas concessões comunitárias.

2.4 A comunicação e o interesse público: o problema da burocracia nas concessões

Na sociedade brasileira, a mídia e seu controle é fundamental para a construção do processo político social. No estudo de Lima; Lopes (2007), “[...] ao controlar as concessões, o novo ‘coronel’ promove a si mesmo e aos aliados, hostiliza e cerceia a

expressão dos adversários políticos e é fator importante na construção da opinião pública”, onde a “moeda de troca” está na “capacidade de influir na formação da opinião pública[...]”. Tal influência é percebida com a presença de governadores, deputados federais ou senadores, tanto na rádio comercial (Vale FM) e na comunitária (104 FM) em Santa Luzia do grupo do senador Efraim Moraes (DEM-PB).

O fortalecimento local e o controle das políticas públicas foi concebido pós-constituição de 1988, “[...] inicia-se o movimento de descentralização de políticas públicas que confere aos municípios autonomia e introduz profundas mudanças no federalismo e, portanto, na política local[...]”, onde especificamente regula “[...] às permissões e autorizações dirigidas às comunidades locais[...]”. (LIMA ; LOPES, 2007, p. 2).

Novamente, eis que a denominação de coronelismo eletrônico de novo tipo em Silva (2006) e Lima; Lopes (2007) trata-se da constituição e do predomínio daquele subsistema (político e administrativo) sob o mundo da vida, do social, do coletivo e solidário já esboçado por Habermas na Teoria da Ação Comunicativa.

A pesquisa de campo revelou que este vínculo do político na radiodifusão comunitária é fortemente arraigado na cultura e práticas sociais dos povos interioranos, não importando a época ou contexto histórico.

A rádio comunitária foi uma criação da Lei 9.612/98 que data 19 de fevereiro de 1998, serviço este de rádios locais de baixa potência (25 watts) e de cobertura restrita (1 Km de raio). Esta legislação teve uma rápida aprovação, tendo em vista no número excessivo de rádios de baixa potência atuando ilegalmente no país, respondendo às “reivindicações de diversas entidades organizadas que lutavam pela regulamentação do serviço de radiodifusão comunitária” (LIMA&LOPES, 2007, p. 16).

O processo de burocratização e as exigências normativas para a concessão de uma rádio comunitária “[...] deixou explícito que uma estratégia de exclusão estava sendo posta em prática e não uma política de inclusão[...]” (LIMA; LOPES, 2007, p. 17). O alto custo dos equipamentos autorizados, os documentos, os registros de reuniões e as demais ações que dependem de uma logística técnica e financeira tratou de excluir todo tipo de organização social de base, deixando aos políticos e mandatários locais, o controle e saber das técnicas que visem a atender este processo cruel de excluir das minorias sociais.

Na prática, o controle da rádio comunitária pertence à associação ou fundação a qual ela está vinculada, pois no projeto de concessão, a rádio comunitária é uma das atividades de prática social exercida por estas instituições locais, quer dizer, em um dos tópicos do estatuto das organizações locais deva constar a criação e manutenção de uma rádio comunitária para o fortalecimento da comunidade.

Ainda sobre Lima; Lopes (2007) na temática tocante aos vínculos políticos detectados nas 2.205 rádios comunitárias outorgadas entre 1999 e 2004 realizado em todo Brasil, somente no Estado da Paraíba das 96 emissoras outorgadas, 47 possuem vínculos políticos ou religiosos.

Essa situação de exclusão das minorias sociais (sindicalistas, sitiantes, negros) somente seria revertida no momento em a mesma Lei 9.612/98 que outorga e regulamenta a rádio comunitária tenha o cumprimento efetivo de seus dispositivos legais, a exemplo do Artigo 4º e seu inciso primeiro, que prescreve as seguintes palavras: “[...] é vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária [...]”. Nesse ponto, estamos a falar de uma mudança extrema de paradigma, que nesse caso, os abusos cometidos pela norma devem ser fiscalizados pelo controle e atuação do Ministério Público Federal, mas interesses o Ministério se interessa em defender, aos problemas do espaço urbano ou rural? Nestas comunidades, a construção da crítica coletiva é a única via de reação contra o abandono, o silêncio e ao preconceito.

2.5 Os desafios na construção da participação popular na rádio comunitária

A rádio comunitária no espaço da modernidade é capaz de fomentar o desenvolvimento da ação comunicativa verdadeira, tendo por objetivo desvincular das normas impostas por um sistema ordenativo-político nas cidades do interior. A construção da participação das esferas públicas pressupõe o acesso garantido a todos os cidadãos, eis que nestes espaços públicos qualquer indivíduo ou grupo representativo pode reivindicar, através de um abaixo-assinado, competência para expressar seu julgamento nas instâncias públicas de representação social. A participação dos múltiplos segmentos sociais representativos, como sindicatos, movimentos negros ou sitiantes não foram observadas nas rádios comunitárias tomadas na presente pesquisa.

A esfera pública funciona como um princípio organizatório da sociedade, aqui as minorias raciais e étnicas constroem suas pautas de reivindicações, pois somente assim, através de um elenco de direitos fundamentais como a liberdade de opinião e expressão, os símbolos ganham significação entre os indivíduos daquela sociedade, a paz social é garantida. O que se verifica nas cidades do interior é a constante valorização da dominação política como uma dominação do homem (radialistas) sobre o homem (população). Na rádio os mesmos são detentores da verdade e os interlocutores do Poder municipal. Na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (1987), o ideal de esfera pública:

[...] pode ser melhor definida como uma rede para a comunicação de conteúdo e concepções valorativas, os fluxos de comunicação são aí filtrados e condensados em opinião pública densamente definidas. Esfera pública não se define pela função nem pelo conteúdo, *mas como espaços onde as discussões políticas se realizam de forma transparente, e onde se formam as preferências públicas.* (BEZERRA apud HABERMAS, 1987, p. 47, Grifo nosso).

A tensão existente entre a sociedade e o Estado é base de desenvolvimento e consolidação das esferas públicas. De acordo com o que Habermas (1987) propõe a superação dos modelos tradicionais e racionais cognitivos-instrumentais de corrente Weberiana, incluindo nessa corrente, diversos aspectos práticos-morais, estéticos e expressivos, atualizando as estruturas simbólicas do mundo da vida (das relações sociais, da crítica). Pois o mundo da vida é definido como um acervo de interpretações transmitidas culturalmente e organizadas lingüisticamente, tal entendimento lingüístico contribui para a solidariedade e coesão social.

Quando a mídia assume este papel de mediatização do cotidiano, a violência torna-se o discurso para a manutenção e enrijecimento do controle social, a exemplo a Rádio Comunitária Piemonte na cidade de Alagoa Grande que faz o uso de um aparelho identificador de chamadas, e assim, passa a filtrar as chamadas dos “mais críticos” sobre os problemas existentes na administração municipal. Percebe-se, que os novos instrumentos tecnológicos são “[...] utilizados para a permanência e perpetuação das forças hegemônicas[...]” (PAIVA, 2005, p.17).

2.6 O encobrimento do outro na rádio: superação pelas ações coletivas

Nas rádios comunitárias percebem-se a constituição de um discurso que pretende anular as críticas, manifestações e as emissões racionais opinativas sobre a atual conjuntura social da cidade. A continuidade da tradição hegemônica do “neo” coronelismo é explicada pela não modernização societária que se constrói pela reformulação das estruturas de consciência e dos saberes compartilhados coletivamente visando à superação do domínio do homem pelo homem.

A reformulação dessas estruturas se faz pelo surgimento de novas identidades coletivas que se unem às tradicionais para uma atualização dos modelos associativos e formas de ações coletivas, algo observado na cidade de Alagoa Grande, onde jovens advindos da cidade pólo da região (Campina Grande) formam novos grupos identitários, de pertencimento e resgate das tradições culturais locais através das artes, como o teatro, clube do vinil.

Na construção de uma democracia de vozes se faz necessária, a busca por respostas às diversidades sociais sem esquecer-se do ideal de paridade democrática, uma vez que “[...] as lutas de identidade apenas possuem força de legitimação na medida em que grupos possam ter acesso ao espaço público político para fazer ouvir a sua voz e articular as suas necessidades[...]” (SILVEIRINHA, 2005, p. 67), cuja expansão é legitimada nos discursos da esfera pública, nas instituições sociais democraticamente compostas, como é sugerido na rádio comunitária.

A história brasileira tem se referido aos quilombos sempre no passado, como se estes não fizessem parte da vida social do País. Segundo Anjos (2001, p.139): “houve uma diluição desse passado do negro escravo e do negro quilombado [...] fazendo parte de uma estratégia de branquecimento da população brasileira”. Hoje, a resistência dos quilombos se faz pela luta ou resistência procurando a preservação de sua identidade cultural. O preconceito tem produzido ao longo dos séculos, todo tipo de conflito com a sociedade brasileira, somente após cem anos da Abolição da Escravatura, surge a Fundação Cultural Palmares, instituição esta, com o dever de garantir o cumprimento dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, que tratam de “questões relativas à preservação dos valores culturais da população negra”, elevando “a terra dos remanescentes de quilombos à condição de Território Cultural Nacional” (REIS, 2003, p.4).

A constante desconfiguração dos propósitos da radiodifusão comunitária que abrange uma relação dialógica entre todos os segmentos é percebida pelo estudo

realizado na cidade de Campinas – SP. Fuser (2002) analisou 14 rádios comunitárias, que:

criadas com o objetivo de serem a expressão aberta e plural de uma comunidade ou bairro, estimulando a cultura local e sem fins lucrativos, terem se transformado em espaço ocupado por grupos religiosos e comerciais. Apenas três das 14 emissoras pesquisadas possuem características que permitem considerá-las como parte de uma esfera comunitária [...] (FUSER, 2002, p. 53)

O mesmo princípio será utilizado para o presente estudo, primeiro em analisar a programação e seus direcionamentos, com os estudos de Cogo (2004), Castells (1999) e Alves (2005), seguida do tipo de estímulo a participação local que as emissoras em estudo desempenham (e se contemplam a inclusão quilombola). A mídia em seu contexto contemporâneo atua como matriz configuradora das identidades culturais, cuja presença significativa vem interferir em agendas temáticas nacionais, nas identidades culturais e especificidades do multiculturalismo de uma nação.

Segundo Denise Cogo (2002, p.41), é verdade que a “fluidez, transitoriedade e fragmentação das experiências identitárias e das novas sociabilidades vão reordenando as pautas de produção, circulação e consumo comunicacionais e midiáticos [...]”. A produção de pautas e programas voltados ao espaço local é um papel desempenhado ou não pelas rádios comunitárias, questão a ser estudada neste estudo.

A necessidade de emprego da moderna teoria sociológica permitiu acompanhar o último expoente da Escola de Frankfurt. Sob a perspectiva dos falantes e a construção de canais dialógicos de entendimento (rádio comunitária) e emancipação do indivíduo, Jürgen Habermas (2003) na Teoria do Agir Comunicativo e suas reflexões contribuíram para a compreensão do fenômeno da colonização do mundo da vida.

A priori se faz necessária o aprofundamento dos estudos sobre a rádio comunitária, analisando os mecanismos de controle e poder que estão a construir um “[...] acesso desigual aos recursos culturais e materiais dos grupos minoritários que sofrem os efeitos de opressão e isolamento [...]” (SILVEIRINHA, 2005, 68), seja nos sítios ou nas comunidades quilombolas. Na perspectiva de análise teórica deste fenômeno, o próximo capítulo é a construção teórica do Agir Comunicativa de Habermas.

CAPÍTULO 3 - A DEMOCRACIA DAS VOZES NAS RADCOMS: A BUSCA PELA RAZÃO COMUNICATIVA EMANCIPATÓRIA

No desenvolvimento deste capítulo veremos a construção de uma malha teórica e explicativa onde se articulam diversas concepções a respeito da comunicação, diálogo, participação, lógicas de ações sistêmicas e uma rápida pincelada sobre esfera pública local.

Como se observou em Alagoa Grande com a fala da agricultora Auréa Alves (65) não faz parte da programação da rádio uma busca pelo bem comum, uma vez que inexistente:

[...] o respeito à liberdade individual de expressão, o debate de temas de interesse de coletividades, denúncias de pessoas, pautadas em dramas e perdas individuais que se pretendem coletivas ou até mesmo revelações da esfera da intimidade, desacordos, dissensos, demandas por reconhecimento e direitos humanos [...] (LEAL, 2008, p. 45)

A busca pela não efetividade do protagonismo social e a atuação de procedimentos sistêmicos, políticos e econômicos incidem vertiginosamente sobre a política de comunicação, da orientação sociocultural/pluralista e na programação da rádio (essencialmente musical e sem profundidade).

A construção do espaço público voltado para o bem comum somente poderá ser realizado no momento em que haja local propício de igualdade e liberdade onde a palavra e a ação possam circular livremente. A comunicação a partir de processos lingüísticos, voltados para o entendimento e o consenso comum é o conceito que normatiza por inteiro a teoria do esclarecimento, uma vez que:

[...] a ação comunicativa pode ser a base para o entendimento de contextos emancipadores com a participação dos *media*. Não que eles sejam protagonistas dos processos de emancipação. Não se trata de rotular os *media* como emancipadores em si, mas de constatar que se tornaram imprescindíveis ao esclarecimento e à ação social [...]. (LEAL, 2008, p. 66)

A esfera pública torna-se-à emancipatória no momento em que passe a promover uma ação participativa, propositiva, interventiva, onde discursos e vozes remetam ao conjunto da vida social. O que se percebe nesta esfera é a insistência pela “personificação das questões aparentemente objetivas, a mistura entre informação e divertimento, a fragmentação de conteúdos, são, com efeito, promotores da despolitização da comunicação pública” (LEAL, 2008, p. 69). Outra questão que se evidenciou nas rádios comunitárias, é que a adoção de padrões “standards” nestas mídias acarretou em um profundo processo de tecnicidade e, a opção pelo uso recorrente das vozes de prestígio das grandes redes via satélite. Tais mecanismos acarretam por distanciar cada vez mais os espectadores e protagonistas locais, mais além do problema do controle e do poder, a técnica é a nova estratégia de banimento dos atores sociais marginalizados.

Na discussão sobre os modelos de democracia representativa e a concepção societária do acesso livre aos meios dialógicos da comunicação, mencionamos o esquema analítico proposto na *Teoria da Ação Comunicativa* por Jürgen Habermas (1987) que permite a visualização da sociedade em duas dimensões básicas: mundo vital e o sistema.

O modelo analítico de interpretação da sociedade proposto por Habermas focou *a priori* o entendimento lingüístico como o mecanismo capaz de coordenar as ações sociais dos indivíduos, e desta construção e significação simbólicas, os indivíduos em sociedade se norteiam por valores do entendimento e compreensão mútuos.

A permanência da solidariedade, coesão e reconhecimento permitem que as emissões de um falante tenham sentido e significação para o ouvinte (receptor). O que se verifica no cotidiano destas rádios é que o “[...] ator não consegue decodificar e entender as situações novas com o uso do seu acervo cultural de saber evidencia-se as perturbações na reprodução cultural[...]” (DAMASCENO, 1997, p. 5), nesse quadro, a crise de legitimidade se instaura. Como expressado pela voz do José Wilson, 22, na cidade de Serra Redonda:

A rádio comunitária, assim pela legislação de uma rádio comunitária, ela diz que todo grupo comunitário tem direito e dever de ter um programa na rádio, mas infelizmente aqui por ser uma cidade pequena ainda mistura o lado partidário e exclui algumas pessoas, alguns grupos dos programas da rádio”. (José Wilson, 22, estudante).

Nesta discussão sobre a teoria da ação comunicativa passamos a questionar a crescente perda dos princípios democráticos na radiodifusão comunitária e de suas funções sociais, uma vez que “[...] o poder por vezes penetra na forma, no estilo e no conteúdo do discurso, o que significa que os grupos mais marginalizados normalmente tendem a ser excluídos ou silenciados[...]” (SILVEIRINHA, 2005, p. 58), e desta constatação há uma urgente “[...] necessidade de complementar o argumento e outras formas comunicativas e de exercer uma crítica vigilante sobre elas[...]”(SILVEIRINHA, 2005, p. 59). E desta constatação, a Pedagoga, Osana, da Comunidade do Matias em Serra Redonda afirma que:

Tá faltando um povo que tenho um pouco mínimo de conhecimento relacionado com diversos aspectos da sociedade, porque hoje vivemos numa sociedade que é muito bom o entretenimento de música, mas falta ainda em vários programas um aspecto melhor de valorização diante das dificuldades que vivemos, a rádio deveria levar conhecimento para as pessoas e é isso que falta (Osana, 25, Pedagoga).

Na possibilidade de interlocução e crítica entre os atores sociais, Fraser e Honneth (2003) afirmam que “[...] para que a paridade participativa seja possível, pelo menos duas condições estejam satisfeitas. Primeiro, a distribuição de recursos materiais deve permitir a independência e a ‘voz’ dos participantes [...]” (SILVEIRINHA apud FRASER; HONNETH, 2003, p. 64).

As noções expostas é um breve resumo ante a contribuição do pensamento crítico formulado por Habermas que teve influências diretas da Escola de Frankfurt e do Pragmatismo Americano.

3.1 Habermas e a Escola de Frankfurt: contribuição e superação do negativismo histórico

A teoria habermasiana do Agir Comunicativo teve como base teórica as inflexões elaboradas desde a década de 20 do século passado pela Escola de Frankfurt. Criada pelo Ministério da Educação da Alemanha em 1923, a escola tinha por objetivo “[...] promover a pesquisa e o debate que, pela crítica à práxis, viesse a recolocar o marxismo como caminho de emancipação da humanidade [...]” (BEZERRA, 1999, p.

33), e desta abordagem metodológica objetiva-se separar a teoria e da prática, o sujeito e do objeto, a ciência e da ética.

Nas contribuições e propostas teorizadas, nos interessa perceber a “crítica dialética” de Hegel. Nesta vertente de pensamento dialético, Habermas (1997) pode perceber que as contradições advindas deste modelo não eram resultados falseáveis, “[...] mas sinais de que o problema não está resolvido, ou está encoberto, de modo que quem sobre ela se debruça vai fazê-lo numa relação de independência e, ao mesmo tempo, de dependência, recebendo estímulos de pensamento que vêm de suas contradições [...]” (BEZERRA, 1999, p. 33). Habermas discípulo desta corrente



dialética pós-hegeliana a atualiza visando a interpretar os novos desafios da modernidade na busca constante de saídas para as crises que impedem à emancipação ou silenciamento dos indivíduos. Na Comunidade Remanescente de Caiana dos Crioulos, Cida referência de liderança do grupo, explica que na rádio:

O negro não tem muitas vezes na rádio não, sabe. Porque essa rádio aí é simplesmente, não muito assim a vontade com a gente não. (Cida, 45, líder).

No projeto de modernidade para a sociedade, Habermas tenta superar as contradições da perspectiva negativa da história quando propõe uma interpretação pela dialética do esclarecimento, superando os eixos de análise propostos por Adorno e Horkheimer (teoria-experiência; neutralidade e ciência, teoria e história). Deste rompimento reducionista, Habermas (1997) sinaliza para uma teoria “original” da sociedade, um modelo alternativo ao sistêmico de Luhmann.

Nesse ponto de investigação, os laços que unem a teoria habermasiana à Escola de Frankfurt são as propostas de reconciliação do homem consigo mesmo (auto-crítica) e com a natureza (mundo da vida), tendo como ferramentas de análise, uma perspectiva

interdisciplinar, crítica e dialéticas da sociedade, tendo como método de recorte, o pragmatismo.

3.2 O Pragmatismo Americano: influências e método

A princípio, o uso do pragmatismo estava centrado numa espécie de suporte para a abstração de pedaços e partes teóricos que visavam a atender uma demanda de inquietações, às vezes conflitantes. O que Rosenthal (2002) atenta é para o recorrente erro que esta fragmentação da realidade ocasiona que é a perda do reconhecimento da natureza e método “originais”.

O pragmatismo é sem sombra de dúvidas um movimento filosófico de origem americana, as discussões suscitadas sobre o pragmatismo *a priori* tratavam dos problemas de significação, verdade e método, através de “[...] uma análise positiva das implicações da concepção pragmatista do método científico[...]

 (ROSENTHAL, 2002, p. 2). Na construção do esquema teórico do Agir Comunicativo, Habermas (1997) tenta ao máximo se distanciar do reducionismo pragmático sobre o método científico e seu eterno retorno às críticas quanto às opções de análise (neutralidade/subjetividade; teoria/prática).

A corrente pragmática e sua primeira fase de elaboração fez “[...] uma interpretação filosófica ingenuamente realista do conteúdo científico[...]

 (ROSENTHAL, 2002, p. 3), baseada na perspectiva do mecanicismo newtoniano (ação/reacção no mundo natural). Nesse afastamento, o pragmatismo abandona o reducionismo ingênuo quando opta por um “[...] método científico como o modelo para adquirir conhecimento [...] uma reestruturação de problemas filosóficos tradicionais e soluções alternativas [...]”, ou seja, opta por analisar o mundo vivido e experimentado, construído pela criatividade e essência humanas.

O pragmatismo desse novo prisma torna-se método que busca aclarar e trazer à baila os significados científicos ocultos, ou seja, ir “além do que é diretamente

observado”, pois as ações humanas e seus significados são unidos a uma unidade interacional entre os indivíduos que compõe uma determinada coletividade. Desta observação e percepção do objeto nos deparamos com o método de análise experimental, visando a entender como se constrói a “[...] unidade intencional e interacional entre conhecido e conhecedor [...]” e desta problemática, Habermas traz à luz a discussão comunicativa entre os indivíduos.

O Foco metodológico nos permite ver:

[...] os objetivos da experiência cotidiano, assim como os objetos da reflexão de segundo nível, são os resultados de organizações de significado geradas de fora disposicional, usadas para transformar uma situação potencialmente problemática ou indeterminada em uma situação resolvida ou experimentada de forma significativa. (ROSETHAL, 2002, p. 6).

Nessa recorrência, o pragmatismo passa a considerar que “[...] o hábito ou os modos disposicionais de resposta organizam as experiências em termos de objetividades duradouras [...]”, algo não mais confirmado entre os espaços da *urbe* e da periferia nas cidades tomadas na presente pesquisa, ali, as verdades habituais e seus modos de interação estão desvirtuados, houve uma perda de sentido ou deslocamento das experiências concretas por líquidas/sistêmicas (política e administrativa).

A coesão e a construção de verdades por asserções vividas pelas experiências na leitura de Habermas sobre o papel da linguagem é observada por uma ligeira convergência com o pensamento de Pierce quando ele situa a importância dos modos pré-reflexivos da experiência humana. O padrão da metodologia pragmática fornece a verdade e, as questões da atividade vivida, uma luz para que os cientistas visualizem seus objetivos.

É verdade que o método pragmático foi utilizado como pano de fundo na construção do Agir Comunicativo habermasiano, possibilitando que:

[...] a natureza em que os seres humanos estão instalados contém a completude qualitativa revelada na experiência vivida, e a sua compreensão da natureza em seu mundo é permeada pelas estruturas de significado pelas quais eles [os seres humanos] e seu mundo são intencional ligados, no nível da experiência do senso comum e da reflexão científica. (ROSETHAL, 2002, p. 8).

E dessa nova constatação, Habermas se baseou para a designação dos mundos (uma da vida, outro sistemático). A contribuição do pragmatismo enquanto “atividade



que possibilita a dinâmica pela qual o mundo percebido no cotidiano surge através da atividade experimental da interação organismo-ambiente, é um argumento filosófico que ajuda a fomentar com significado a compreensão filosófica da dinâmica da experiência da experiência como experimental” (ROSENTHAL, 2002, p. 10) foi sentida e

reformulada por Habermas que trouxe o foco principal para a questão da comunicação entre os indivíduos, possibilitando a análise das experiências trocadas nas “aberturas de duas direções”. Neste sentido, a Pedagoga, Gilvaneide da Comunidade do Talhado em Santa Luzia, fala que o canal dialógico da rádio é aberto:

Quando alguém manda ou oferece música para alguém, eles falam, mas só isso mesmo, falar só por falar (Gilvaneide, 40, pedagoga)

Nesse sentido, Habermas questiona e verifica os canais em que as experiências fluem e acontecem, e desse trabalho, elucidar a via de ligação entre os indivíduos que possibilita a construção das reais experiências racionais na natureza (mundo da vida). Apesar do não reconhecimento de alguns comentadores da obra de Habermas sobre as influências do pragmatismo em seu trabalho, Habermas foi feliz quando caracterizou com precisão e elencou como objeto de análise a comunicação entre seres racionalmente constituídos, contribuindo para “[...] a compreensão das duas aberturas direcionais[...]”, afastando de sua teoria o reducionismo e negativismo teórico/pragmático.

O pragmatismo é a análise que visa a “[...] extrapolação especulativa da experiência das características, tons ou texturas permeáveis do real independente que entra em toda a experiência, mas cuja realidade está ‘lá’ independentemente de tal experiência [...]”, ou seja, na compreensão entre os vínculos existentes do mundo da vida e o sistema. Na obra de Habermas, o pragmatismo é a ferramenta que possibilitou o recorte e apreensão do tempo real, transitória, não exata é fixa.

3.3 Teoria Habermasiana do Agir Comunicativo e a prática social

A construção teórica do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas é uma teoria crítica da Escola de Frankfurt centrada no esclarecimento por idéias iluministas, sendo possível por esta via pragmática, a análise do processo de emancipação dos indivíduos na sociedade.

Na obra de Habermas é perceptível à constatação da prática iluminista, suas idéias centram pelos seus extensos objetos de análise que são: a razão, linguagem, ação, sujeitos, pessoa, emancipação, liberdade, igualdade, totalidade, humanidade libertada. Destes objetos, Habermas dá continuidade ao projeto inacabado histórico sobre a liberdade e emancipação da humanidade. Dessa escolha, o olhar de Kant sobre os preceitos do esclarecimento, reformulados por Marx quando inclui que além da acepção “intelectualista” do esclarecimento se faz necessária a inclusão de vários elementos outros: “[...] reforma da consciência crítica, processo de libertação. Levado a cabo por um sujeito histórico determinado; uma utopia social realizável; análise do ‘homem real’, tal como é determinado pelas condições econômicas, sociais e políticas” contribuíram diretamente para as bases reais para a formação teórica do Agir Comunicativo. (SIEBENEICHLER, 2003, p. 13).

Nesse modelo de esclarecimento Marxista, o processo autocrítico da memória social construída pela coletividade questiona certas tradições e liberdade que impõe novas verdades ao espaço comunitário (mundo da vida), como é o exemplo da “politicagem” no interior das rádios comunitárias, é deste gérmen que os processos de reestruturação se norteiam através das vozes silenciadas das minorias.

A análise da razão crítica é a “mais antiga tradição racional do ocidente”, mas somente com a pesquisa de campo, ou pela “força de imaginação criadora” encontraremos as respostas para os novos desafios dialógicos na modernidade. A falta desta construção racional coletiva é sentida pelo jovem Alan Carlos na cidade de Alagoa Grande:

Participação local com certeza, das pessoas, da comunidade rural, professores. O historiador da cidade mau dá, as pessoas mau sabem a data da cidade, de comemoração, o historiador era para ir lá e falar, mas que o historiador é de um partido político não convidam (Alan Carlos, 20, estudante)

A dialética do esclarecimento que Habermas incorporou de seus mestres Adorno e Horkheimer o interessou, pois desse projeto, “[...] existe uma relação dialética entre pensamento, esclarecimento e mito, bem como, um entrelaçamento entre racionalidade (*Aufklärung*) e realidade social[...]” (SIEBENEICHLER, 2003, p.19). Nesse sentido, a humanidade pertencente ao mundo da vida, pode entrar em crise, desconstruindo os modelos que perturbam a coesão, retornando aos modelos verdadeiros de solidariedade e suprimir os antigos preceitos dominantes e excludentes.

Ao passo que Habermas adota o modelo dialético do esclarecimento e trata de diferenciar “[...] três esferas distintas de potenciais racionais e cognitivos, a saber, a esfera das ciências objetivantes, a das bases universalistas do direito e da moral e a arte autônoma” (SIEBENEICHLER, 2003, p. 21), constituídas por processos de mediação entre razão e não-razão, nas esferas de poder e da dominação (sistêmica). Nessa via, Habermas aponta a “[...] emancipação da humanidade e do sujeito no contexto de ações comunicativas [...]”, e conseqüente reconciliação do homem consigo mesmo (consciência autocrítica) e com a natureza (mundo da vida).

A questão da formação das identidades racionais dos indivíduos e de sociedades, as reformulações de paradigmas em tempos de crise é o tema central da teoria habermasiana. Para ele, a razão do esclarecimento ganha sentido uma “[...] existência através de estruturas do entendimento pela fala e através do agir técnico e cooperativo, depende essencialmente da razão[...]”, cujas idéias debatidas nas duas esferas dialógicas: mundo fenomenal (do ser) e o mundo inteligível (do pensamento e da razão) fluem tensionados para o mundo vital (do agir comunicativo).

Na crise da sociedade contemporânea, a dialética do esclarecimento entra em confronto com o desmoronamento da razão instrumental responsável pelo processo de “reificação ou coisificação dos valores do mundo vital”. A crise sistêmica na modernidade e sua infiltração no mundo da vida foram resultantes de três novas concepções estruturantes: primeiro, crise da esfera pública burguesa, o surgimento do Estado mínimo regulatório; segundo, pela crise no mundo do trabalho com a implantação massiva da “ideologia da ciência e da técnica” e por conseqüência, a crise do Estado social que não comportou as novas demandas de assistência provocada pela reestruturação do mundo do trabalho. A rádio comunitária pode ser essa via de discussão das problemáticas, Jerônimo dos Santos na cidade de Santa Luzia afirma que:

Nós vivemos numa cidade onde é ‘provimentada’ por aquilo que não tem acontecido, é o desemprego, por exemplo, eu trabalho mas tem 10 pessoas que não trabalha. É só programa de música, não comenta os problemas da cidade, só se um político for e falar (Jerônimo dos Santos, 34, pedreiro).

A crise em fase de desdobramento é analisada através dos aspectos mutáveis do ser humano (autocrítica) perpassadas ao meio via interação do agir comunicativo. Nessa perspectiva visualizar a mobilização social para a desconstrução dos valores desviados e anômicos sistêmicos no mundo vital. Nesse sentido, esta dissertação pretende analisar as forças de dominação que silenciam as vozes minoritárias sociais.

Na observação das práticas sociais na modernidade, Habermas visualiza a infestação de formas irracionais (econômica e administrativa), fragmentando o sentido ético, estético e comunicativo (abertura bidirecional) do mundo vital. No comentário de Flávio Beno Siebeneichler (2002) sobre o trabalho de Habermas, observamos que:

[...] este processo vem aumentar as dificuldades encontradas pelo homem contemporâneo em formar racionalmente a sua identidade e em se emancipar, como se pode deduzir do ‘concretismo’ reinante na sociedade atual: as pessoas e grupos sociais, na tentativa de configurar sua identidade ameaçada, e na ausência de outros padrões racionais, agarram-se a características concretas, naturais, tais como o sexo, a cor ou a raça. (SIEBENEICHLER, 2002, p. 39).

O que se pretende nesta constatação não é a extinção do sistema, tendo em vista que o mundo da vida ruiria também, mas o retorno do equilíbrio existente entre os dois mundos. Na atual situação de crise, a expansão dos imperativos funcionais está fragmentando e dispersando valores e elementos sociais específicos e os mesmos poderão deixar de existir. Por isso, neste momento, visualizamos que a implantação de rádios comunitárias nas comunidades silenciadas poderá ser o instrumento e canal dialógico para o retorno do equilíbrio perdido.

Ao passo em que a crise da modernidade exige novas respostas, Habermas (1997) aponta para uma “despedida” da filosofia clássica como método único de análise, no atual contexto, é necessária a utilização da interdisciplinaridade.

A escola teórica do Agir Comunicativo sobre o fenômeno de silenciamento nas comunidades rurais (negras) serviu como uma luva. O pensamento habermasiano tem como objetivo central interpretar o fragmento temporal pragmático, a deste curso:

[...] atribui à filosofia a competência de descobrir no decorrer dialético da história os vestígios deixados pelas forças que reprimiram ou distorceram o sempre almejado diálogo socrático, que o puseram fora dos trilhos da comunicação livre de coação e, a partir deles, ‘reconstruir o que foi reprimido, seguindo os vestígios históricos do diálogo reprimido’. (SIEBENEICHLER, 2002, p. 47).

No processo de recuperação dos “vestígios históricos do diálogo reprimido” através dos elementos recíprocos, Habermas se preocupa em retirar desta empreitada a relação dual (trabalho e interação), recordando que desta análise as relações finais são objetivas a determinados fins específicos, desnaturalizando o mundo da vida.

A análise reconstrutiva da história das minorias silenciadas é uma vertente da “[...] filosofia transformada, apoiada num conceito amplo, macroscópico, de racionalidade e, principalmente, uma filosofia pensada a partir do paradigma da comunicação [...]”, aqui a tarefa da filosofia ganha um duplo sentido: “[...] descobrir o caminho da emancipação, identificando o opressor, descobrindo aquilo que reprime ou distorce o diálogo[...]” e em segundo, “[...] reconstruir simultaneamente o que foi reprimido na história do sujeito e da sociedade [...]”.(SIEBENEICHLER, 2002, p. 50). Diante dessa afirmativa, podemos então afirmar que, em segundo momento, a filosofia poderá se transformar em ferramenta de intervenção social?

É nessa ferramenta teórica, ora analítica, ora “intervencionista”, a pesquisa realizada nas rádios comunitárias nas cidades de Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia revelou que o neocoronelismo apoiado por uma falsa razão comunicativa está provocando uma sistemática exclusão dos segmentos sociais do espaço democrático do diálogo.

A leitura do Agir Comunicativo de Habermas e seu modelo hermenêutico macroscópico aliado ao trabalho empírico da pesquisa de campo comprovou, além da existência do processo de ocultamento das minorias, bem como uma existência conflituosa de dois segmentos, antes homogêneos, mas que a partir do momento em que a rádio optou por difundir o discurso único do urbano (A), o espaço rural (B) onde se inserem diversos segmentos sociais (sindicatos rurais, assentamentos, comunidades negras) discordam o modo e como a gestão da rádio constrói a democracia no interior daquele instrumento comunicacional comunitário. Nesse ponto as falas se confrontam, a exemplo das falas dos depoentes em Santa Luzia, Severina Lucas que na rádio:



São todos meus amigos, os locutor de lá, são tudo gente boa, são uns amigos, viu? Um povo bom. (Severina Lucas, 67, aposentada).

Na mesma cidade, o sindicalista rural José Aderivaldo, afirma que:

Não se sabe quem é essa organização que é responsável pela emissora. A gente consegue identificar algumas pessoas que estão a frente da rádio, mas não consegue identificar uma associação, uma entidade comunitária. Parece mesmo que é um grupo, inclusive pela própria história da rádio. (José Aderivaldo, 26, sindicalista).

(Jackeline, Sr.Edmar – um dos fundadores da rádio 104 e José Aderivaldo – sindicalista)

Em Serra Redonda, a mesma situação discordante é verificada, seu Gilfrásio, comerciante prefere não opinar, pois:

Olhe, veja bem. Se reclamar vai “inflamar” A e B. Não é isso? Não existe isso? Vai inflamar A ou B e tal, aí isso pega mal. Eles são daqui, são filhos daqui, não é isso? (Gilfrásio, 51, comerciante).

No silêncio do Sr. Gilfrásio, a dona-de-casa e agricultora, Maria José da Comunidade do Matias, afirmou que na Rádio Sorriso:

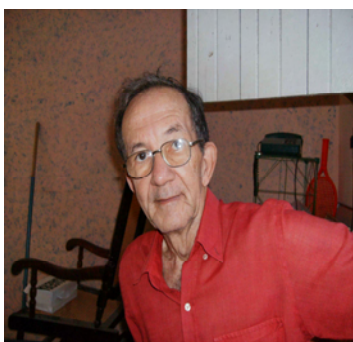
Tinha um locutor bom na rádio, mas tiraram, né?! Os que tão na rádio não valem nada mesmo não. Mas ele saiu por causa de política, porque ele mudou de lado. (Maria José, 43, dona-de-casa e agricultora).

No momento em que a rádio comunitária não é o recurso voltado ao entendimento e ao consenso social, buscaremos elencar as implicações e conseqüências das perturbações ao padrão coordenativo do mundo da vida.

3.4 Conflito de interesses na rádio: o espaço do mundo vital e o sistema colonizador

Nessa análise sobre os conflitos de interesse no espaço da rádio, Habermas trata de separar e caracterizar os dois tipos básicos de ação humana. Esses tipos foram pensados por Herbert Marcuse, mas em Habermas, tal conceito ganha a dimensão de interação e a constante incorporação de novas estratégias mecanicistas e racionais que fluem do sistema para o mundo da vida. O que Habermas observa são os conteúdos que perpassam os dois mundos e a qual vertente e tendência esta significação pertence, ao quadro institucional (mundo da vida) ou ao alastramento dos “[...] subsistemas técnicos de ação racional com relação afins [...]”.

As novas exigências interpretativas da realidade e a fluidez comunicativa exigem do filósofo não somente a deciframento ou decodificação dos processos ocultos, todavia agindo na construção de alternativas viáveis para o retorno e equilíbrio entre o mundo da vida e o sistema. O nó central da rádio comunitária é a impossibilidade de libertação e desvinculação com os poderes tradicionais tirânicos (político). Um dos desafios das ciências sociais e de suas pesquisas empíricas que percebem o sujeito refém desses processos ocultos de dominação, uma vez que é apresentado um “[...] sentido oculto de um ‘texto distorcido’ ou de uma comunicação sistematicamente estorvada [...]” e ao mesmo tempo, proporcionar o debate, a reflexão crítica, ou seja, a busca pelo sujeito emancipado que está encoberto pelos processos supressivos sistêmicos.



A via de análise voltada ao mundo da vida deve prezar pela razão não reduzida, ou seja, pela opção que vise o empirismo de campo amplo e não reducionista, pois aqui, a linguagem assumiu esse lugar problemático, central e essencial para a resolução dos conflitos e contradições atuais. A opinião de Raimundo Nonato em Serra Redonda ratifica esta posição, pois:

A própria existência de uma rádio comunitária já é um recurso social muito importante e por mais fraca que seja a nossa rádio comunitária Sorriso, ela integra, ela envolve, ela faz a população ter mais um ponto de referência e nesse sentido é um instrumento de integração da comunidade e pode ser bem mais aperfeiçoada, aproveitada. (Raimundo Nonato, 62, conselheiro tutelar).

Os meios do dinheiro e da administração são inadequados para gerir a coordenação dos processos de reprodução cultural, de integração social e de sociabilização, pois suas estratégias atuam de forma generalizada e moralmente neutralizada. Tal efeito contribui para a perda da motivação das ações orientadas para o entendimento das multiplicidades locais e estruturação das identidades coletivas, o que fomenta o empobrecimento cultural, ou a uma coisificação das práticas comunicativas cotidianas.

O conceito de entendimento da ação comunicativa é construído por “[...] uma comunicação voltada para o consenso, [...] como uma troca pacífica de opinião e de informações entre participantes de uma determinada *práxis* social, portanto, como um processo social que se dá através da linguagem, tendo como referência certas estruturas da racionalidade [...]” (SIEBENEICHLER, 2003, p. 94). As falhas recorrentes no processo comunicativo são expressas pelos dados divergentes entre as opiniões do centro e do espaço rural discutidos no quarto capítulo.



O deslocamento de sentido ou a extinção da fala ideal é a morte anunciada do protagonismo social. A colonização do mundo da vida pelos da ação sistêmica passa a coisificar as dimensões da ação comunicativa transformando a relação direta sujeito/sujeito pela sujeito/objeto. Esta consideração pode ser confirmada pela fala da agricultora, Auréa Alves, na cidade de Alagoa Grande que na rádio comunitária há pessoas:

Contra a gente que somos agricultor, nós queremos o menino do sindicato de Alagoa Grande não pode ser uma voz na rádio, não pode falar pelo povo na rádio, porque ele não deixa, não deixa a participação do sindicato na rádio, é isso que nós queremos ter direito, nós queremos participar da rádio de Alagoa Grande (Auréa Alves, 63, agricultora).

Nesse ponto, a rádio passa a valorizar as relações do poder político e econômico em prol de uma “maior audiência” em detrimento aos programas artístico-culturais, dos

movimentos sindicais, negros. Ainda na cidade de Alagoa Grande, dois jovens estão preocupados com estes processos de encobrimento/silenciamento, principalmente cultural, como afirma o Gustavo Alexandre que:

A rádio deveria fazer menos politicagem, mas eu acho que a rádio deveria se desprender mais desse lado de politicagem e ter uma diversidade, uma abertura, porque aqui ela é tida como uma rádio comunitária e deveria ter um acesso mais democrático a população, inclusive a pessoas que sempre projetam um bloco musical diferente, mas é sempre assim, a rádio abraça, mas não ‘tá’ dando audiência, então vamos tirar o teu programa. (Gustavo Alexandre, 29, teatrólogo).

Sobre as tradições referentes à cultura negra daquele município, a jovem, Jéssica, afirma que a rádio comunitária deve divulgar melhor:

A parte cultural da cidade, mostrar os grupos que tem na cidade, a banda da cidade, tem na Caiana dos Crioulos um grupo de senhoras que tocam, é mostrar bem a cultura do pessoal daqui. (Jéssica, 17, estudante).

Os desafios na promoção de uma esfera pública mais democrática geram novos conflitos que buscam diretrizes e valores na promoção da qualidade de vida, igualdade de direitos, na melhor participação e na promoção dos direitos humanos (como o direito à voz), respeitando a ordem pública fundada no respeito à pluralidade das opiniões, como os sindicatos, professores, movimentos rurais e negros que possuem demandas, porém que são silenciadas.

Esse cenário que tende a uma perspectiva negativa, as vozes, a razão coletiva e demais apontamentos irão elencar os elementos necessários para uma guinada construtiva, com saídas precisas e funcionais para uma comunicação que vise à construção da fala ideal.

3.5 As fragilidades da emancipação do sujeito no espaço público: o reconhecimento e a busca pela pluralidade e visibilidade

A busca pelos espaços democráticos emancipatórios encontra diversos entraves nas tramas relacionais que envolvem a constituição do Estado. O próprio modelo de democracia deliberativa de Habermas se contrasta com o “modelo hegemônico de representação pautada na concepção liberal de funcionamento do sistema político e em pressupostos da concepção republicana no delineamento da unicidade do “bem comum” (LEAL, 2008, p. 70). O que Habermas pretende construir como já fora dito anteriormente, é a de criar um modelo de superação das contradições existentes, uma busca pelo elo comunitário perdido.

Para Habermas em Leal (2008, p. 71), ele aponta que: “tanto ontem como hoje o espaço público como esfera de possíveis entendimentos e construção de consensos entre membros da comunidade local que se lançam nesse espaço para debater publicamente temas de interesses de uma coletividade, protagonizando, assim, **uma ação política**”. (grifo nosso). No entanto para que este espaço se torne possível se faz necessária a criação e organização de instâncias públicas e da sociedade civil no gerenciamento deste aparelho dialógico, possibilitando uma melhor adequação objetivando “instâncias de auto-reflexão no seio da sociedade civil”.

As propostas de formação de um espaço público que contemple as demandas multi-societárias advêm de um modelo de democracia deliberativa. O que se pensava em um dado passado que as repercussões das manifestações organizadas no âmbito da sociedade civil encontravam resistência nos grandes centros e redes privadas de comunicação, voltam-se olhares para a invisibilidade e a falta de protagonismo social no interior das rádios comunitárias.

Na busca por respostas aos dilemas encontrados, o que se percebe nas falas dos depoentes é que, de fato, houve:

[...] um deslocamento de função da mídia (comunitária), enquanto espaço público, que coloca em questão tanto as dimensões política e social da opinião, criadas no interior de um espaço comunicativo que postula a pluralidade em nome da democracia, como também a qualidade do público que participa desse processo [...]. (LEAL, 2008, p. 77)

Não se pode negar que o espaço público da rádio comunitário reine o pleno consenso, mas que ocorrem momentos de sociabilidade e de tensões entre diferentes atores, mas que o diálogo ocorra de forma equitativa, sem forças ou pressões políticas partidárias e econômicas.

A busca pelo reconhecimento dos atores sociais e sua legitimação atua como atenuador dos conflitos sociais, objetivando o convívio entre indivíduos e suas múltiplas manifestações étnicas e sociais. Para tanto, este processo é ligado pela capacidade destes indivíduos em reconhecer as capacidades e valores entre seus membros. Como já formulado anteriormente, o reconhecimento do outro (minoritário, sindicalista, rural, sitiante) é conquistado quando o mesmo se torna visível dentro deste espaço público.

Esta visibilidade é alcançada segundo o próprio Habermas (2002) no momento em que a moral coletiva oriente os comportamentos dos membros da comunidade, resolvendo conflitos, recorrendo ao entendimento mútuo, sem violências, incluindo a simbólica. Quer dizer, uma teoria do reconhecimento onde o ator social não seja visto apenas por almejar objetivos utilitaristas/mecanistas, mas com fins éticos e identitários.

No momento em que os atores sociais inseridos no contexto multicultural se encontram invisíveis é possível, uma vez que a

[...] subordinação das culturas minoritárias está associada à valorização de uma cultura hegemônica, em geral, saída de uma economia forte, a qual faz tímidas concessões às expressões culturais difusas na sociedade plural, contribuindo, assim, para o confinamento de identidades étnicas e nacionais [...]. (LEAL, 2008, p. 82)

Neste caso específico, o confinamento é bastante restrito a um grupo específico, a quilombola, rural, sitiante. Nas entrevistas com os diretores e locutores das rádios comunitárias em estudo, a exposição freqüente de determinados personagens é revestida geralmente por um discurso de engajamento político e de identidade, do tipo: “as pessoas não se envolvem, por isso, a rádio tem muita programação musical” (Serra Redonda). Mas o convite para agregar novos personagens e atores é feito cotidianamente?

O bem comum na esfera pública será retomado no momento em que novas aparições públicas de minorias e seus sub-grupos, coletividades de movimentos civis, possam reassumir seus devidos lugares, quer dizer, o retorno as origens ideológicas de fundação daquela mídia comunitária.

De certo modo um novo viés poderá ser inquirido futuramente e melhor aprofundado, identificar temporalmente o momento em que a rádio comunitária foi gradualmente se afastando das noções éticas, morais e coletivas de seu germen fundador. Analisar o processo histórico de cisão da comunidade pela introdução de valores sistêmicos, políticos partidários, religiosos e individualistas.

CAPÍTULO 4 - CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA RÁDIO COMUNITÁRIA CIDADÃ

As rádios de associação ou comunitárias em suas múltiplas designações são porta-vozes de uma convergência de universos culturais, mas também de distúrbios sociais iminentes, pois se trata de um espaço de tensões entre o público/privado, local/global, sociedade local/comunidade/associação (sindicatos). Tais contradições se tornam mais evidentes com a massiva introdução dos mecanismos sistêmicos como resultado da ascensão neoliberal nas pequenas cidades do interior.

A participação crítica e reflexiva do ator social encontra barreiras de diálogo em um espaço público cada vez mais influenciado pela racionalidade econômica, distanciando os segmentos minoritários de processos da vida social, o direito de comunicar.

Deste contexto de lutas pela democratização e visibilidade de segmentos sociais excluídos, é perceptível na atualidade que populações quilombolas, de assentamentos rurais e indígenas permanecem com o direito à voz cerceada. As inovações tecnológicas como a introdução massiva das antenas parabólicas na zona rural é um fator decisivo para a difusão de consensos, hegemonias e pontos de vista advindos de São Paulo ou Rio de Janeiro conforme geração do sinal.

O que se observa em primeiro plano nas rádios tomadas para estudo (Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia) é que as mesmas não possuem um conselho gestor comunitário para designar melhor as funções da rádio na observância do bem comum, como afirma Leal (2008) é preciso que haja:

[...] especificações sobre o conteúdo da programação são vagas, com requisitos como “programação plural”, que preserve “os valores éticos e sociais da pessoa humana e da família”. Uma determinação clara que a lei traz, em seu artigo 8º, para assegurar o controle social sobre as emissoras comunitárias é a instituição do Conselho Comunitário que se traduz em mecanismo de fiscalização das atividades da rádio conforme suas finalidades definidas por lei – e vigilância em relação à programação, que deve representar a diversidade opinativa e cultural da localidade [...]. (LEAL, 2008, p. 207)

Diante de um quadro de distúrbio e desvirtuação das mídias locais, o que Lei não conseguiu alcançar na sua efetividade foram os instrumentos legais de controle e avaliação destas rádios, outra explicação para este fenômeno está atrelada a cinco fatores:

[...] 1) a ausência de mecanismos legais de controle de conteúdos das grades de programação; 2) a fragilidade ou inexistência de um projeto associativo que represente os interesses de uma coletividade, já que essas rádios são concedidas a associações e fundações sem fins lucrativos; 3) a centralização da regulação das operadoras (todas em Brasília com o MiniCom); 4) a imprecisão e muitas vezes inadequação do conceito de comunidade aplicado às emissoras de entidades associativas e 5) a proibição de publicidade no espaço radiofônico dessas emissoras [...] (LEAL, 2008, p. 211-212)

O quinto é último item é fundamental para que haja a independência da rádio dos favores políticos partidários. A mudança de linha de ação das atuais rádios tidas como “comunitárias” representa um desafio penoso, uma vez instaladas as forças sistêmicas não há mais volta.

Na tese desenvolvida por Sayonara Leal (2008) a mesma criou um quadro de tipologias sobre as rádios comunitárias, uma primeira:

[...] **generalista particular** (são aquelas que seguem o modelo de comunicação comercial das rádios privadas comerciais, a direção da emissora é centralizada nas mãos de um político ou empresário, veiculam informações locais, mas a grade de emissões não é plural, está a serviço de interesses particulares); **generalista comunitária** (são emissoras que seguem o formato standard das rádios comerciais, apesar de apresentarem suas especificidades, mas têm projetos radiofônicos orientados pelos interesses públicos da localidade, apresentam emissões e conteúdos de interesse apenas local), **confessionais** (são aquelas emissoras comprometidas com a orientação de apenas uma crença religiosa [...]); e **intercultural comunitária** (são mídias que adotam um modelo próprio de programação sem estar presas a formatos standard, a gestão da mídia é descentralizada e é dada prioridade para necessidades e demandas locais, em termos de informação e difusão de diferentes práticas culturais que convivem na localidade, valorização da diversidade cultural local e são também espaços ecumênicos) [...] (LEAL, 2008, p. 216-217)

Neste próximo ponto será feita uma aproximação entre os parâmetros legais das rádios comunitárias e ao mesmo tempo analisar aquilo que esta sendo irradiado por estas emissoras.

4.1 O modelo ideal de comunicação comunitária: uma aproximação com o pluralismo e protagonismo social

Passado a fase de análise conceitual e teórica do trabalho passa-se a compor um quadro de referência de como as categorias de análise foram constituídas. Neste ponto, a pesquisa de campo teve como focos principais analisar o grau de participação, pluralidade, diálogo, reconhecimento e lógicas de ação que as rádios comunitárias em Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia estão protagonizando.

A tabela abaixo esclarece as lógicas de ações dos atores que estão inseridos neste espaço público local:

Quadro I

Categorias	Indicadores na pesquisa de campo
Participação	▪ Programas essencialmente musicais, restrito à poucos momentos de reflexão; ▪ A pouca participação que é reservada ao ouvinte é filtrada por um Identificador de Chamadas (Rádio Piemonte – Alagoa Grande)
Pluralidade	▪ A pouca diversidade na programação com programas musicais e de conteúdo duvidoso (Rádio Sorriso – Serra Redonda) a população não se engaja na manutenção de uma diversidade de vozes no espaço da rádio
Diálogo	▪ Poucos programas que exerciam fortemente a participação e o diálogo com as áreas rurais (sitiantes, quilombolas) são retirados do ar, mesmo contra vontade destes segmentos (Programa Acorda Serra Redonda – Dedé de Danda); ▪ O mesmo problema ocorre pela falta de um programa dos sindicatos rurais em Alagoa Grande e em Santa Luzia
Reconhecimento	▪ A participação restrita, não aberta a pluralidade, onde o diálogo é cerceado. Não se observa um grupo específico que fala em nome de um grupo social, movimento ou uma causa. Como

	em Santa Luzia (não se consegue identificar qual papel social a rádio desempenha, mas é possível reconhecer que grupo político e econômico está por trás da mesma)
Lógicas de ação	▪ Os programas dos sindicatos e segmentos sociais são excluídos da programação por não terem um retorno em termos de apoio cultural (Alagoa Grande e Santa Luzia); ▪ Os programas são pensados e direcionados em favor de um grupo, por sua vez, político da situação

Este quadro sobre as lógicas de ação foram elaboradas por Leal (2008) que se subdividem em lógicas inspiracionais, opinativas, cívicas, mercantis e comerciais. Na presente pesquisa, tais valores foram deturpados, onde as perspectivas mercantis e industriais perpassaram o mundo da vida no interior deste espaço público comunitário.

4.2 A reconfiguração do espaço público local

Antes de adentrar na temática do espaço público local, tais locais de diálogo foram criados em projetos de Estados nacionais e com o amadurecimento dos processos democráticos. Em uma sociedade da informação ou de rede (Castells, 2001), as possibilidades de comunicação são ilimitadas e seus efeitos sobre o social e o político são por vezes, imprevisíveis. As distorções deste espaço são originadas das aglutinações e diferenças entre as várias experiências identitárias que compõem o Estado-nação.

Destas experiências, o Estado pouco absorveu no momento da composição destes espaços de diálogo ou instâncias democráticas de voz, uma vez que a formação de um sujeito mais consciente e crítico de sua condição enquanto cidadão e seus direitos é constantemente bombardeado pelos interesses privados de controle e monopólio dos meios de comunicação, resultando em um número cada vez maior de minorias que não têm acesso às novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC).

As reflexões críticas e análises sobre as limitações do “modelo democrático” vigente nas sociedades capitalistas ocidentais para oferecer alternativas às tensões entre o público e o político-partidário/neocoronelista é o principal norte a se construir na atualidade. O quadro dos conflitos existentes impõe aos movimentos da sociedade civil o desafio de construir instâncias dialógicas, permanentes.

O que se percebe nos atuais espaços de diálogo pesquisados (Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia) é a nociva falta de um projeto voltado para uma:

[...] ação política pautada no entendimento de um “bem comum” ou no resgate do princípio comunitarista de uma certa homogeneidade de interesses, o que garantiria o fortalecimento de vínculos sociais que se reforçam pelo pertencimento a uma identidade, cultura, grupo étnico, religioso comum [...]. (LEAL, 2008, p. 50)

Ao passo em que as instâncias de representação democráticas se amadurecem, novas demandas são exigidas, aqui nos referimos a cidadania multicultural. No caso específico das rádios comunitárias pesquisadas, a insuficiência da efetividade de uma sociedade plena de diferenças não demanda das instâncias estatais, a renovação do quadro de políticas públicas setoriais adaptadas às configurações de novas necessidades sociais, culturais e políticas. Nestes espaços públicos de diálogo anômicos, não se vislumbra a aproximação entre Estado e sociedade civil por meio de processos de interação discursiva, em que o cidadão comum (do meio rural, minoritário) pode assumir papel de protagonista sobre temas de suas necessidades de interesse almejando irradiar suas idéias às instâncias e espaços da política oficial.

A formação do novo cidadão por meio de sua atuação na vida pública, utilizando para isto, os instrumentos de comunicação comunitária, o traz para além de sua condição de eleitor. Sua participação nestes espaços, onde sindicatos, associações, movimentos sociais e demais representantes locais se expressam, contribuem para um papel decisivo na desconstrução da política e do poder, pois ali, a maioria social estaria representada.

O processo de ampliação da democracia exige novos valores reafirmativos das práticas comunicativas advindas dos diversos segmentos sócio-culturais, uma vez que em Sayonara Leal (2008):

[...] as proposições viáveis de modelos combinados, participativos, comunicativos, dialógicos e deliberativos de democracia partem de críticas às limitações do modelo liberal representativo e não da sua superação. Na verdade, apontam para uma ampliação da democracia, prevendo uma maior inclusão do cidadão em processos decisórios, políticos e sociais arbitrados pelo Estado e suas instituições [...]. (LEAL, 2008, p. 52)

Ao que se refere à crítica ao modelo neocoronelista, político-partidário que atua no interior destas rádios, jamais teríamos a extinção das forças políticas no cerne do espaço público, uma vez que:

[...] a política aparece como elemento fundamental para alicerçar debates públicos e, sobretudo, oferecer as bases para a revisão, reflexão e atualização do sentido contemporâneo de democracia e suas possíveis configurações sem estar necessariamente atreladas ao modelo liberal hegemônico da representação [...]. (LEAL, 2008, p. 53)

Obviamente não se pretender afastar o fator político nas rádios, mas seu retorno aos interesses que promovam o “bem comum”, sua superação para a construção verdadeira de espaços dialógicos de confronto, onde os problemas locais possam ser debatidos em “pé” de igualdade com as instâncias decisórias de poder local, contudo, “para que instrumentos de controle público-social possam funcionar é fundamental a constituição de canais de comunicação entre instituições públicas e cidadãos, organizados ou não em entidades civis” (LEAL, 2008, p. 54).

Mais uma vez, o debate fundamental e principal deste trabalho gira em torno dos fatores que proporcionem aos cidadãos das cidades analisadas, as reais condições de acesso aos instrumentos dialógicos que os tornem protagonistas da vida social da comunidade em que estão inseridos. Os efeitos danosos de uma democracia representativa é a principal matriz para os problemas políticos partidários e sua alternância na rádio comunitária.

Percebe-se na atual gestão destas rádios uma espécie de privatização social das vozes, onde é perceptível nas falas dos depoentes a existência de uma “dicotomia nós e eles”. A tensão pré-existente naqueles espaços levou ao conflito em que os atores fora da rádio não reconhece quem controla a emissora, e o mesmo processo foi observado nos diretores e locutores que dizem “desconhecer” uma demanda por novos espaços na rádio.

4.3 A lógica de ação das rádios comunitárias de Alagoa Grande, Serra Redonda e Santa Luzia

As preferências das lógicas de ação nas rádios comunitárias de Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia, segundo modelo elaborado por Leal (2008, p.42) e adaptado à presente pesquisa. A tabela tem por objetivo esmiuçar em cada rádio as preferências e influências das forças e lógicas de ação que atuam nas rádios pesquisadas:

Quadro II

Por ordem de influência nas Rádios pesquisadas (3,4 e 5 – desvirtuadas)	1) Lógica empresarial	2) Lógica opinativa	3) Lógica inspiracional	4) Lógica cívica	5) Lógica profissional
Locutores	Engajamento apenas pela remuneração	Engajamento como forma de expressar e dar visibilidade a suas opiniões e gostos pessoais, podendo compartilhá-los com “outros”, com vistas ao reconhecimento	Engajamento como escolha de vida, pela oportunidade de desenvolver um programa a partir de sua criação	Engajamento pela adesão a um projeto coletivo com vistas ao atendimento do interesse público, pela crítica social, política ou cultural	Engajamento pela oportunidade de praticar locução em rádio, projeção profissional, se beneficiar da experiência para atuar depois em outras mídias
Diretores	Engajamento por remuneração	Engajamento pela oportunidade de expressar suas idéias particulares e pertencer a uma causa (Alagoa Grande e Santa Luzia – político partidário; Serra Redonda – político partidário e religioso – evangélico)	Em todas as rádios pesquisadas, o projeto fundador da rádio foi abandonado e/ou oculto pelos sujeitos silenciados	Engajamento a uma luta social e política, reivindicação de direitos	Engajamento pela experiência de ser diretor de um meio de comunicação
Funcionamento da rádio	Veiculação excessiva de publicidade comercial e de programas pagos (evangélicos, católicos, grupos políticos)	Veiculação de programas opinativos, (mas sem profundidade das temáticas) e de gostos auto-referentes. Espaço de projeção de personagens e personalidades	No início de sua fundação, os programas veiculados eram produzidos pelos animadores locais, sem nenhum vínculo com interesses sistêmicos	Veiculação de programas produzidos de acordo com padronização. Valorização de formatos “Standards”	Veiculação de programas produzidos de acordo com padronização. Valorização de formatos Standards.

A pesquisa de campo não abrangeu a compreensão a respeito das combinações das lógicas de ação entre locutores e diretores das rádios, apenas relacionou seu público ouvinte com a rádio.

Considerações finais

A questão da inclusão dos segmentos negros na radiodifusão comunitária fez levantar discussão sobre o papel social que estas rádio estão desempenhando na atualidade. A criação da Lei 9.612/98 não impediu que grupos sociais minoritários continuassem silenciados, sem direito à voz. A própria história de luta das rádios livres no mundo passou pelas mãos dos pequenos sindicatos de trabalhadores que lutavam por melhores condições de vida no ambiente de trabalho no início do século XX.

Quase um século depois, diante dos processos e fenômenos sistêmicos irreversíveis como a globalização, neocoronelismo do tipo eletrônico e da política partidária na radiodifusão comunitária, analisamos o tipo de influência que estas esferas públicas locais estariam produzindo e que tipo de informação estava sendo irradiada. Contudo, percebeu-se alinhado ao pensamento de Habermas no Agir Comunicativo que os depoentes não desejam à quebra, a cisma, a ruptura daquele aparelho comunitário, mas o retorno do equilíbrio dialógico perdido, que existia no início da fundação da rádio comunitária naquela cidade.

O processo de burocratização das concessões públicas de mídias comunitárias propiciam sua rápida contaminação pelo poder público local e econômico, instaurando um clima subjetivo de conflito naquele ambiente, como apontou as discordâncias entre as opiniões do centro urbano e do rural sobre o papel social da rádio comunitária.

Os dados de amostra desta pesquisa fez surgir novas inquietações, a exemplo de uma possível reconfiguração da antiga esfera pública comunitária, aquela familiar/do coletivo que passou a ser mediada na contemporaneidade por estes equipamentos de comunicação tidos por “comunitários”. Foi perceptível, neste caso, um exercício do controle social, seja ele privado ou público não mais centrado no poder fundiário representado pelo latifúndio, mas pela concentração da concessão dos

meios/equipamentos de comunicação comunitários que são gerenciados diretamente pelas forças políticas partidárias da situação ou de ordem religiosa de maior expressão ou ascensão naquela localidade.

O modelo de gestão nestas rádios é, de fato, uma herança da ingerência do poder público no Estado moderno que se transformou em infra-estrutura de sustentação de uma classe dominante que demonstra ser uma nova espécie de burguesia que é pública e ao mesmo tempo, objetiva privada.

Não parece obstante afirmar que as atuais rádios pseudo-comunitárias seriam na verdade “grupos privados de interesse. O atual sistema gestor de rádios comunitárias legitimado por uma burocracia jurídica propicia tal designação, uma vez que, que o acesso ao conhecimento técnico-jurídico por parte dos grupos excluídos e silenciados historicamente são quase nulos. E desta constatação, as rádios comunitárias da presente pesquisa tornaram-se esferas privadas de interesse, onde grupos políticos partidários e religiosos exercem controle e decidem quem pode ou não exercer o papel de cidadão crítico naquela localidade.

O não estabelecimento da democracia participativa nas rádios comunitárias pesquisadas é, antes de tudo, efeito de uma política deficitária de universalidade do conhecimento e desburocratização do mesmo. Neste sentido, se faz necessário, um melhor aprofundamento sobre quais vozes de prestígio estão sendo irradiadas nestas mídias comunitárias e quais seus interesses em jogo.

Para tanto, uma das saídas possíveis deste modelo sistêmico e o retorno da comunidade na participação e gestão de seu equipamento comunitário é a criação de espaços públicos de cidadania. O fortalecimento da opinião pública e retomada da esfera pública de interesse coletivo/local são resultados diretos dos novos ou renovados espaços, livres para o debate público e a fluência de uma espécie de *agenda setting* comunitária.

Um dos objetivos da realização da pesquisa de campo participativa era questionar, se todos os atores daquela comunidade inseridos na dinâmica sistêmica/objetiva seriam capazes de recriar, resgatar e reintroduzir na rádio comunitária conteúdos éticos, morais e, construtivistas, orientados para uma formação social e o bem comum da comunidade local. Tais questionamentos levantados trouxeram à tona naquelas cidades uma breve crítica, debate e análise sobre os instrumentos comunitários existentes em sua localidade.

As distorções entre os discursos dos indivíduos do espaço urbano e periférico (rural, sitiante, quilombola) apresentado pelos dados estatísticos apontaram para uma crise sistêmica (econômica/publicitária; política partidária; religiosa) de legitimidade em curso e, ao mesmo tempo, poderá originar abordagens futuras sobre esta nova problemática suscitada pelos dados da pesquisa de campo.

Referências

BARBALHO, Alexadre. *Cidadania, Minorias e Mídia: ou algumas questões postas ao Liberalismo*. Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005. p. 31, 32, 34, 36

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas –SP: Papirus, 1996. p.122-123

COUTINHO, Eduardo Granja. *Os sentidos da Tradição*. Comunicação e cultura das minorias. São Paulo, Paulus, 2005. p. 86-89

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *As relações de gênero nos estudos de recepção: notas sobre metodologias de pesquisa e suas repercussões teóricas*. Comunicação e cultura das minorias. São Paulo, Paulus, 2005. p. 133

GONÇALVES, Márcio Souza. *Minorias, Identidade e Virtualidade*. Comunicação e cultura das minorias. São Paulo, Paulus, 2005. p. 71,72,77,79,80, 81, 95, 96

JANOTTI JR, Jeder Silveira. *Mídia, cultura juvenil e Rock and Roll: Comunidades, Tribos e Grupamentos Urbanos*. Comunicação e cultura das minorias. São Paulo, Paulus, 2005. p. 119

KERSTENETZKY, Celia Lessa. *Políticas Sociais: focalização ou universalização*. Niterói – RJ: Universidade Federal Fluminense – UFF. Textos para discussão: UFF/Economia: ISSN 1519-4612

OLIVEIRA, Vanessa & MORTARI, Elisangela Carlosso Machado. *Quilombos contemporâneos: a memória e o consumo midiático na formação da identidade negra*. UFSM – Santa Maria – RS: UNirevista, n.3, volume 1, 2006

PAIVA, Raquel. *Mídia e Política de Minorias*. Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005. p. 15 - 24

PRYSTHON, Ângela. *Negociações na periferia: mídia e jovens no Recife*. Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005. p. 109

SILVEIRINHA, Maria João. *Democracia e Reconhecimento: Repensar o espaço público*. Comunicação e cultura das minorias. São Paulo, 2005. p. 42, 45, 49, 57-59, 64, 67,68

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. *Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 13, 19, 21, 39, 47, 50

SODRÉ, Muniz. *Por um conceito de minoria*. Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11, 12; 13-15

Monografia

TESSAROTTO, Marco Antônio de Oliveira. *O Registro da Comunicação Oral e da Memória para Preservação das Identidades Culturais nas Comunidades Quilombolas do Matão, Caiana dos Crioulos e Talhado*. Universidade Estadual da Paraíba – Departamento de Comunicação Social. Ano: 2006

Dissertações

BEZERRA, Tânia Maria da Silva. *A participação do usuário na produção da informação em saúde*. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, CPQAG, Brasil. Ano de obtenção: 1999

Tese

LEAL, Sayonara de Amorim Gonçalves. *Rádio Comunitária, Espaço Público e Democracia: Estudos de casos na França e no Brasil*. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, 2008, p.45; 50; 52-53; 66; 77; 82; 112; 115; 116; 211; 217

Revistas

ASSUNÇÃO, Luiz. *Quilombos: comunidades remanescentes – RN*. Natal: Revista Galante, n.17, volume 03. Fundação Hélio Galvão, 2006

Paper

GOMES, Darcilene Cláudio; PINTO, Giovana Carolina de Resende & CAMPOS, Luciane dos Santos Moraes Dellova de. *Desigualdade, pobreza e políticas sociais:*

discutindo a focalização das políticas sociais no Brasil. Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Disponível em: <http://www.ucm.es/info/ec/jec10/ponencias/1002gomesetal.pdf>, acessado em 27 mar. 08

Internet

AACAD - Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-Descendentes da Paraíba e CECNEQ – Comissão Estadual das Comunidades Negras/Quilombolas da Paraíba. Disponível em: <http://www.ilmiobrasile.net>, acessado em 30 mar. 08

CANCLINI, Néstor García. *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação*. Opinião Pública, Campinas, v. 8, nº 1, 2002. Disponível em: www.scielo.br/pdf/op/v8n1/14873.pdf, acessado em 10 ago 2008

COMBLIN, José. *Nós e os Outros – Os Pobres em casa num mundo globalizado?*. Disponível em: <http://www.sedos.org/spanish/comlin.htm>, acessado em 20 out. 08.

DAMASCENO, Gilberto J. B. *A Emergência das Novas Energias Utópicas*. Caderno da Escola do Legislativo. Minas Gerais, 1997. Disponível em: www.almg.gov.br/CadernosEscol/Caderno6/damasceno.pdf, acessado em 15 ago 2008

ROSENTHAL, Sandra. *Pragmatismo americano clássico: uma visão geral sistemática*. Tradução de Ana Paula Carvalho e João Máttar. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Centro de Estudos do Pragmatismo. Disponível em: www.pucsp.br/pos/filosofia/Pragmatismo/cognitio/artigos_b_traduc/btc3_rosenthal.doc, acessado em 08 out 2008. p. 2, 3, 6, 8, 10.

SILVA, Edna L. e MENEZES, Estela M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Disponível para download em PDF no link <http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>, acessado em 08 jul 2009.

APÊNDICE I

1ª parte – metas da pesquisa

Procedimentos de amostragem e coleta de dados estatísticos

População:

Alagoa Grande - 27.488 (2007) – domicílios: 7027 (2001)

Santa Luzia – 14.292 (2007) – domicílios: 3597 (2001)

Gurinhém – 13.209 (2007) – domicílios: 3134 (2001)

Comunidade quilombola

Pesquisar em todas as famílias do local (perguntar pelo responsável)

Centros urbanos

Alagoa Grande (120)

Santa Luzia (119)

Gurinhém (119)

Confiança: 90%

Margem de erro: 0,75%

Procedimentos:

Adequação do questionário; definição de amostra; dados pacote (planilha), teste de hipótese, modelo e padrão empírico de análise, verificar variáveis, problemas, fundamentação

Metas:

Qualificação: (15/08 – 15/09)

30 pessoas em cada centro urbano + 10 membros das comunidades negras + 3 rádios

Pós-qualificação: (mês de dezembro inteiro)

No centro urbano: 80 pessoas x 3= 240 entrevistas

Comunidade: as demais famílias

Estimativa final: 300 pessoas + 60 famílias (chefes-comunidade) + 3 rádios = 363 pessoas

2ª parte – questionários

Mod. 1 (responsável pela rádio)

Data:_____/_____/2008

Horário:_____:_____

Nome da rádio:_____

Prefixo:_____

Concessão definitiva:_____/_____/_____

Responsável:_____

1) Há quantos anos a rádio (X) existe na cidade de (y)?

☐ menos de 6 meses☐ mais de 2 anos☐ 10 anos ou mais☐ mais de um ano☐ mais de 5 anos

2) Como surgiu?

☐ alto-falantes☐ carros de som☐ outros. Qual_____☐ difusora☐ sinal aberto

2.1) De qual iniciativa?

☐ política☐ religiosa☐ ONG☐ associação de moradores☐ sindicato☐ outro? Qual?_____

3) Quantas horas de programação própria a rádio tem?

☐ menos de 1 hora☐ mais de 5 horas☐ outros? Qual?_____☐ mais de 2 horas☐ 10 horas ou mais

4) Qual programa é destaque na programação?

☐ musical☐ político☐ outro? Qual?_____☐ jornalístico☐ esportivo☐ religioso

5) Quantas pessoas trabalham na rádio?_____

5.1) Quem são em sua maioria?

☐ amigos☐ políticos☐ parentes☐ associados☐ sindicalistas☐ outros? Qual?_____

6) Em média, quantas associações, sindicatos e representações sociais apóiam a rádio?_____

7) As associações, organizações locais e pessoas da comunidade contribuem para o funcionamento da rádio, elas representam a que segmento na cidade?

☐ comércio☐ religioso☐ outros?_____☐ indústria☐ político

8) Após a longa caminhada para a concessão definitiva da rádio. Na sua opinião, o que poderia está faltando?

☐ participação☐ mais anúncios☐ outros?_____☐ comprometimento☐ manutenção

9) O Sr. (a) considera que a rádio é aberta à todos? Ela é democrática?

☐ Sim☐ Não☐ parcialmente

10) O Sr. (a) considera que a rádio está cumprindo com a sua função social para a comunidade?

() Sim () Não () Parcialmente

11) O Sr (a) tem o conhecimento da lei que regulamenta a rádio comunitária?

() Sim () Não

12) Pela lei, em que porcentagem a Sr (a) acha que a rádio está cumprindo?

() Nenhuma () menos de 20% () de 20 a 40%
() 40 a 60% () + de 60%

13) E o que o Sr. (a) acha deste número?

• Formação:

() Fundamental () superior
() Médio () outro? Qual? _____

• Por que ingressou na área de comunicação?

() sonho () realização () comunicador nato
() perspectivas () necessidade da comunidade (preocupação com o social)
() outro? Qual? _____

• Deseja se aperfeiçoar na profissão em algum curso técnico ou superior?

() sim () não

Mod.2 (população geral – centro urbano)

Data: ____/____/2008

Horário: ____: ____

Entrevistado: _____ Sexo: () M () F

Idade: _____ Instrução: () E. F. () E. M () E. S ()

Renda: _____

O Sr (a) participa ou é simpatizante de alguma associação comunitária ou política? ()

Sim () Não

1) Sr (a) ouve rádio? Qual frequência?

() 1 vez ao dia () +4 () outro? _____

() 3 vezes ao dia () +5

2) O Sr. (a) costuma sintonizar a rádio (x)?

() sim () não () às vezes

3) Qual o programa o Sr (a) mais gosta?

() político () esportes () outros? Qual? _____

() musical () noticiário () religioso

4) O que o Sr. (a) não gosta na rádio comunitária?

() qualidade do sinal () músicas () outras? Qual? _____

() programação () política

5) O Sr. (a) já ouviu na rádio algum programa com o pessoal da comunidade quilombola (x)? Caso “não” seguir para a 7ª

() sim () não

6) Caso sim. Em que momentos?

() religioso () político () outros? Qual? _____

() social () esportivo

Quando? Em que período do ano? () início () meio () final de ano

7) O Sr. (a) considera que a rádio está cumprindo com a sua função social para a comunidade?

() Sim () Não () Parcialmente

8) O Sr (a) tem o conhecimento da lei que regulamenta a rádio comunitária?

() Sim () Não

9) Pela lei, em que porcentagem a Sr (a) acha que a rádio está cumprindo?

() Nenhuma () pouca () razoável

() boa () muita

8) Na sua opinião, o que está faltando na programação da rádio?

() notícias da comunidade () debates () participação local

() qualidade técnica () outra? _____

Mod. 3 (Comunidade)

Data:_____/_____/2008

Horário:_____:_____

Entrevistado:_____ Sexo: ()M ()F

Idade:_____ Instrução: ()E. F. () E. M () E. S ()

Renda:_____

1) Número de pessoas que moram na residência?_____

2) Há quantas gerações mora na comunidade?_____

3) O Sr. (a) é o chefe da família? () sim () não

4) Todas que residem na sua casa são parentes? () sim () não

5) Quais meios de comunicação são disponíveis na comunidade?

() celular () televisão por parabólica () jornal

() televisão local () rádio () outros?_____

6) Sr (a) ouve rádio? Qual frequência?

() 1 vez ao dia () +4 () outro?_____

() 3 vezes ao dia () +5

7) O Sr. (a) costuma sintonizar a rádio (x)?

() sim () não () às vezes

8) Ou prefere a rádio comercial? Qual delas?_____

9) Qual o programa o Sr (a) mais gosta?

() político () esportes () outros?Qual?_____

() musical () noticiário () religioso

10) O que o Sr. (a) não gosta na rádio comunitária?

() qualidade do sinal () músicas () outras? Qual?_____

() programação () política

11) O Sr. (a) já ouviu na rádio algum programa com o pessoal da comunidade quilombola (x)?

() sim () não

12) Caso sim. Em que momentos?

() religioso () político () outros? Qual?_____

() social () esportivo

Quando? Em que período do ano? () início () meio () final de ano

13) O Sr. (a) considera que a rádio está cumprindo com a sua função social para a comunidade?

() Sim () Não () Parcialmente

14) O Sr (a) tem o conhecimento da lei que regulamenta a rádio comunitária? Caso não, ir para 17.

() Sim () Não

15) Pela lei, em que porcentagem a Sr (a) acha que a rádio está cumprindo?

- ☐ Nenhuma ☐ pouca ☐ razoável
☐ boa ☐ muita

16) Na sua opinião, o que está faltando na programação da rádio?

- ☐ notícias da comunidade ☐ debates ☐ participação local
☐ qualidade técnica ☐ outra? _____

17) Qual o principal problema de se ouvir rádio na comunidade?

- ☐ qualidade do sinal ☐ todas que sintonizam não são locais
☐ poucas opções de rádio ☐ Outros? Qual? _____

Mod. 4 (técnico-somente entrevistador)

Comunidade: _____

Localidade: _____

1) Qual a distância do centro da cidade e a comunidade? _____

2) Há recepção da rádio comunitária? ☐ sim ☐ não

Caso “sim”, qual a qualidade?

☐ excelente ☐ regular ☐ sem sinal☐ boa ☐ péssima

3) Programação do dia (_____/_____/2008)

4) Quais meios de comunicação são disponíveis na comunidade?

☐ celular ☐ televisão por parabólica ☐ jornal☐ televisão local ☐ rádio ☐ outros? _____

5) Que tipo de política a organização da rádio comunitária (x) mais reflete?

☐ é autônoma ☐ mantida por ONG ☐ religiosa☐ política ☐ sindical ☐ cooperativa**3ª parte – Transcrições entrevistas****4ª parte – Dados estatísticos**

APÊNDICE II

Legenda:

E. – (Entrevistador)

(…) – Pausa da fala ou continuidade

(***) – ruído, voz muito baixa, impossível de transcrever.

Serra Redonda (19 e 20 de agosto de 2008)**Centro urbano**

1) Celso Tavares Pontes – 71 anos – aposentado

E.- O Sr. participa de algum movimento comunitário da cidade? Alguma associação?

C.T – Não

E.- O Sr. ouve com que frequência a rádio Sorriso?

C.T – Uma vez por dia, o do programa esportivo e o religioso com o Padre Severino

E. – E qual programa da rádio que o Sr. menos gosta?

C.T – Aliás, eu gosto de todos, eu assisto pela manhã, o Chico do forró, eu também gosto, todos eles eu sempre ouço. Mas o que eu ligo sempre é o esportivo

E. – O Sr. já ouviu na rádio notícias sobre os sítios, das comunidades que tem aqui ao redor, ou só do centro da cidade?

C.T – Não, eles falam sobre o pessoal da associação, quando tem reunião, aí comunica, avisa para toda comunidade.

E. – O Sr. considera que a rádio tá cumprindo com seu papel social na comunidade?

C.T – Com certeza, com certeza, exatamente.

E. – O Sr. tem conhecimento de uma Lei específica que regulamenta essa rádio?

C.T. – Não

E. – Na opinião do Sr., o que tá faltando para que a Rádio Sorriso seja cem por cento?

C.T – Aí você me deixou, eu não sei nem explicar, todos os programas eu to achando bom, para mim tá tudo bem

2) Cibele dos Santos Silva-18 – ensino médio completo

E. – Cibele, você participa de algum movimento, associação, ou política aqui na comunidade?

C.S.- Eu participo sim, eu trabalho na rádio

E. – Você ouve com muita frequência?

C.S- Sim, com certeza.

E. – E qual programa você mais gosta na rádio?

C.S – É o meu, o Star Music.

E. – E o que ele é? Musical?

C.S – Ele é musical.

E. – Tem entrevistas? Algo além?

C.S. – Entrevistas quando tem algum evento

E. – E qual programa você menos gosta? Aquele programa que falta melhorar um pouquinho?

C.S. – É por que eu nunca ouvi. Mas é o que tem de rouqueiros lá.

E. – Você já ouviu na rádio falar sobre o pessoal dos sítios, das comunidades, de noticiar algo que acontece por lá?

C.S. – Ouvi, foi por isso que inventaram a rádio para a comunicação do povo daqui. Quando a pessoa não tem como avisar, vem aqui e pega o aviso e fica sabendo.

E. – E em que momentos você ouve mais falar sobre as comunidades?
 C.S. – É tudo isso a gente fica sabendo pela rádio.
 E – Você tem conhecimento da Lei que regulamente a rádio? Que criou?
 C.S. – Que eu sei assim, é que foi o Padre João que morreu e que trouxe a rádio pra cá em Serra Redonda
 E. – Você acha que a rádio tá cumprindo com o papel social?
 C.S. – Da minha parte eu acho que sim, que tá.
 E. – Na sua opinião, o que tá faltando na rádio? Mais participação local, notícias?
 C.S. – Eu acho assim. Ela tá precisando de mais locutor! É por que ela é comunitária, precisa de voluntários.

3) Dalva Lúcia Cosme de Andrade – 33 – ensino médio – comerciante

E. – A Sra. participa de algum movimento, associação comunitária aqui em Serra Redonda?
 D. L. – Não.
 E. – Você ouve a rádio Sorriso uma vez ao dia, duas vezes?
 D.L. – Escuto, várias vezes.
 E. – Qual programa a Sra. mais gosta na rádio?
 D.L. – Eu escuto mais assim, no sábado, o de meio dia, num tô muito lembrado do nome do programa, e na sexta-feira, que fala das coisas da cidade, o que vai acontecer, o que já aconteceu.
 E. – E qual programa a Sra. menos gosta na rádio?
 D.L. – Eu nem sei te falar, eu não assisto todos eles não. Só os que me interessa mais.
 E. – A Sra. já ouviu falar na rádio sobre o pessoal do Matias, dos sítios vizinhos?
 D.L. – Já. Já teve.
 E. – Em que momentos isso acontece?
 D.L. – Todos os domingos a missa é irradiada daqui da matriz e dos sítios, o futebol, já teve, mas agora não tô muito lembrada.
 E. – A Sra. tem conhecimento de uma Lei específica para esta rádio?
 D.L. – Com certeza
 E. – E por esta Lei, a Sra. acha que a rádio cumpre com o papel social?
 D.L. – Ela tá cumprindo, ela tá cumprindo. O pouco que eu conheço, ela tá cumprindo.
 E. – Na opinião da Sra. o que está faltando na programação da rádio?
 D.L. – Eu acho que tá bom, do jeito que tá assim.

4) Dário Machado – 20 – superior em História – estudante

E. – Dário, você participa de algum movimento ou associação comunitária?
 D.M. – Não, participo não.
 E. – Ouve a rádio Sorriso?
 D.M. – Ouço. Uma vez por semana, todos os dias não.
 E. – E qual programa você mais gosta na rádio?
 D.M. – O programa Gospel
 E. – E qual programa você menos gosta?
 D.M. – O programa (...). Não tem o programa que não gosto. Pode ser o do Rock
 E. – Você ouve regularmente a rádio anunciar programas e eventos nos sítios vizinhos, das comunidades?
 D.M. - Raramente

E. – Você considera que a Rádio tá cumprindo com seu papel social?

D.M. – Parcialmente

E. – Você tem conhecimento da Lei que regulamenta a rádio?

D.M. – Não totalmente

E. – E para você o que está faltando na rádio?

D.M. – Mais notícias da comunidade

5) **Davi Machado (diretor da Rádio) – 26- ensino médio**

E. – Há quanto tempo a Rádio Sorriso existe em Serra Redonda?

D.M. – A rádio Sorriso da Serra foi completar seis anos agora no dia 17 de dezembro.

E. – Ela surgiu como? Em alto falantes, uma difusora, caixas de som em postes?

D.M. – Ela já surgiu como sinal aberto.

E. – E quantas horas de programação própria ela tem?

D.M. – Ela começa desde as 07 da manhã até as 09 da noite.

E. – E qual seria o programa de maior destaque e audiência na cidade?

D.M. – O programa de maior destaque e de audiência é o esporte.

E. – Quantas pessoas trabalham na rádio?

D.M. – Numa média de uns 14 locutores.

E. – E quem são em sua grande maioria? Amigos, associados, políticos?

D.M. – São voluntários e, amigos também.

E. – Quantas associações, representações apóiam a rádio?

D.M. – Sim, algumas, todas não. Deve ter em torno de umas 4

E. – Neste longo período de lutas na rádio, o que estaria faltando a rádio Sorriso?

D.M. – Faltando, ela tem assim, uma programação boa, tem seus programas voluntários também. O que tá faltando assim é uma melhoria na programação com mais voluntários para formar novos programas, que não fossem mais só religioso, por que já tem tantos.

E. – A rádio é aberta à todos, não é política?

D.M. – Sim, ela é aberta

E. – O Sr. considera que ela está cumprindo com o papel social?

D.M. – No momento sim, sim.

E. – O Sr. tem conhecimento da Lei que regulamenta a rádio?

D.M. – Tenho, tenho todo conhecimento.

E. – Pela Lei, você considera que a rádio tá cumprindo, menos de 50%, ou mais?

D.M. – Eu acho que ela deva tar cumprindo seus 60%

E. – E o quê você acha? É um número positivo?

D.M. – É um número positivo, falta ainda acertar alguns detalhes, não é também com relação a Lei toda, algumas partes ela cumpre 60%, outras os 100%.

E. – Davi, me diga, como você se interessou na área de comunicação? Uma realização pessoal, você é um comunicador nato?

D.M. – Eu era comunicador e acabei me tornando diretor da rádio, agindo na frente da emissora.

E. – Mas no futuro, se houver oportunidade, pretende se capacitar na área de comunicação?

D.M. – Com certeza, pretendo ainda.

6) **Felipe – 18 – ensino médio – estudante**

E. – Você participa de algum movimento social na cidade?

F. – Só na Rádio Sorriso, mesmo.

E. – Você ouve a rádio com frequência?

F. – Muito, exato.

E. – E qual programa você mais gosta na rádio?

F. – Tanto o religioso como o de esportes, o esportivo.

E. – E qual programa na rádio comunitária que na sua opinião não está encaixando bem na programação?

F. – Não querendo desmerecer o pessoal, mas é o de vaquejada, do rock, esses tipos assim.

E. – Você alguma vez já ouviu falar das comunidades negras, dos sítios na rádio? É algo raro?

F. – Não. Faz um bom tempo assim que não se ouve falar não direto da rádio daqui com as outras comunidades.

E. – Você considera que a rádio tá cumprindo com seu papel social na cidade?

F. – Parcialmente

E. – Na sua opinião, o que está faltando na programação da rádio?

F. – Tá faltando mais participação do pessoal e algum programa que puxe mais o jornalismo

7) Sr. Gilfrásio – 51 – não tem instrução – padeiro

E. – O Sr. participa de algum movimento social, associação ou movimento político na cidade?

G. – Não, participo não.

E. – O Sr. ouve a rádio Sorriso, uma vez ao dia, duas vezes?

G. – Não. Nós ligamos desde manhã até a noite, o dia todinho, é a rádio que nós temos aqui.

E. – Qual o programa que o Sr. mais gosta na rádio?

G. – É, aí o Sr. me pegou agora. Eu ouço tudo.

E. – E qual programa o Sr. menos gosta na rádio?

G. – O que eu menos gosto, num vou dizer senão foi inflamar ou A ou B, pra mim todos são bons.

E. – Tudo bem, o Sr. já ouviu na rádio algum programa sobre as comunidades do Matias, do pessoal lá debaixo?

G. – Nunca ouvi não, só fala do povo daqui (centro)

E. – O Sr. considera que a rádio cumpre com seu papel social na comunidade?

G. – Tá sim, tá sim, tá sim.

E. – O Sr. sabia que existe uma Lei que faz essa rádio funcionar? Você sabe sobre a Lei?

G. – Não, num sei não.

E. – Para o Sr., o que está faltando na programação da rádio Sorriso?

G. – Olha num sei explicar. Olhe bem, se falar vai inflamar A e B, num é isso, existe isso. Aí pega mal, inflamar A e B, aí são todos daqui, filhos daqui, não é isso? Aqui todos nós somos irmãos, não podemos falar mal de ninguém. Os políticos daqui são tudo daqui nossos irmãos, nos criamos juntos, aí não tem como falar de A ou de B. Bem, eu sou assim, mas não sei o temperamento de outros. Cada pessoa é cada pessoa, tem Nivaldo, uma pessoal boa, tem Gilberto outra pessoa boa, tudo filho daqui, nascemos daqui, porque inflamar A e B, pega mau, né? Todos são bons.

8) Iraci da Silva Alencar – 63 – sem instrução - aposentada

- E. – Dona Iraci, a senhora participa de algum movimento aqui na cidade? Igreja?
 I. – Só da Igreja mesmo. E. – Católica? I. É
 E. – A Sra. ouve a rádio Sorriso?
 I. – Ouço, ouço
 E. – E qual programa a Sra. mais gosta na rádio?
 I. – O religioso, o musical. A missa, e todos os programas que passa na Igreja Católica.
 E. – E qual programa a Sra. menos gosta?
 I. – É o de esportes, eu não entendo muito de jogo
 E.- A Sra. já ouviu alguma vez a rádio, o pessoal comentar sobre as comunidades daqui, do Matias, dos sítios?
 I. – É, falam muito, falam bastante.
 E. – Na opinião da Sra. o que tá faltando na rádio?
 I. – Olhe meu filho, eu nem sei (...) é porque esse meu problema de depressão que não saio de casa, aí eu tô meio afastada, num sei muito das coisas não.

9) Isabel – 44 – ensino médio – comerciante

- E. – A Sra. participa de alguma movimento social, associação comunitária?
 I. – Não, nenhum. Só escuto mesmo a rádio comunitária.
 E. – E qual programa a Sra. mais gosta de ouvir?
 I. – É programa evangélico.
 E. - E qual programa a Sra. menos gosta?
 I. – Eu não tenho isso. Cada um ouve o que gosta, os homens de esporte e assim vai, cada um com seu objetivo.
 E. – Dona Isabel, a Sra. ouviu alguma vez na rádio sobre as comunidades negras, dos sítios?
 I. – Já, falam muito das comunidades de Serra, falam muito bem.
 E. – Em que momentos? No religioso, no social?
 I. – No religioso não, porque não tá tendo, mas no evangélico pela manhã e a noite, sempre tão falando das comunidades de Serra Redonda.
 E. – A Sra. acha que a rádio Sorriso cumpre seu papel social aqui na comunidade?
 I. – Sim, totalmente.
 E. – A Sra. tem conhecimento da Lei que regulamente a Rádio Comunitária?
 I. – Bem, eu acha que a rádio comunitária tem, tem para todas as rádios, não é? Principalmente comunitária. E.- E o que a Sra. conhece da Lei? I. – Tem na Lei que não se pode falar de política, tem que ser, só no horário próprio, num outro horário não pode ser.
 E. – Na opinião da Sra. o que está faltando na programação da rádio?
 I. – Olha tá faltando mais participação da comunidade, principalmente em Serra Redonda para os jovens trabalhar nos horários que tá precisando, se envolver um pouco mais nas coisas da cidade. Serra Redonda tá precisando.

10) José Correia Lima – 69 – sem instrução – aposentado

- E – O Sr. participa de algum movimento ou associação na cidade?
 J.C. – Não.
 E. – O Sr. ouve a rádio Sorriso?

J.C. – Ouço, todo dia eu mesmo ouço.

E. – E qual programa o Sr. mais gosta de ouvir na rádio?

J.C. – É o de notícias

E. – E o Sr. já ouviu na rádio sobre os sítios, as comunidades de Serra?

J.C. – Eles falam, eles falam.

E. – O Sr. acha que a rádio cumpre seu papel social na cidade?

J.C.- Isso aí tá, tá.

E. – O Sr. sabe que existe uma Lei para essas rádios?

J.C. – Não, sei não.

E. – O que para o Sr. falta na rádio, mais notícias, participação?

J.C – Pra mim tá boa, um lugar pequeno, todo mundo conhece todo mundo.

11) José Wilson Gonçalves da Rocha - 26 – ensino superior – estudante

E. – Você participa de algum movimento ou associação em Serra Redonda?

J.W. – Não, não participo não.

E. – Você ouve a rádio Sorriso? Uma vez ao dia? Duas?

J.W. – Uma vez ao dia, duas vezes dependendo do tempo também

E. – Qual programa você mais gosta na rádio?

J.W. – O programa que eu mais gosto é o programa religioso do Padre Severino, da Renovação Carismática

E. – E qual programa você menos gosta na rádio?

J.W. – Não tem

E. – Na rádio você já ouviu falar das comunidades rurais, do Matias, dos sítios?

J.W – Já com certeza. Na rádio tem programas que menciona os sítios e a rádio serve de interação dos sítios com a cidade. E. – E em que momento? Social, político? J.W. – Foi no de religião.

E. – Você considera que a rádio tá cumprindo com seu papel social?

J.W. – Em partes sim, em outras não.

E. – Você, Wilson, tem conhecimento de uma Lei específica sobre este tipo de rádio?

J.W.- Tenho.

E. – A rádio tá conseguindo cumprir a Lei?

J.W – Em partes sim ou não. Pela legislação, ela diz que todo grupo comunitário tem direito e dever de ter um programa na rádio, mas infelizmente aqui por ser uma cidade pequena ainda mistura o lado partidário e exclui algumas pessoas, alguns grupos dos programas da rádio.

E. – Na sua opinião o que tá faltando na programação da rádio?

J.W. – Tá faltando debates, programas voltados para a juventude, seja a juventude geral, ou a religiosa. Tá faltando um programa dos jovens católicos que é essencial para nossa cidade que é formado por bastante jovens e infelizmente não tem vez.

12) Kátia Cassiano de Melo – 28 – ensino médio – comerciante

E. – Você ouve a rádio Sorriso?

K. – Sempre assim, toda tarde ou manhã, mas é a tarde toda.

E. – E qual programa você mais gosta?

K. – É o star music, né.

E. – E qual programa você menos gosta na rádio?

K. – Não tem assim o programa. Também gosto do religioso.

E – Na rádio você também ouve as notícias dos sítios?

K. Já, tem eventos e avisos que acontecem nas comunidades que eles anunciam.

E. – Você acha que a rádio cumpre com o papel social?

K. – Acha que cumpre

E. – Você tem conhecimento da Lei das rádios comunitárias?

K. – Não. Mas eu sei que ela é para servir ao povo a comunidade. O problema é que a cidade é pequena e o povo da cidade é meio danado com a política, essas coisas, aí acaba misturando tudo

E. – Na sua opinião o que está faltando na programação da rádio?

K. – Eu nem sei. Mas é mais participação do povo da comunidade

13) Liandrison Ferreira – 21 – ensino médio – estudante

E.- Você participa de algum movimento ou associação na cidade?

L. – Da Igreja Católica

E. – Ouve a rádio Sorriso?

L. – Ouvia, mas deixei depois que ela passou a ter outros motivos para está no ar, o motivo dela no começo era bom, tinha bons programas, mas no momento em que a política se identificou em Serra Redonda, o lado política que a domina, uma politicagem muito feia e retrograda.

E. – Qual programa você gosta, ou gostava na rádio?

L. – Era um programa que um menino apresentava o Dé de Danda pela manhã, era de 05 as 07, era o Acorda Povo.

E. – Na rádio você ouve o pessoal comentar sobre os sítios, comunidades?

L. – Ela não procura, é o pessoal quem procura. Há essa divisão, você é do lado da atual prefeita que domina a rádio se for dela anuncia, senão não anuncia, o fato é esse.

E. – Você acha que a rádio está cumprindo com seu papel social?

L. – Não, de jeito nenhum.

E. - O que seria que está faltando nesta rádio?

L.- Está faltando ela ser democratizada, tá faltando ela expandir para o lado social, abranger para que a rádio tenha seus critérios que é a sociedade, que é a comunidade e o que ela precisa.

14) Maria de Fátima – 54 – dona de casa

E. – A Sra. participa de algum movimento, clube de mães?

M. – Participo. Da Igreja da missa, dessas coisas já participei muito quando minha menina era mais nova. Agora casou tudo, vou só para a Igreja.

E. – A Sra. sintoniza a rádio Sorriso?

M. – Raramente, só para a missa mesmo.

E.- O programa que a Sra. mais gosta?

M. – É a missa.

E. - A Sra. já ouviu na rádio o pessoal falar das comunidades, dos sítios?

M. – Fala dos sítios, também. De vez em quando os meninos ligam na rádio e eles falam os sítios tudinho. (Taboca, Santa Cruz)

E. – A Sra. acha que a rádio tá cumprindo com seu papel social?

M. – Tô achando que tá boa, né? As notícias quando tem aula, quando não tem, do PET, tudinho, né?

E. – Na opinião da Sra. o que está faltando na programação da rádio?

M. – Dá notícias, as vezes a pessoa perde algum documento.

15) Maria Heloisa – 48 – ensino primário – dona de casa

E. – A Sra. ouve a rádio Sorriso?

M.H. – Eu não tenho tempo de ouvir sempre, porque eu trabalho os dois expedientes, eu só escuto aos domingos, a transmissão da missa

E. – E qual programa a Sra. menos gosta?

M.H. – Eu nem sei dizer.

E. – A Sra. já participou de algum movimento aqui na cidade, associação comunitária, clube de mães?

M.H. – Clube de mães

E. – Nos domingos quando a Sra. ouve a rádio, a Sra. ouve falar das comunidades do Matias, dos sítios?

M.H. – É difícil noticiar.

E. – A Sra. sabe que existe uma Lei específica da rádio comunitária?

M.H. – Sei, sim, sei.

E. – Na opinião da Sra. a rádio cumpre seu papel social? Totalmente, as vezes?

M.H. – Eu acho que deveria ter mais noticiário que não tá havendo. Só tem mais programa evangélico.

16) Severino Dias de Almeida – 58 – ensino primário – trabalhador rural

E. – O Sr. participa de algum movimento ou associação da cidade?

S. – Sou católico

E. – O Sr. ouve a rádio Sorriso?

S. – 24 horas

E. – Certo. E qual programa o Sr. mais ouve na rádio?

S. – Todos, todos, todos. Evangélico, católico, todos os programas eu to ligado.

E. – E o que o Sr. menos gosta na rádio?

S. – Essas músicas que eu desprezo são aquelas que eles inventaram agora, principalmente essas músicas de safadeza.

E. – O Sr. ouve anunciar eventos que acontecem nos sítios, nas comunidades?

S. – Sim, sempre ouço.

E. – O Sr. tem conhecimento da Lei que regulamenta essas rádio? Já foi anunciado alguma vez na rádio isso?

S. – Eu acho que sim, desde que eu escuto a rádio comunitária Sorriso da Serra quando ela foi inaugurada pelo jornalista Geraldo Batista que trabalha na Rádio (***) de Campina Grande, pelo que eu tô sabendo que ela tem e tá licenciada para funcionar até 2015.

E. – O Sr. acha que a rádio tá cumprindo com seu papel social aqui na cidade?

S. – Tá, tá cumprindo.

E. – Na sua opinião, o que está faltando na programação da rádio Sorriso?

S. – No momento não, todo mundo tá participando, todo mundo tá ouvindo, tem alguns que não se ligam na rádio Sorriso, cada um tem a sua preferência, cada vez aquilo que achar melhor. No meu ponto de vista, a Sorriso é nota dez!

17) Valquíria – 33 – ensino médio – comerciante

E. – Você participa ou faz parte de algum movimento político na cidade?

- V. – Eu sou esposa de um vereador e político da cidade.
 E. – Você ouve com quantas vezes da rádio?
 V. – Com muita frequência.
 E. – E qual programa você mais gosta?
 V. – É um programa do Sábado, de Beto, é programa de meio dia.
 E. – E qual programa você menos gosta de ouvir?
 V. – Futebol. Como mulher eu não tolero muito futebol.
 E. – Você ouve falar das comunidades locais, dos sítios?
 V. – Com certeza. Por que os programas que o Governo Federal, Estadual e Municipal que eles abrangem são divulgados para que a população venha procurá-los.
 E. – Você considera que a rádio tá cumprindo com seu papel social na cidade?
 V. – Sim, com certeza.
 E.- Você tem ciência de uma lei que regulamenta essas rádios?
 V. – Sim, sei que uma lei que tem que cumprir normas, principalmente em períodos políticos, não podem ser divulgados politicagem e que realmente é fiscalizada e é cumprinda.
 E. – Na sua opinião, o que está faltando na rádio? Para que ela fique 100%?
 V. – O que fosse importante é que se diminuísse as críticas, críticas essas assim, como é uma cidade pequena, uma cidade que geralmente tem dois grupos políticos grupo A, grupo B, quando alguma coisa favorece a situação, a oposição caí em cima, então que não visse dessa forma, que visse uma forma de tá ajudando a população, e não para tá derrubando uma coisa que tá ajudando e favorecendo a população.

18) Vinícius Félix – 20 – ensino médio – estudante

- E. – Você participa de algum movimento da cidade?
 V. – Não.
 E. – Qual programa você mais gosta na rádio?
 V. – É o programa da tarde que eu não tô lembrado. Mas é de música.
 E. – E qual programa você menos gosta na rádio?
 V. – Não, não tem.
 E. – Você já ouviu falar na rádio sobre as comunidades, sítios daqui?
 V. – É raro, de vez em quando.
 E. – A rádio tá cumprindo com seu papel social na cidade?
 V. – Sim.
 E. – Você tem conhecimento que existe uma lei para essas rádios?
 V. – Sei, como não pode tá falando de política nesse ano.
 E.- Para você, o quê estaria faltando na programação da rádio?
 V. – Mais participação, com certeza.

Zona rural – comunidades

Comentários sobre um programa: Rosirene, Maria José e Rosinete

“Todo mundo gostava, era Dé de Danda. O programa dele era um Acorda Povo. Era ótimo o programa dele, todo mundo gostava dele. Não precisava que ninguém mandasse, ele já tava mandando lembrança para o povo do Matias, mas não só do Matias, mas de outros sítios também.

20) Eliane Bento da Silva – não quis revelar – ensino superior – pedagoga com especialização em ensino e aprendizagem.

E. – Quantas pessoas residem com você?

E.B. – Papai, mamãe, sobrinho e neto. São 4

E. – E há quantas gerações vocês estão no Matias? Bisavô?

E.B. – Há muito, bisavô, tataravô. Vem desde dos tataravô, dos tataras, tataras...

E. – Você é a chefe da família?

E.B.- Não, não.

E. – Todos que residem são parentes?

E.B. – Certo, certo.

E.- Quais são os meios de comunicação que você tem em casa?

E.B – Tem televisão, tenho celular e rádio.

E. – Você gosta de ouvir da rádio Sorriso?

E.B – Gosto, de manhã, antes de ir ao trabalho.

E. – E a rádio Sorriso?

E.B – Lá em casa às vezes não pega bem.

E. – E quais você mais ouve?

E.B – As de Campina Grande.

E. – E alguma vez, nessas rádios, ou de Campina ou da Serra, já teve algum programa que falasse das comunidades dos sítios, do Matias?

E.B. – Não, não.

E. – Você considera que as rádios tanto de Campina quanto a de Serra cumpre com seu papel social?

E.B. - Eu não sei, mas acho que não apesar da rádio ter programas específicos voltados para isso.

E. – Você sabia Eliane que existe uma Lei para essas rádios comunitárias que garantam a participação de todas as associações?

E.B.- Ah sim, essa eu não sabia.

E. – Nessas rádios que você ouve, o que estaria faltando nesses programas?

E.B. – Aí eu não sei direito (...). Não pega direito.

E. – Então, o problema do Matias é a questão do sinal da rádio?

E.B. – É que interfere com outra rádio que tem numa cidade vizinha, aí entra em difusão, uma ora tem a que se quer, outra ora (...)

21) Maria José – 47 – ensino primário (3ª série) – dona de casa

E. – Quantas pessoas moram com a Sra.?

M. – Eu tava morando lá em cima, mas agora tô aqui em baixo com meu filho.

E. – Mas há quanto tempo a Sra. mora no Matias?

M. – Ah, mas faz muito tempo, fui nascida e criada lá.

E. – E quais aparelhos a Sra. tem em casa? Televisão, rádio?

M. – Só rádio, televisão não tem não.

E. – Então a senhora ouve muito a rádio Sorriso?

M. – Sim, costume.

E.- E qual programa a Sra. mais gosta na rádio?

M. – Uma missa, uma música, né? É muito bom, né?

E. – Alguma vez a Sra. já ouviu na rádio alguém falar do Matias?

M. – Não.

E. – O que a Sra. acha que tá faltando na rádio?

M. – Notícias, só toca música, muita música.

E. – A Sra. sabia que existe uma lei para essas rádios locais como a Sorriso?

M. Sabia, nem!!! (Risos)

E. – Para a Sra., o que está faltando na rádio?

M. É né? Tá faltando locutor. Tinha um locutor bom, mas tiraram, né? Os que estão na rádio não valem nada. Ele saiu por causa de política, ele se mudou de lado, aí tiraram.

22) Osana – 25 – ensino superior – pedagoga.

E. – Quantas pessoas residem com você?

O. – 3 pessoas

E. – Você é a chefe da família?

O. – Não, minha mãe.

E. – Todos que residem são parentes?

O. – Sim.

E. – Quais são os aparelhos que você tem em casa? Som, televisão?

O. – Só os dois, som e televisão.

E. – Você ouve rádio freqüentemente?

O. – Olha, não tem horários determinados assim ao dia. Mas sempre quando estou em casa fazendo algum trabalho, sempre estou na rádio.

E. – Você sintoniza a rádio Sorriso?

O. – Sim.

E. – E qual programa você mais gosta na Sorriso?

O. – É o programa pela manhã, de Tarcísio. É musical, mas todos os programas são voltados para as músicas, tem assim, alguns programas que falam de assuntos da sociedade. Mas deveria ter um apoio maior, com mais seqüência.

E. – E qual programa você menos gosta na rádio?

O. – É o programa de esportes.

E. – Na rádio Sorriso, você alguma vez ouviu o pessoal falar do Matias, das comunidades de Serra?

O. – Não, o que eu ouvi falar não. A não ser que tenha algum aviso que Eliana venha ou que eu faça, mas nem isso a gente fez. Nós precisamos da rádio para dar um aviso desse evento de hoje e em dois momentos encontramos a rádio fechada. Então assim, nós não temos nenhum acesso a rádio com relação a comunidade negra.

E. – Você tem conhecimento que existe uma lei que garante a participação de todos na rádio?

O. – Bom, eu sei que a rádio comunitária é de benefício à todos, só que com relação ligada diretamente com a comunidade negra, eu estou despercebida com relação à isso.

E. – Na sua opinião, o que está faltando na programação da rádio Sorriso?

O. – Programas e pessoas também que tenham um pouco ou o mínimo de conhecimento relacionado com diversos aspectos da sociedade. Por que hoje vivemos em uma sociedade que é muito bom o entretenimento de música, só que falta ainda em vários programas, um aspecto melhor, de valorização, o que o cidadão diante de tantos problemas e dificuldades que enfrenta a sociedade, eu acho que a rádio deveria de assim, de levar conhecimento para as pessoas, e é isso que falta em muitas rádios.

23) Raimundo Nonato de Queiroz – 62 – ensino superior – conselheiro tutelar

E. – O Sr. participa ou é simpatizante de alguma associação comunitária ou política na cidade?

R. – Nós mantemos vários contatos com associações de pequenos produtores rurais, e cõo conselheiro tutelar tive que visitar várias para esclarecimentos e para a compreensão do papel do conselho. E pessoalmente tenho boas relações com os membros dessas associações e boa parte destes membros participam de cursos oferecidos pelo centro.

E. – O Sr. ouve a programação da rádio Sorriso?

R. – Eu escuto pouco porque eu tenho muitas atividades na cidade e não ando com o rádio para ouvir, mas um ou outro programa escuto. Houve um tempo que havia um noticiário com uma síntese das notícias na hora do almoço. Tinha o Alegria da Cidade do Tarcísio. Agora são programas muito gerais que não aprofundam o debate na cidade.

E. – Qual programa mais gosta?

N. – O noticiário feito por Davi Machado.

E. – E qual programa o Sr. menos gosta?

N. – Tem programas de recados, músicas e brincadeiras que muitas vezes colocam músicas sem cuidado com o público com uma letra agressiva que desrespeitam a dignidade da mulher, acontece principalmente nos intervalos dos programas, a programação das músicas ao meu ver é muito mal feita.

E. – Alguma vez nessa escuta o Sr. já ouviu falar das comunidades, dos sítios, do rural na rádio ou somente da zona urbana da cidade?

R. – É poucas vezes, poucas vezes. Tem mais avisos da Igreja Católica e Evangélica que tem programas reservados, então, avisos de culto, de missa e isso é muito divulgado. Mas especificamente do mundo dos quilombolas que são anunciadas.

E. – O Sr. considera que a rádio comunitária tá cumprindo com seu papel social?

R. – A própria existência de uma rádio comunitária já é um recurso social muito importante e por mais fraca que seja a nossa rádio Sorriso, ela integra, ela envolve e faz a população ter um ponto de referência na comunidade. Mas por ser ainda um instrumento bem melhor aperfeiçoada, aproveitada.

E. – O Sr. tem ciência da existência de uma Lei específica de rádio comunitária?

R. – Tenho sim, inclusive deu trabalho. Eu participei da movimentação quando a rádio estava sendo oficializada e havia muita documentação em torno disso, e para ser oficializada tinha vários termos. Agora, os detalhes dessa legislação é que não é muito conhecido.

E. – O Sr. considera em que tanto a rádio está cumprindo com essas normas?

R. – Ela cumpre medianamente a sua função.

E. – Na opinião do Sr. o que estaria em falta na programação da rádio?

R. – Tá faltando um gerenciamento mais coerente e uma filosofia de programação mais definida, fica muito pontual, aqui, acolá, sem intenção definidos com os programas que acontecem, são programas desconectados.

24) Rosinete – ensino fundamental (4ª série) – dona de casa

E. – Quantas pessoas residem com a Sra.?

R. – 4

E. – E há quanto tempo?

R. – Há 35 anos que eu moro lá

E.- Todos são parentes?

R.- Todos são parentes (...)

E. – E quais meios de comunicação a Sra. tem em casa?

R. – Eu tenho rádio, televisão, DVD

E. – A Sra. ouve muito o rádio?

R. – Agora não, o som pifou. Mas eu não escuto bem a rádio Sorriso não, porque os melhores locutores eles tiraram, aí a gente não gosta desses outros não, porque são botam mais música.

E. – E qual programa a Sra. mais gostava na rádio Sorriso?

R. – Era o programa de Claudia Alves, e o de Dé de Danda e agora por enquanto é a missa. E. – E como era o programa da Claudia? R. – O programa que ela fazia ela falava de tudo, mandava abraço para o povo do Matias, mas os outros não falam não, só quando a gente pede, eles falam do Matias.

E. – A Sra. acha que a rádio tá cumprindo com seu papel social?

R. – Tá não. Só fala na pressão. Tá não.

E. – A Sra. sabia que existe uma Lei que garante a participação das comunidades, movimentos?

R.- Não, não sabia não.

E. – O pessoal nunca divulgou isso na rádio?

R. – Nunca não, nunca não.

E. – Na opinião da Sra. o que está faltando na programação da rádio?

R. – Olha, tá faltando locutor bem, que fale bem mesmo. E o som também, porque às vezes dá interferência com outra rádio de Massaranduba. É de locutor mesmo, que fale bem mesmo, porque os melhores tiraram. Eu tô falando a verdade.

25) Rosirene – ensino fundamental (1ª série) – dona de casa

E. – Quantas pessoas moram com a Sra.?

R. – Agora são sete.

E. – E há quanto tempo a Sra. mora lá?

R. – Meu marido que foi nascido e criado lá, aí depois que eu casei que fui morar lá.

E. – Quais aparelhos a Sra. tem em casa? Rádio, televisão?

R. – Tenho rádio, televisão (...)

E. – A Sra. ouve rádio?

R. – Só quando eu tenho tempo mesmo.

E. – A Sra. sintoniza a Sorriso da Serra?

R. – Pronto.

E. – E qual programa a Sra. mais gosta?

R. – Só a missa mesmo.

E. – A Sra. já ouviu falar das comunidades, do Matias na rádio?

R. – Sempre que o padre vai celebrar missa lá.

E. – A Sra. acha que a rádio cumpre com o papel social? Fala dos problemas, das pessoas, comunidades?

R. – Sei não, só sai mesmo é só música.

E. – A Sra. sabia que existe uma Lei para essa rádio funcionar? Que tenha participação de todos?

R. – Não, não sabia não.

E. – Na opinião da Sra. o que está faltando na programação da rádio?

R. – É porque tem ora que ela pega bem, tem ora que a gente quase não entende, aí pega duas rádios, a de Massaranduba e a daqui.

Centro urbano

1) Alan Marcos Gomes Cavalcanti – 20 – garçom

E.- Alan, você participa de algum movimento social, grupo na cidade?

A. – Não, não.

E. – Você ouve a rádio Piemonte? Uma vez ao dia, duas vezes?

A. – Ouço.

E.- Você gosta de algum programa na rádio Piemonte?

A. – Não. Na verdade eu ouço por causa do trabalho que eu ouço. Os meninos ficam muito ligados com eles, eu mesmo já nem ligo. Não é nenhum programa interessante que passa.

E. – E qual programa você menos gosta?

A. – A programação é horrível, e eles colocam o problema político acima de tudo, porque não passa nada, o pessoal não fala, só coloca um monte de músicas que não tem nada haver com a rádio. A rádio é para comunicar, não somente para passar coisas de políticos e nem músicas idiotas. A rádio é para servir de informação para o povo.

E. – Você já ouviu a rádio falar sobre as comunidades, os sítios daqui de Alagoa Grande?

A. – Só o povo da cidade.

E. – Você acha que a rádio cumpre com o papel social na cidade?

A. – Não. Nenhum. O pessoal quando liga para a rádio é para conversar besteira, só para agradecer sei quem, sei lá o quê, político, alguma coisa. Ninguém dá a verdadeira atenção, passam informação do mundo, mas das coisas da cidade, não. Local tem, muita fofoca, que Diabos quer saber de fofocas.

E. – O que para você estaria faltando na programação da rádio?

A. – Participação local com certeza. Participação local das pessoas, da comunidade rural, professores, os historiadores. As pessoas mal sabem a data da cidade, de comemoração da cidade. Era para o historiador falar, mas como ele é de outro partido, não fala.

2) Carlos Antônio Pereira Alves – 43 – ensino médio

E. – O Sr. participa de algum movimento ou associação na cidade?

C. – Participo do movimento espírita.

E. – O Sr. costume ouvir a rádio Piemonte?

C.- Costumo.

E. – E qual programa você mais gosta de ouvir na rádio?

C. – É o musical. É o pop-rock, um MPB.

E. – Qual programa que você menos gosta?

C. – É o político.

E. – Carlos, você ouvindo a rádio já ouviu falar das comunidades negras, rurais?

C. – Sim, já teve. Mais raramente.

E. – Sr. Carlos você considera que a rádio cumpre com seu papel social?

C. – Sim, de qualquer forma tá ajudando, de alguma ajuda né? Tem seu lado negativo, tem suas coisas. A maioria das vezes ajuda, né?

E. – Na sua opinião, o que está faltando na programação da rádio?

C.- Eu acho que mais notícias da cidade, e menos politicagem. Que agrade todo mundo, que não fique só de um lado, não puxar assim só para um lado.

3) Gilmar – 36 – não informado

E.- Sr. Gilmar qual programa o Sr. mais gosta na rádio Piemonte?

G. – É o manhã alegre.

E. – E qual programa o Sr. não gosta na rádio?

G. – É, num tem assim um programa que eu não goste não.

E. – O Sr. já ouviu o pessoal falar das outras comunidades, dos sítios na rádio? Ou só do centro, da cidade?

G. – Já, já, eles falam geral.

E. – O Sr. acha que a rádio cumpre com seu papel social na cidade? Ela integra?

G.- Não, até agora ela tá bem. Na minha opinião, tá cumprindo...

E. – E para você, o que está faltando na programação da rádio?

G. – Tá faltando mais debates da comunidade. Eles ligam para a rádio para dar uma opinião, mas falta melhorar um pouco ainda.

4) Gustavo Alexandre – 29 – ensino superior – teatrólogo

E. – Você participa de algum movimento ou associação comunitária?

G. – Não, não, participo da área artística.

E. – Você disse que ouvia a rádio e que agora não faz mais?

G. – No início eu ouvia para puder conhecer melhor, e vi uma coisa muito solta, muito pop, sempre pop por lá, e aí, não me interessou e como também não interessa a uma boa parte da cidade.

E. – Para você, o que estaria faltando nessa programação?

G. – Eu acho que a rádio deveria por um termo correto fazer menos politicagem, politicamente todo mundo é envolvido, mas a rádio deveria se desprender mais, há sempre algumas pessoas que projetam um bloco musical diferente, mas sempre assim, a rádio no início abraça, depois diz que tem pouca audiência e tira do ar, já teve casos assim. Eu mesmo não cheguei a experimentar por causa de sugestões de amigos que disseram que não funciona. Ela falta ser aquilo que ela tanto propagandiza que é uma rádio comunitária.

5) Jéssica – 17 – ensino médio – estudante

E. – Você ouve a rádio Piemonte?

J. – Sim, todo dia eu escuto.

E. – Qual programa você mais gosta de ouvir?

J. – É o Manhã Alegre.

E. – E qual programa você menos gosta na rádio?

J. – É parte de política, eu não sou muito (...)

E. – Na rádio você ouve o pessoal falar das comunidades da cidade?

J. – Comentam no programa Comando do Povo, também reclamam da infra-estrutura da cidade que está precisando.

E. – Você considera que a rádio está cumprindo com seu papel social em Alagoa Grande?

J. – Sim. É porque é assim, o que a comunidade tá precisando eles ligam reclamando e parece que a rádio tem convênio com a prefeitura e vão lá e ajudam.

E. – Para você, o que estaria faltando na programação da rádio?

J. – Acho que mais debates e a parte social da cidade, mostrar os grupos da cidade, a banda da cidade, na Caiana dos Crioulos tem um grupo de senhoras que tocam, é mostrar bem a cultura do pessoal daqui.

6) João Vieira – 34 – não informado.

E. – O Sr. participa ou é simpatizando de algum movimento da cidade?

J. – Eu participo só da Igreja.

E. – Você ouve a rádio Piemonte?

J. – Eu escuto toda vez.

E. – E qual programa você mais gosta na rádio?

J. – É o religioso e o evangélico.

E. – E qual programa você menos gosta na rádio?

J. – Eu não gosto do esportivo não.

E. – Você já ouviu alguma vez na rádio falarem das comunidades, dos sítios em Alagoa Grande?

J. – Fala pouco.

E. – Na sua opinião, o que está faltando na programação da rádio?

J. – Tá faltando a missa ser transmitida nos domingos de manhã (comentários sobre o fim do programa de calouros).

7) José Abelardo Freire – professor

E. – O Sr. participa de algum movimento social ou associação em Alagoa Grande?

J. – Eu sou membro da Instituição Espírita “Joana D’Angelis”, uma instituição que tem um trabalho para o lado social, trabalha com crianças no trabalho de evangelização, com gestantes de baixa renda com orientação no campo da saúde com duas enfermeiras, são membros da casa e fazem parte deste trabalho e também sou professor da Escola Normal Estadual (****) de Melo e sou professor de jovens e adultos da Escola Emanuel Barbosa de Lucena, já fui vereador aqui na cidade, secretário do antigo (FEDMA), um núcleo ligado às crianças.

E. – O Sr. ouve a rádio Piemonte?

J. – Sim, ouço alguns programas.

E. – E qual programa o Sr. mais gosta de sintonizar?

J. – O programa que eu mais gosto é o programa em que me recordo do tempo que eu era piloto que é o da Jovem Guarda aos domingos. Também escuto o programa de música regional bem cedinho pelas 04, 05 da manhã, um programa de música autêntica nordestina. Mas a questão da programação da rádio comunitária é que existe uma insatisfação por uma parte da cidade, porque é uma rádio político partidária, eu costumo dizer que ela é uma extensão política da prefeitura, agora não porque chegou o período eleitoral. Era mais, mas agora não, chegou o período eleitoral e conteve-se mais. Inclusive havia dois programas da oposição, a rádio cortou. Numa apologia tão grande, um dos locutores da rádio é assessor de comunicação da câmara municipal, o diretor da rádio é candidato a vereador do lado do prefeito.

E. – O Sr. acha que a rádio está cumprindo com seu papel social?

J. – Parcialmente, no início ela cumpria, mas parte desse trabalho social agora ela tá fazendo política partidária. Portanto, parcialmente.

E. – O Sr tem conhecimento que existe uma lei que regulamenta essas rádios?

J. – Sim, sim, eu tenho. Eu não sei precisar bem o que a Lei diz, mas sei.

E. – E para o Sr. o que estaria faltando na programação da Rádio Piemonte?

J. – Mais participação popular principalmente em relação aos problemas do município de uma maneira não política partidária, mas real dos problemas, depois que ela começou a elogiar a política da prefeitura, ela não mais aceita críticas de outros, havia momentos em que ela abria, mas depois ela fechava. Ela precisa ser mais democrática e precisa esquecer a política partidária, rádio comunitária não pode passar a ter posição política, mas a nossa passou a ter e, é público e notório.

8) José Roberto dos Santos – 24 – ensino médio

E. – José, você participa de algum movimento ou associação aqui na cidade?

J. – Não, porque meu tempo é muito pouco, eu já saio cansado e chego muito tarde, aí não dá.

E. – Você ouve a rádio Piemonte?

J. – Ouço é porque aqui no trabalho se fica escutando.

E. – E qual programa você mais gosta na rádio?

J. – É o manhã de sucessos é muito bom, só toca as músicas que eu gosto.

E. – E qual programa você menos gosta de ouvir?

J. – É esse horário político que creio que muita gente não gosta.

E. – Na rádio ou quando eles tocam alguma música, eles falam das comunidades aqui ao redor?

J. – Falam, é normal eles falarem.

E. – Para você o que estaria faltando na programação da rádio?

J. – Mais debates, né? Debates é muito bom a gente tá sempre mais informado de tudo que tá acontecendo aqui no município.

E. – Você acha que tá faltando mais notícias da cidade?

J. – Tá, tá, divulga mas é pouca coisa. Divulga mais coisa de fora, de João Pessoa, aí por fora, mas aqui sempre fica uma coisinha só.

9) Diretor da Rádio – Marcos Piemonte – ensino médio

E. – Marcos, me conte um pouco a história da rádio, qual programa as pessoas mais escutam?

M.P. – Temos os programas, temos dois programas jornalísticos. Um o rapaz é candidato a vereador e está licenciado, mas o diretor geral ele assume, é o programa com o nome agora: Piemonte é notícia. E o outro programa é o Comando do Povo do mesmo rapaz, o Carlos Coelho de meio dia até uma da tarde. E pela tarde temos o programa Pertinho de Você das 13:30 às 16:00, e depois disso temos o Brega Total é também um programa muito ouvido pela população. E pela manhã tem o Manhã de Sucessos de 08 às 09:30 que é comigo, Marcos Piemonte e logo depois o Manhã Alegre com Eliane Silva das 09:30 às 11:00, também tem o programa esportivo muito ouvido pelos esportistas que gostam, nós fazemos uma resenha dos fatos.

E. – Certo, Marcos. Em sua maioria, quem mais apóia a rádio, o comércio, as associações em apoios culturais?

M.P. – Tem o comércio e temos as entidades religiosas.]

E. – Você considera que a rádio é aberta para todos? Sim, ou não, parcialmente? Ou há alguns problemas?

M.P. – Não, a rádio é aberta para todos!!!

E. – O Sr. considera que a rádio cumpre com o papel social aqui na cidade? Sim, não, parcialmente?

M.P. – Sim, totalmente.

E. – O Sr. tem conhecimento da lei que regulamenta a rádio comunitária?

M.P. – É a lei 9612

E. – O Sr. considera que a rádio cumpre com a Lei em quantos porcentos? Menos de 30%, mais que 50%?

M.P. – Estamos cumprindo regularmente.

E. – Marcos, por quê você ingressou na área de comunicação? Foi um sonho, realização, você é um comunicador nato, ou foi uma preocupação, necessidade da comunidade?

M.P. – Bem como eu sou uma pessoa humilde, simples, eu escutava muito rádio, Rádio Cultura de Guarabira e realmente tinha um sonho, aí quando eu percebi que na cidade tinha uma rádio comunitária com umas caixinhas de som nos postes, eu escutando, imediatamente me deu uma vontade de participar, de agregar junto aos companheiros e realmente eu tive um sonho e ele se realizou, hoje participo da rádio Piemonte FM já faz 10 anos e estamos aqui na luta.

E.- Você deseja se aperfeiçoar na área? Se houver oportunidade que qualificação ou curso técnico de comunicação na área?

M.P. – Se houver oportunidade sim. Desejo aperfeiçoar na área.

10) Maria das Neves – ensino fundamental

E. – Dona Maria, a Sra. participa de algum movimento, associação, clube de mães ou da Igreja aqui na cidade?

M. – Só da Igreja

E. – A Sra. ouve a rádio Piemonte?

M. – (Mexe a cabeça em sinal positivo) e exclama: É!!

E. – E qual programa a Sra. mais gosta na rádio Piemonte?

M. – É o religioso e é música.

E. – E qual programa a Sra. menos gosta na rádio?

M. – Eu não gosto dessas coisas de política, não!

E. – A Sra. já ouviu na rádio o pessoal falar das comunidades, dos sítios, dos negros da Caiana?

M. – Já, já.

E. – A Sra. acha que a rádio cumpre com o papel social? Por exemplo, ela integra as pessoas, ajuda na comunidade, a programação é feita?

M. – É, é, as pessoas que trabalham lá, trabalham direitinho.

E. – O que para a Sra. tá faltando na rádio? Mais notícias da comunidade?

M. – E que se tenha mais participação, às vezes acontece que a pessoal vai lá tem hora que eles não tá, tem hora que tá.

11) Paulo – 39 – ensino médio

E. – O Sr. participa de algum movimento, associação, de Igreja aqui na cidade?

P. – A Igreja.

E.- O Sr. sintoniza a rádio Piemonte?

P. – Sintoniza, eu escuto ela muito.

E. – E qual programa o Sr. mais gosta na rádio?

P. – Eu gosto do esporte e dos programas de música.

E. – E qual programa o Sr. menos gosta na rádio?

P. – É política.

E. – O Sr. ouviu alguma vez na rádio as pessoas falando as comunidades aqui ao redor, dos sítios, das comunidade negras?

P. – Eu acho que deveria ainda mais ainda, é muito pouco, é muito pouco.

E.- O Sr. acha que a rádio tá cumprindo com seu papel social aqui na cidade?

P. – Mais ou menos

E. – E para o Sr. O que estaria faltando na rádio?

P. – Eu acho que tinha que conversar mais com a sociedade, a rádio tinha que tá mais no meio da sociedade.

12) Pedro

E. – Sr. Pedro, o Sr. participa de algum movimento, associação, ou da Igreja?

P. – Não, não, não. Eu só faço ir a missa, só.

E. – O Sr. sintoniza a rádio comunitária?

P. – Eu gosto de ouvir umas músicas.

E. – E qual programa o Sr. mais gosta?

P. – É o musical, é o brega.

E. – E qual programa o Sr. não gosta?

P. – Eu só tenho tempo para ouvir o brega, os outros não ouço, não.

E. – O Sr. já ouviu na rádio o pessoal cumprimentar todo mundo, os sítios, as comunidades?

P. – Fala, fala, eles fala.

E. – O Sr. acha que a rádio tá cumprindo com o papel social aqui na cidade?

P. – Eu acredito que tá

E. – Na opinião do Sr. o que está faltando na programação da rádio?

P. – Eu, eu acho que tá em ordem. Para mim, tá em ordem.

Zona rural – comunidades

13) Áurea Alves da Silva – agricultora

E. – A Sra. ouve a rádio (...)?

A. – A rádio Cultura de Guarabira ela faz pedido de colchão para doar ao povo, de material, carro de mão, remédio para o povo e a rádio de Alagoa Grande a situação não deixa fazer isso, tá entendendo? Não é a comunidade, eles não aceitam fazer para a comunidade pobre, é porque tá do lado de um político e o político não quer ser pelo pobre, tá entendendo, é só no lado dele.

E. – E a Sra. concorda que isso que a rádio é política e não se importa com o social?

A. – O social de Alagoa Grande tá na mão do prefeito e que hoje querem botar a cidade do lado do vice-prefeito e que seu sobrinho tá por aí, e eu posso falar? (...) Saindo pelas casas atacando o povo, dando trinta conto, amaroando a cabeça do eleitor contra a situação contra a Júnior, contra a gente que somos agricultor, nós queremos o menino do sindicato de Alagoa Grande não pode ser uma voz na rádio, não pode falar pelo povo na rádio, porque ele não deixa, não deixa a participação do sindicato na rádio, é isso que nós queremos ter direito, nós queremos participar da rádio de Alagoa Grande. Nós não pode chegar lá dizer que o jornalista daqui é Sr. Josildo, um dia eu vim aqui fazer um pedido para um menino meu que ele é paralítico de um perna, a respeito de uma perna, aí ele disse D.Áurea aí não pode porque a radia é comunitária e não aceita todo tipo de gente conversar. Mas seu fulano será que eu sou pior que os outros que meu filho e paralítico de uma perna e a radia não seja para a participação da cidade, que seja

somente para a participação da política que você aceita, tá entendendo? Aí essa “barroagem” nós não queremos em Alagoa Grande, que Alagoa Grande é uma cidade de gente popular, gente de cultura. De gente que nós somos pobres, nós somos ricos da graça de Deus, nós somos rico da graça de Deus. Nós queremos um homem da agricultura para ajudar a gente, trator nós não temos, legume nós não temos, saúde nós não temos. Outro dia saímos que um neto meu da minha casa, o meu neto tava acabado, cansado, vomito e com desinteria, fui obrigado a tirar essa roupa que eu to com ela à noite para poder enrolar a criança porque não tinha uma cobertura para enrolar. Esse tipo de baixaria em Alagoa Grande, nós como agricultor, nós não aceitaria, nós quer liberdade, eu disse: Seu Doutor nós temos liberdade em Alagoa Grande, vamos deixar de terrorista, vamos deixar de atacar a cidade, vamos deixar de tá atacando o povo com vinte conto, com trinta, quarenta, com cinqüenta que nem essa semana me atacaram na Rua do Tacho, um politiqueiro querendo me obrigar a receber cinqüenta conto da mão dele, eu disse: eu não sou comprada por dinheiro, não troco nem minha dignidade e nem meu respeito por dinheiro, nem cruzeiro, nem real de ninguém, pode pegar o seu dinheiro e guardar. Aí o caba soltou um bonito palavrão, tá bom eu vou usar a palavra para você, posso dizer? Chamou a mãe de Júnior Carneiro de rapariga, é uma rapariga veia escrota. Eu respondi: Filho não faça isso que você está desmemorizando o povo da cidade. Como é que eu sou político e vou desmemorizar o povo da cidade, a minha mãe ou a mãe do Senhor, ou de qualquer de Alagoa Grande. Isso não é respeito, nós queremos em Alagoa Grande respeito, capacidade, luta e a receber a população que é menor, que são pobres. São ricos da Graças de Deus, mas de dinheiro são pobres. Não tem o que comer, não tem o que beber. Nós queremos Alagoa Grande, escola com boa instrução, escola com roupa para criança e nós somos pobre e às vezes não tem um dinheiro que faça uma feira, a escola não libera uma roupa pras crianças, não libera um caçado, não libera um material que nós somos obrigado, a compra bem dizer do papel higiênico para escola que ela não ajuda as crianças. É isso que nós queremos em Alagoa Grande. Né isso?

14) Cida – Caiana dos Crioulos – Lider Comunidade Caiana dos Crioulos

E. - Cida, você ouve a rádio Piemonte?

C. – Sim

E. – Qual o programa que você mais gosta na rádio?

C. – Tem a missa, o programa que mais gosto é a missa, o terço das mulheres que é na quinta, o dos homens que é na terça, eu adoro muito esses programas.

E. – Cida, alguma vez na rádio você ouviu falar dos negros da Caiana, já deram algum “alô”?

C. – Não, a menina que sempre tem participação ou algum evento dela é Ednalva que é das atletas daqui de Alagoa Grande teve uma corrida muito boa aqui e de João Pessoa e ela sempre continua com a Caiana dos Crioulos.

E. – Para você, qual seria o problema que estaria impedindo a participação dos negros? Político?

C. – Olhe, é porque o negro não tem muitas vez na rádio não, num sabe? Essa rádio aí ela não é muito assim a vontade para a gente não, mas as meninas sempre dão uma participaçãozinha do evento dela.

E.- Cida, agora pouco estávamos falando na iniciativa do deputado federal Luiz Couto em instalar uma rádio comunitária em Caiana?

C. – Olhe, a comunidade de Caiana foi sorteada com uma rádio comunitária, eles vieram conversaram com a gente, foi tudo maravilhoso, só que se juntou uma equipe de Alagoa Grande com Caiana dos Crioulos e queria derrubar o trabalho da gente e foram pegando o nome do povo, pegando o povo inocente, sem o povo saber e registraram a rádio também lá em Brasília. Uma para Caiana dos Crioulos que eu sou presidente e um menino lá registrou também em nome dele dizendo que ele era presidente do grupo de jovens, mas que na verdade não tem grupo de jovens ainda formado.

E. – E o que você acha dessa rádio na comunidade? Ela vai dar certo?

C. – Vai dar muito certo, eu creio que vai dar certo demais, a comunidade tem o desejo de ter essa rádio lá na comunidade.

15) Cristina - 27– Caiana dos Crioulos

E. – Você ouve a rádio Piemonte?

C. – Quando eu estou aqui eu escuto todos os dias.

E. – E qual programa você mais ouve?

C. – É o pela manhã. E. – Ele é musical? C. – É

E. – E desses programas tem algum que você não gosta?

C. – Eu gosto de todos eles.

E. – E alguma vez você já ouviu falarem alguma coisa para o pessoal da Caiana?

C. – Sim, eles sempre falam.

E. – A rádio aqui na cidade tá cumprindo com seu papel social? Tá boa, precisa melhorar?

C. – Olhe, é que (...) – risos – Tá bom assim.

E. – Na sua opinião, o que estaria faltando na programação da rádio?

C. – Notícias, mais debates, né? Tá

16) Joeldison da Silva – 25 – assentamento rural

E. – Você participa de algum movimento ou associação aqui na cidade?

J. – Participo do assentamento rural Margarida Maria II e sou filiado ao PT.

E. – Você ouve a rádio Piemonte?

J. – Ouço

E. – E qual programa você mais gosta de ouvir na rádio?

J. – Pessoalmente, a rádio antes de ser uma rádio politiqueira era bom os programas, mas hoje ao invés da rádio prestar serviços a comunidade, prestar serviços a cidadania, ao comércio, tá fazendo uma coisa totalmente diferente. Aí eu deixei de escutar por conta disso, tô escutando as rádios de outras cidades.

E. – Na programação da rádio, o pessoal falava alguma vez dos sítios, dos assentamentos, da comunidade quilombola?

J. – Eles falavam, se eu não dizer tô mentindo. Agora, no Assentamento Margarida Maria Alves II era muito discriminado por conta de política já, o presidente da associação é candidato a vereador aí eles esquecem muito.

E. – Você considera que a rádio cumpre com o papel social aqui na cidade?

J. – Cumpre, cumpre com a parte social.

E. – Na sua opinião o que está faltando na programação da rádio?

J. – Menos politicagem, mais debates com os jovens, com pessoas voltadas para o bem estar da cidade de Alagoa Grande e programas de benefícios aos jovens, que incentive aos jovens com programas de perguntas e respostas, essas coisas assim.

E. – E qual principal problema que a rádio possui? Você me disse que ouvia a rádio, mas não ouve mais?

J. – Perseguição política. Politicagem do órgão de comunicação, isso é uma coisa que não pode existir no século 21. A rádio eu penso na minha opinião que é para toda população, todo mundo deve ter o acesso, porque quando uma pessoa de outro partido liga, eles tiram do ar, se for falar algo da prefeitura local ou da administração local eles corta logo, porque eles sabem que vão falar alguma coisa sobre o prefeito ou da própria rádio que tá fazendo política.

17) Maria – Caiana dos Crioulos

E. – Dona Maria, qual programa a Sra. mais gosta de ouvir na rádio Piemonte?

M. – E notícia.

E.- E qual programa a Sra. menos gosta?

M. – Esporte

E. – A Sra. já ouviu na rádio o pessoal da rádio falarem alguma coisa para o pessoal da Caiana, se dão algum “bom dia”?

M. – Fala, de vez em quando eles avisa.

E. – A Sra. acha que a rádio ta cumprindo com seu papel social?

M. – Eu penso que tá, né?

E.- Para a Sra. o que está faltando na rádio comunitária?

M. – Tá faltando os negros na rádio, né?

18) Miguel Tavares

E. – Há quanto tempo o Sr. mora na Caiana?

M.T. – Fui nascido e criado na Caiana.

E. – E os que moram com o Sr. são parentes?

M.T. – É, são filhos, netos meus

E. – O Sr. ouve a rádio?

M.T.- É como eu tava te dizendo, não é todo tempo que eu tenho para ouvir.

E. – E qual programa o Sr. mais ouve na rádio?

M.T. – É as notícias, a gente fica sabendo das coisas que estão passando.

E. – Na rádio alguma vez o Sr. ouviu falar do pessoal da Caiana?

M.T. – Só do povo da cidade mesmo (...)

E. – Para o Sr. o que está faltando na rádio?

M.T. – Aí eu não entendo, porque não é o tempo todo que eu assisto, o sinal é fraco.

E.- Então o principal problema da rádio é o sinal.

Santa Luzia (02-03/09/2008)

Centro

1) Arthur Felipe de Araújo – estudante

E. – Arthur, você participa de algum movimento social ou político na cidade?

A. – Da Igreja Evangélica

E. – O Sr. ouve a rádio 104?

A. – Uma vez ao dia só.

E. – E qual é o programa que você mais gosta?

- A. – É o programa Viva com Deus aos domingos.
 E. – E qual programa você menos gosta?
 A. – Não é político não, só Jesus.
 E. – Você já ouviu na rádio o pessoal comentar sobre os sítios, as comunidades rurais?
 A. – Só do centro da cidade.
 E. – Na sua opinião, a rádio cumpre com seu papel social na cidade?
 A. – Mais ou menos.
 E. – Para você o que estaria faltando na rádio comunitária?
 A. – Mais debate, um programa que falasse de todos.

2) Djalma – pintor

- E.- O Sr. participa de algum movimento político, associação ou de Igreja em Santa Luzia?
 D. – Se eu participo? Participo só em Igreja.
 E. – O Sr. ouve a rádio 104?
 D. – Ouço
 E. – E qual programa o Sr. mais gosta?
 D. – É o musical. E. – De manhã cedinho? D. –É.
 E. – E qual programa o Sr. não gosta?
 D. – Rapaz, só gosto de música.
 E. – O Sr. já ouviu na rádio, ou se eles comentam sobre as comunidades aqui ao redor de Santa Luzia?
 D. – Falam , eles falam.
 E. – O que seria para o Sr. que a rádio 104 estaria precisando para ser completa?
 D. – Não, pra mim tá boa, os locutores são bons e, é isso mesmo!

3) Edmar José da Nóbrega – aposentado – sindicalista

- E. – Sr. Edmar qual a diferença entre a rádio Aruanda e essa atual?
 E.J. – É muito grande, porque todas aquelas pessoas que estavam ligadas a associação que trabalhou tanto naquele período, eles não tiveram um interesse de lutar por esta que está aí, uma luta que surgiu na mesma época da outra, mas que um grupo político que conseguiu fechar uma, tirar o poder de liminar de funcionamento, e abriu outra, mas com outro grupo, com outro interesse. E Segundo que a rádio comunitária hoje, ela não pode ter a oportunidade de fazer o trabalho realmente com aquela que ela foi criada, ela é dominada por grupos de pessoas e que as pessoas que estão participando, não todas seguem orientações, mas que elas não tem a mesma liberdade de expressão que nós tinha na outra rádio, porque as notícias interessava a cidade, as comunidades que hoje não está acontecendo como era antigamente.

E quando houve o interesse de formar pessoas para ingressar no campo da comunicação, hoje tem locutores todos são profissionais em rádio AM, FM e hoje ainda nos agradece aquele trabalho da gente não foi mais realizado. A emissora hoje não tem audiência, nós mesmos tinha mais de 80% e nas horas de pico quase uns 90% de audiência da cidade porque a programação era de interesse de todos, se fizer um estudo aí, tem 2% ou 5%, sei lá. Não há interesse nem da sociedade, nem das pessoas que trabalham na rádio e muito menos de quem coordena, controla a emissora. Então, resumindo tudo, eu acho que hoje, a emissora não tem liberdade e não está fazendo o papel para que foi criada a rádio comunitária.

4) Jackeline da Silva Nóbrega – estudante – ensino médio

E. – Jackeline você participa de algum movimento social ou associação em Santa Luzia?

J. – Mais ou menos, assim, às vezes.

E. – Você sintoniza a rádio 104?

J. – Han, ran!

E. – Qual programa você mais gosta na rádio?

J. – É o musical.

E. – E qual programa na rádio que você menos gosta?

J. – Eu não escuto muito a 104, só a tarde quando a FM (Vale Fm-comercial) tá passando jornal e coisas políticas.

E. – E qual programa você menos gosta?

J. – Só no domingo, eu não suporto Roberta Miranda.

E. – Na rádio 104 você já ouviu falar das comunidades quilombolas, dos sítios?

J. – Olha bem na rádio não, só quando tem aviso de alguma reunião, mas eu nunca ouvi nada sobre os quilombolas, não?

E. – O que para você falta na programação da rádio 104?

J. – Tudo. Por quê sempre passa mais música e nem sempre assim fala das coisas que estão acontecendo na cidade, só na FM (Vale) no programa de 12:30 passa o jornal sobre tudo que passa na redondeza.

E. – E para você, o que falta na rádio, debater política, social?

J. – Do social, porque em cada esquina o povo vive falando de política, mas de social, na 104 pouco se fala de política não, porque é comunitária, mas passa é mais música mesmo.

5) Janduí – aposentado

E. – o Sr. participa de algum movimento, associação em Santa Luzia?

J. – Não, só da Igreja, da missa.

E. – O Sr. ouve a rádio 104?

J. – Eu gosto mais da 101 (102.5 – Vale FM)

E. – E qual programa que o Sr. mais gosta? É o pela manhã dos violeiros?

J. – É esse mesmo, os violeiros.

E. – E qual (...)?

J. – Eu não entendo muito disso não. Eu não entendo não, só sei mesmo dos jornais e dos violeiros mesmo.

E. – O Sr. acha que a rádio cumpre com seu papel social, ela é de todos?

J. – Tá muito bom, tá ótimo. O que eu ouço tá ótimo, não tem do que reclamar, não.

E. – O que o Sr acha que tá faltando na rádio?

J. – Eu acho que o local tá suficiente para aquele lugar, precisava ser maior, mas para ela tá bom.

6) Jerônimo dos Santos Silva

E. – O Sr. ouve a rádio 104?

J. – Eu ouço a rádio 104, eu acho ela boa, ela é normal.

E. – E qual programa o Sr. prefere ouvir?

J. – É musica, né? Muitas músicas para se ouvir, porque sem a música a gente não pode viver.

E. – E qual programa o Sr. menos gosta?

J. – Olha, o que eu mais gosto é o político para a gente saber dos assuntos da cidade, sobre o político, sobre a vida é um exemplo para a cidade, E por nós vivemos numa cidade onde é provimentada por aquilo que não tem acontecido, é o desemprego, por exemplo, eu trabalho mas tem 10 pessoas que não trabalha.

E. – Então para você, a rádio não gosta de falar dos problemas da cidade?

J. - É só programa de música, não comenta os problemas da cidade, só se um político for e falar.

E. – O Sr. acha que a rádio tá cumprindo com o papel social aqui na cidade?

J. – Rapaz, depende de política, só quando eles vão falar sobre isso, realmente, ele (a rádio) tá bem, não tenho dúvidas sobre isto não.

E. – E para o Sr. o que falta na programação da rádio?

J. – Mais notícias e debates, né? Que realmente é o que o pessoal gosta, né, de notícia e debate. E eu digo ao Sr. muito obrigado por esta participação que tivemos aqui nessa tarde, e eu agradeço pelo seu nome que eu não sei. E. – É Marco. J. – Muito obrigado, Marco

7) Joaldo Silva – Sócio-Locutor da rádio 104 FM

E. – Há quanto tempo está no ar em Santa Luzia?

J. - A rádio já existe há sete anos e que completa no dia 07 de setembro aqui na comunidade de Santa Luzia.

E. – Como ela surgiu? Em sinal aberto, com caixas de som, difusora, como foi?

J. – Ela já conseguiu a concessão em sinal aberto em transmissão via rádio, mesmo.

E. – E de qual grupo foi a iniciativa de formar a rádio?

J. – Olha foi de uma associação de moradores que criou o conselho que viu a necessidade de criar essa rádio para trabalhar em prol da comunidade.

E. – E quantas horas de programação a rádio tem?

J. – Olha, mais de 5 horas, ela funciona das 06 da manhã às 07 da noite.

E. – A rádio 104 Fm é interligada à alguma rede de rádio, via satélite?

J. – Não, não, ela é exclusiva da cidade com a programação dela.

E. – E qual seria o programa de destaque na programação?

J. – Seria o programa esportivo que a gente para com um trabalho com o futebol amadorismo daqui.

E. – Quantas pessoas trabalham na rádio?

J. Atualmente são 8 locutores.

E. – Quem são na sua maioria? Amigos, associados?

J. – Olha, é o pessoal daqui da comunidade.

E. – Na manutenção da rádio, de onde se originam os apoios culturais?

J – Olha, em média é o comércio que dá o apoio para sustentação da rádio.

E. – Após esta longa caminhada da rádio, o que estaria faltando na rádio? Mais participação da comunidade? Mais comprometimentos?

J. – É precisa mais de participação da comunidade para manter mais a rádio em sintonia com a comunidade que está um pouco afastada.

E. – Você considera que a rádio é aberta à todos?

J. – Sim, ela é aberta à todos.

E. – Você tem conhecimento da Lei que regulamenta a rádio comunitária?

J. – Apenas através do estatuto da rádio que sempre temos em mãos e trabalhamos em cima dele.

E. – Você considera que a rádio está cumprindo com a lei?

J. – Está cumprindo com a Lei e é tanto que nós temos há sete anos e nem recebemos nenhuma notificação.

E. – Qual seria a sua formação?

J. – Eu tenho ensino médio completo.

E. – Por quê você ingressou na área da comunicação na rádio em Santa Luzia?

J. – Eu acho que para mim é uma realização minha e a rádio comunitária veio incrementar na área de comunicação.

E. – Joaldo, se aqui em Santa Luzia ou nas cidades vizinhas tivesse um curso de aperfeiçoamento técnico ou superior na área de comunicação?

J. – Ah, isso aí com certeza porque pra gente seria essencial, porque a rádio comunitária funciona como uma escola, um curso profissionalizante para a gente seria essencial.

8) João Bosco Andrade da Nóbrega

E. – Sr. João, o Sr. participa de algum movimento social ou comunitário em Santa Luzia?

J. – Só religioso.

E. – O Sr. costuma sintonizar a rádio 104?

J. – Todos os domingos.

E. – E qual programa você gosta de ouvir nos domingos?

J. – É o religioso, a missa. Um momento de paz, o programa.

E. – Qual seria o motivo do Sr. não ouvir a rádio no resto da semana?

J. – É questão de tempo, eu só to em casa mais no domingo, outros dias, eu não foi a 104 e outros. Pela manhã bem cedo eu só escuto o programa dos violeiros.

E. – Sr. João, o Sr. considera que a rádio tá cumprindo com o papel social aqui na cidade?

J. – Sim, eu diria que sim, todo mundo tem acesso, a população, as religiões, os violeiros, as camadas sociais de modo geral têm acesso.

E. – O Sr. já ouviu na rádio comentar sobre as comunidades, sítios, sobre a zona rural?

J. – Eu não sei, não sei informar, não.

E. – Na sua opinião, o que está na rádio comunitária?

J. – Olha mais participação local e que a direção divulgasse a importância da rádio comunitária, eu acho pouco a divulgação. Em relação à isso, levar à rádio as escolas.

E. – O Sr. sabia que existe uma Lei das rádio comunitárias?

J. – Não, mas falta divulgação.

E. – E qual seria a crítica ou elogio que o Sr. gostaria de fazer à rádio?

J. – O elogio que eu tenho para fazer é que a rádio tá sempre, as pessoas tem acesso à ela. E a crítica, falta uma divulgação em termos mais, não tem um programa da escola, eu não sei se a rádio não vai a escola ou se a escola não vai à rádio.

9) José (Eligênio)

E. – O Sr. ouve a rádio 104?

J. – Só pela parte da manhã quando eu tomo café só conferindo mesmo.

E. – E qual programa o Sr. menos gosta?

J. – Eu olho também o programa de esporte às 11 horas.

E. – O Sr. considera que a rádio cumpre com o social, ajuda a comunidade, ou não?

J. – Eu acho que precisa melhorar.

E. – O Sr. ouve na rádio o pessoal cumprimentar as comunidades, aos sítios?

J. – Dá, dá.

E. – E para o Sr. o que estaria faltando na rádio?

J. – Eu acho que falta mais debates mesmo. A comunidade debater com os problemas da cidade.

10) José Aderivaldo da Silva Nóbrega - ONG

E. – José, você participa de algum movimento comunitário, associação ou movimento político na cidade?

J. – Eu sempre fiz parte e faço dos movimentos pastorais e atualmente minha participação está mais forte na ONG Café Cultura, recém criada no município e tem atuação na área de educação popular, meio ambiente. É uma ONG recente mais que produz muitos projetos na área educacional e tem parcerias com outras entidades.

E. – Você costuma sintonizar a rádio 104?

J. – Escuto, não é muito freqüente, mas escuto.

E. – E qual programa você mais gosta de ouvir?

J. – Eu sempre escuto alguns programas da Igreja, do tipo pastoral da criança, isso é no fim de semana. Mas durante a semana são programas musicais.

E. – E qual programa você menos gosta de ouvir?

J. – Tem um programa musical veiculado pela manhã que tem uma pessoa que fica dando, fazendo horóscopo, dando mensagens.

E. – Nessa sua escuta, você já ouviu algum programa feito pelas comunidades rurais, sindicatos?

J. – O único programa em que você percebe que tem uma presença de movimentos organizados, é aquele programa coordenado pela Igreja. Aqui mesmo em Santa Luzia, existe a comunidade quilombola, mas não existe um programa do povo quilombola, um programa que representa as ações. Aqui não tem programa de sindicatos, é uma eventualidade ter um programa que precisa discutir programas relacionados ao cotidiano, tem um programa esportivo. Tem divulgação de festa de bairro, da Festa do Rosário são comunidades tipicamente marcadas pela presença dos negros, do grupo, mas não tem nenhum programa desse tipo.

E. – Você considera que a rádio tá cumprindo com seu papel social aqui na comunidade?

J. – Ela tem feito pouco no cumprimento disso, eu não vou dizer que ela cumpre (papel social) que ela ainda abre espaço para divulgar uma nota, um convite. Mas ela não tem em sua programação um tipo de programa que tenha essa participação do povo discutindo as questões as informações cotidianas. A parte de telejornalismo não tem nada. São programas isolados da Igreja Católica em sua maioria, tem o Espírita, de um ou duas igrejas evangélicas, o tipo de programação alternativa é tipo essa.

E. – Você tem conhecimento da existência de uma Lei que regulamenta esse tipo de rádio?

J. – Eu sei que a rádio deve abrir francamente o espaço, mas eu não tinha, eu não sei especificamente essa lei, eu nunca li nada sobre isto.

E. – Para você, o que seria que está faltando na programação da rádio 104?

J. – Você fica na expectativa de ter programas de debates e telejornais, e isso não existe. Inclusive não existe pessoal para isto, não existe pessoas se dispondo porque é uma ausência grande de espaços. O motivo eu não sei, mas é o grupo que dirige a rádio que tá impedindo as pessoas de usarem, ou a comunidade que está apática, talvez por desinformação dessa Lei. Chamar mesmo, deveria ter uma campanha para chamar

grupos, a se organizarem e terem seus programas, mas a gente não vê esse tipo de campanha educativa nesse sentido.

E. – E para você, o que seria este empecilho que impede a participação das pessoas?

J. – Não se sabe quem é essa associação responsável pela emissora. A gente consegue identificar algumas pessoas que estão a frente da rádio, mas não consegue identificar uma associação, uma entidade comunitária. Deveria ter um órgão da direção que deveria ser composto por vários membros da sociedade. Parece mesmo que é um grupo, inclusive pela própria história de formação da rádio. Ela surgiu em Santa Luzia fruto de uma disputa com outra rádio que tinha, que era a antiga Rádio Aruanda. Na verdade era mantida pela Igreja, mas tinha uma programação agitada, tinha telejornais, debates diários, mas tiraram do ar alegando influências ideológicas. Aí entra no ar a Rádio Santa Luzia com um perfil totalmente diferente, se não fosse os programas religiosos você não teria nenhum espaço, mas não se fala tanto de Santa Luzia, são apenas mensagens, a exemplo dos grupos carismáticos que não tem a interesse de tá discutindo os problemas da realidade. O objetivo da rádio é toca músicas de uma emissora de afirmação comunitária e cujo objetivo não é ter programa de debate ou críticos de debates. Se configura com um grupo que controla a rádio e os novos espaços que surjam, inviabilizando a formação de outra rádio no entorno da cidade.

11) José Alves de Souza

E. – O Sr. participa de algum movimento social ou de Igreja na cidade?

J.A. – Só mesmo a Católica.

E.- O Sr. gosta de ouvir a 104?

J.A.- Gosto, quando eu tenho um tempo assim, a parte de manhã, quando tem cantoria eu aprecio, mas tudo dela é boa.

E. – E qual programa o Sr. mais gosta na rádio?

J.A. – O político eu não gosto não. O musical é bom e o jornal também. Até de televisão é de notícia que eu gosto mesmo.

E. – Sr. José, o pessoal da rádio falam das comunidades ao redor da cidade ou só do centro?

J.A. – Não, eles falam muito das comunidade, porque a comunidade ouço muito ela. Eu moro nos sítios e é ela a primeira que sintonizo, todo mundo liga.

E. – O Sr. acha que a rádio cumpre com o papel social, ajuda a comunidade, de interação?

J.A. – Não, ela tá boa, porque reclamação sempre sai.

E. – Para o Sr. o que estaria faltando na programação da rádio?

J.A. – Tá precisando melhorar, porque o pessoal ouve mais a 101.

E. – E o Sr. sabe dizer porquê se houve mais a 101?

J.A. – Rapaz eu nem sei, é porque a programação tem mais, tem mais programação do que daqui. É isso mesmo. Mas bem cedo, pelo pessoal do sítio, ouço mais essa (104) do que a outra (101).

12) José Almeida da Silva

J. – O programa que eu mais gosto é o da cantoria, é de “Noaldo” no dia se sábado, das seis horas.

E. – E qual programa o Sr. não gosta de ouvir?

J. – É o político, do político eu não gosto muito não. E o político que eu gosto é o mesmo que a gente vem, num sabe?

E. – O Sr. já ouviu na rádio comentarem sobre as comunidades, os sítios, as redondezas da cidade?

J. – Não, sempre cumprimenta esse povo de lá.

E. – Sr. José, o Sr. acha que rádio cumpre com seu papel social aqui na cidade, ela interage?

J. – Tá mais ou menos.

E. – E para o Sr. o que estaria faltando na rádio?

J. – Menos política e mais debates, é melhor ser mais ainda do que é, num sabe? Pra melhor.

13) José Robson.- 19 – ensino médio

E. – Você participa de algum movimento, associação comunitária, de Igreja?

J. – De Igreja participo.

E. – Você ouve a rádio 104?

J. – Escuto.

E. – E qual programa você mais gosta de ouvir na rádio?

J. – É o de Manoel Inácio, de manhã, é musical.

E. – José, qual é o programa que você menos gosta?

J. – É o político, eu não gosto não.

E. – Você alguma vez na rádio ouvir comentar sobre as comunidades, os sítios?

J. – Já, já. Das comunidades já. É sempre em quase todos os programas.

E. – Você considera que a rádio tá cumprindo com o papel social aqui na cidade?

J. – Sim.

E.- José tem conhecimento que existe uma Lei das rádios comunitárias? Alguma vez já divulgaram?

J. – Não, nunca divulgaram.

E.- Na sua opinião, o que estaria faltando na programação da rádio 104?

J. – Mais participação da cidade, tá precisando disso mesmo.

14) Luzia Araújo da Silva

E. – A Sra. participa de algum movimento, associação ou de Igreja na cidade?

L. – Só da Igreja Evangélica todo domingo.

E. – E qual programa a Sra. menos gosta? O que faz a Sra. só ouvir no domingo?

L. – Eu não escuto outro, então eu só escuto o Rota 102 (Rádio comercial), assim, noticiário da cidade e outros eu não escuto nada. Eu nem sei dizer. Eu sou muito desatualizada.

E. – O pessoal da rádio fala do pessoal das comunidades, dos sítios ou só da cidade?

L. – Às vezes fala.

E. – Na opinião da Sra. o que falta na rádio? O que faz a Sra. só ouvir no domingo?

L. – Por causa que não tem nenhum programa que agrada, as músicas que sai, nem Jesus pode escutar. E por isso mesmo, e eu nem sei informar o que tá ruim ou que tá bom, não? O povo não ganha dinheiro, aí tá (...) – risos.

15) M.F.

E. – Você é participante de algum movimento comunitário, político ou de Igreja aqui na cidade?

M. – Não.

E.- Você costuma ouvir a rádio 104?

M. – Costumo, é só às vezes. Não é sempre, mas escuto.

E. – E qual programa você mais gosta de ouvir?

M. – É de músicas.

E. – E qual você não ouve? O Político?

M. – É o político.

E. – Alguma vez você ouviu a rádio comentar sobre as comunidades aqui vizinhas, ou só fala do centro da cidade?

M. – Eu já ouvir falar em geral.

E. – Você considera que a rádio cumpre com seu papel social aqui na cidade?

M. – Eu acho que sim.

E. – Na sua opinião, o que poderia está faltando na programação da rádio 104 que atraia todos da cidade?

M. – Eu acho que é mais debate. Eu não tenho tempo de escutar direto a rádio e eu não saberia de dizer o defeito mesmo da rádio.

16) Reja – Mara

E. – Você participa de algum movimento, associação, Igreja?

M. – Não, nenhum.

E. – Costuma sintonizar a rádio 104?

M. – Com certeza.

E. – E qual é o programa que você mais gosta na rádio?

M. – É o de seis horas na noite, é música.

E. – O pessoal na rádio comenta sobre os sítios, comunidades, ou somente do centro?

M. – Não, fala de todo mundo. A região inteira eles fala.

E. – Você acha que a rádio tá cumprindo com o papel social aqui na cidade?

M. – Mais ou menos

E. – A Sra. sabia que existe uma Lei que regulamenta a rádio, que todos devem participar? Já divulgaram?

M. – Não, não.

E. – Para você o que seria que está faltando na rádio? Mais notícias, debates?

M. – Mais debates, né. O desemprego, aqui não tem emprego pra ninguém, tá demais.

17) Natan Araújo Lira

E. – O Sr. participa de algum movimento, associação ou Igreja na cidade?

N. – Participo (religioso)

E. – Você sintoniza a rádio 104?

N. – Só no programa de domingo. Uma vez por semana.

E. – O programa que o Sr. mais gosta é o religioso?

N. – É, é. Eu faço parte.

E. – E qual seria o que não o agrada na rádio?

N. – Eu não sei porque não conheço os tipos de programa que tem na rádio. Aí, eu não sei dizer o que eu menos gosto.

E. – Você acha que a rádio em Santa Luzia cumpre com seu papel social aqui na cidade?

N. – Eu acho que (...). Qual é a pergunta mesmo? (repetido). Tá, está cumprindo, sim.

E. – Na sua opinião, o que está faltando na rádio 104?

N. – Eu acho que o que tá faltando é um bom patrocínio lá, porque os profissionais são bem preparados na minha opinião. Se tivesse mais um incentivo assim, de um patrocínio melhor. Eles lá não ganha, eles não tem salário não, eles vivem do patrocínio

outro aqui, outro acolá. Então eles fazem muito pelo amor, nem tanto pelo dinheiro, porque não ganha nada.

18) Nivaldo Figueiredo

E. – O Sr. participa de algum movimento social, associação, de Igreja?

N. – Às vezes, às vezes eu participo. Mas o programa que eu mais gosto é o de Gilson Araújo, da tarde. É musical, é muito bom.

E. – E qual programa o Sr. não gosta?

N. – Eu gosto mais do evangélico, porque fala da palavra de Deus. Eu não gosto do programa de Viola pela manhã, num gosto não.

E. – O Sr. acha que a rádio tá cumprindo com o papel social aqui na cidade?

N. – Rapaz, eu acha que tá. Pra mim tá, num sei pros outros.

E. – E o que estaria faltando na rádio comunitária?

N.- Para falar a verdade pelo menos ela tá. Uma diretora competente que valha a pena, e pra mim, eu não tenho nada contra ela, não. Exatamente. Eu não tenho nada contra ela.

19) Severina Lucas de Medeiros – aposentada

E. – A Sra. participa de algum movimento, associação ou Igreja na cidade?

S. – Não. Só da Igreja Católica.

E. – A Sra. costuma ouvir a rádio 104?

S. – Sim, costume.

E. – E qual programa a Sra. mais gosta?

S. – Sim, é no domingo de Antônio Farias, na semana de Maria das Graças (Gracinha) e Valbéria e Manoel Inácio, só os programas que ouço. Música e religioso.

E. – E o que a Sra. não gosta de ouvir na rádio?

S. – Eu não. Eu gosto de todos. Dos outros eu não sei, não tenho tempo

E. – A Sra. ouve na rádio falarem das comunidades, dos sítios ao redor de Santa Luzia?

S. – Não, eles falam da comunidade, é.

E. – A Sra. acha que a rádio tá cumprindo com o papel social aqui na cidade?

S. – O povo gosta muito de ligar, dos programas, gostam muito.

E. – Para a Sra. o que estaria faltando na rádio?

S. – Bem, eu não sei informar porque eu pouco saio, desse caso eu não sei. Falta o povo fazer alguma coisa para a rádio, né? Para não faltar por aqui foi muito bom, não faltar música. Só sei que eles são todos meus amigos, os locutor de lá, são tudo gente boa, são uns amigos, viu? Um povo bom.

20) Verônica

E. – Você participa de algum movimento na cidade, de Igreja, associação?

V. – Só a Igreja mesmo.

E. – Você costuma sintonizar a rádio 104?

V. – Sim.

E. – Qual é o programa que a Sra. mais gosta na rádio?

V. – É de música.

E. – E qual programa você menos gosta?

V. – É o político.

E. – Alguma vez na rádio já ouviu o pessoal falar sobre os sítios, as comunidades como a do Talhado? Ou somente aqui do centro?

V. – É, eles fala em geral, sabe?

E. – Você considera que a rádio tá cumprindo com o papel social aqui na cidade?

V. – Sim.

E.- Para você o que estaria faltando na rádio 104?

V. – Eu acho assim, mais notícias.

21) Menininho

E. – Você gosta de ouvir da rádio 104?

M. – Gosto.

E. – E qual programa que você mais gosta na rádio?

M. – De música.

E. – E qual programa você menos gosta?

M. – De forró. E. – De forró? M. – Não. E. – É o político, religioso?

M. – É o religioso.

E. – Você já ouviu na rádio falarem das comunidades da cidade?

M. – Já.

E. – Para você o que está faltando na rádio?

M. - Falar de todas as coisas de Santa Luzia, as notícias.

Comentários dos jovens sobre a rádio 104 – informal

“É muito rock n’roll só rock, rock. Muita música. E a outra Vale FM só tem propaganda, muito intervalo, também a 104 também tem muito intervalo, mas como as músicas são ruins, aí é melhor eles fazerem o intervalo”

“Mas do que a gente ligava e dizia. Eu mesmo já liguei muitas vezes e perguntava se eles não queriam que eu levasse os meus CDs para tocar lá, porque os meus CDs era melhor, tu acredita?”

“A realidade não presta, não passa música que preste e só passa rock e o pessoal não sabe falar”

“Na 104, os caras tocam as violas, mas quando eu ligo alguma vez para escutar. Mas não são eles cantando, quando eles botam um cd de um cara que canta bem, aí faz alguma coisa aí, mas eles querem fazer verso sem saber porra nenhuma e acaba cagando tudo, aí não faz merda nenhuma. Agora audiência muita tem, se contar o tanto de velho que tem em Santa Luzia, mas não é só velho não”

“Agora se colocasse uns locutores bons, de voz bonita e tal. Não, sabe o que é o problema? É porque eles querem falar demais, se achando e acabam sem saber fazer nada. Ficam se amostrando demais. Eles querem ser o que eles não são, eles não é a pessoa mesmo, eles querem imitar as vozes de outras pessoas, aí acaba ficando ridículo. Aí tem um tal de Gil bicinho, que Ave-Maria, que trabalhava lá, que ele engrossava tanto a voz que a gente não entendia mais nada que aquele homi tava dizendo”

Zona rural – comunidades

22) Gilvaneide – Pedagoga – Talhado

G. - Fala mais do quilombo de baixo, que é o quilombo do galpão, lá em São José. Lá quando tem algum acontecimento eles falam mais de lá.

E. – A rádio já falou alguma vez sobre o Talhado, as comunidades?

G. - Quando alguém manda ou oferece música para alguém, alguém que tá aniversariando e manda uma música para o pessoal do Talhado. Mas assim, eles falam, mas só isso mesmo, falar só por falar.

E. – Mas e os programas, aqui tem muito tocador de forró, eles já chamaram alguma vez?

G. - Eu não me lembro se foi em 2006 ou 2007 quando todos os sanfoneiros foram convidados para uma apresentação na rádio, mas nunca mais chamaram, só uma vez mesmo, nunca mais chamaram.

E. – O que seria mais urgente de necessidade aqui na escola?

G. - Eu luto muito por essa comunidade, assim em termos de educação, até meu marido reclama que eu sou muito na escola e abandona a casa. Eu digo a ele, eu tenho que fazer meu trabalho bem feito porque esses meninos vão estudar em outras escolas e a realidade urbana é muito diferente.

23) Maria do Céu - Sobre as rádios locais – conversa informal

“A comunitária se a gente precisar dela para alguma coisa, para um aviso, ela tá disponível”;

“Na Vale também na hora que a gente precisa para colocar um aviso, de alguma coisa que acontecer na comunidade, eu não pago também”;

“Já, tanto na 104 como na 102 já chamaram para tocar na rádio, principalmente os trios de forró do Talhado”;

“Eles queriam que a gente fizesse, mas não me interessei muito não. Eu tenho alergia a microfone, eu não gosto muito não”

24) Sr. Nilton e Sebastião – conversa informal

“Rapaz na semana passada na missa lá em Manoel de Elias, no sábado, tinha mais candidato a vereador do que gente rezando.”

“E digo mais, e tudo pegando na mão, nem deixe o povo benzer, agora é tudo, é motor, plantação, tudo. Agora quando ganha some tudinho.”

“Aí se esquece do pobre que só serve para sofrer. Aí quando tá com o poder na mão, nunca mais vem por aqui”.

APÊNDICE III

Entrevistas opção escrita

Alagoa Grande

Mod.2 (população geral – centro urbano) *Alagoa Grande*Data: *30/08/2008*Entrevistado: *E. Virginia Dutra*

Horário: _____

Idade: *41*

Sexo: () M (x) F

Instrução: () E. F. () E. M (x) E. S ()

Renda: _____

O Sr (a) participa ou é simpatizante de alguma associação comunitária ou política? () Sim
(x) Não

1) Sr (a) ouve rádio? Qual frequência?

(x) 1 vez ao dia () +4 () outro? _____
() 3 vezes ao dia () +5

2) O Sr. (a) costuma sintonizar a rádio (x)?

() sim (x) não () às vezes *cultura*

3) Qual o programa o Sr (a) mais gosta?

() político () esportes () outros? Qual? _____
() musical () noticiário (x) religioso

4) O que o Sr. (a) não gosta na rádio comunitária?

() qualidade do sinal () músicas () outras? Qual? _____
() programação (x) política

5) O Sr. (a) já ouviu na rádio algum programa com o pessoal da comunidade quilombola (x)?

Caso "não" seguir para a 7ª

() sim (x) não

6) Caso sim. Em que momentos?

() religioso () político () outros? Qual? _____

() social () esportivo

Quando? Em que período do ano? () início () meio () final de ano

7) O Sr. (a) considera que a rádio está cumprindo com a sua função social para a comunidade?

() Sim () Não (x) Parcialmente

8) O Sr (a) tem o conhecimento da lei que regulamenta a rádio comunitária?

() Sim () Não

9) Pela lei, em que porcentagem a Sr (a) acha que a rádio está cumprindo?

() Nenhuma () pouca (x) razoável
() boa () muita

8) Na sua opinião, o que está faltando na programação da rádio?

(x) notícias da comunidade () debates () participação local
() qualidade técnica () outra? _____

Mod.2 (população geral – centro urbano)

Aureo Grande

Data: ____/____/2008

Horário: ____:

Entrevistado: Guany Chingstone

Sexo: () M (x) F

Idade: 32

Instrução: () E. F. () E. M () E. S (x)

Renda: _____

O Sr (a) participa ou é simpatizante de alguma associação comunitária ou política? () Sim

() Não

1) Sr (a) ouve rádio? Qual frequência?

(x) 1 vez ao dia

() +4

() outro? _____

() 3 vezes ao dia

() +5

2) O Sr. (a) costuma sintonizar a rádio (x)?

(x) sim

() não

() às vezes

3) Qual o programa o Sr (a) mais gosta?

() político

() esportes

() outros? Qual? _____

() musical

() noticiário

(x) religioso

4) O que o Sr. (a) não gosta na rádio comunitária?

(x) qualidade do sinal

() músicas

() outras? Qual? _____

() programação

() política

5) O Sr. (a) já ouviu na rádio algum programa com o pessoal da comunidade quilombola (x)?

Caso “não” seguir para a 7ª

() sim

(x) não

6) Caso sim. Em que momentos?

() religioso

() político

() outros? Qual? _____

() social

() esportivo

Quando? Em que período do ano? () início () meio () final de ano

7) O Sr. (a) considera que a rádio está cumprindo com a sua função social para a comunidade?

() Sim

() Não

(x) Parcialmente

8) O Sr (a) tem o conhecimento da lei que regulamenta a rádio comunitária?

() Sim

(x) Não

9) Pela lei, em que porcentagem a Sr (a) acha que a rádio está cumprindo?

() Nenhuma

() pouca

(x) razoável

() boa

() muita

8) Na sua opinião, o que está faltando na programação da rádio?

() notícias da comunidade

(x) debates

() participação local

() qualidade técnica

() outra? _____

Mod.2 (população geral – centro urbano)

Alagoas Grande

Data: 30 / 08 / 2008

Horário: _____

Entrevistado: Sandra D. Ferreira

Sexo: () M (x) F

Idade: 23

Instrução: () E. F. () E. M () E. S ()

Renda: _____

O Sr (a) participa ou é simpatizante de alguma associação comunitária ou política? () Sim

(x) Não

1) Sr (a) ouve rádio? Qual frequência?

(x) 1 vez ao dia

() +4

() outro? _____

() 3 vezes ao dia

() +5

2) O Sr. (a) costuma sintonizar a rádio (x)?

(x) sim

() não

() às vezes

3) Qual o programa o Sr (a) mais gosta?

() político

() esportes

() outros? Qual? _____

(x) musical

() noticiário

() religioso

4) O que o Sr. (a) não gosta na rádio comunitária?

() qualidade do sinal

() músicas

() outras? Qual? _____

(x) programação

() política

5) O Sr. (a) já ouviu na rádio algum programa com o pessoal da comunidade quilombola (x)?

Caso "não" seguir para a 7ª

() sim

(x) não

6) Caso sim. Em que momentos?

() religioso

() político

() outros? Qual? _____

() social

() esportivo

Quando? Em que período do ano? () início () meio () final de ano

7) O Sr. (a) considera que a rádio está cumprindo com a sua função social para a comunidade?

(x) Sim

() Não

() Parcialmente

8) O Sr (a) tem o conhecimento da lei que regulamenta a rádio comunitária?

() Sim

(x) Não

9) Pela lei, em que porcentagem a Sr (a) acha que a rádio está cumprindo?

() Nenhuma

() pouca

() razoável

() boa

() muita

8) Na sua opinião, o que está faltando na programação da rádio?

() notícias da comunidade

() debates

(x) participação local

() qualidade técnica

() outra? _____

Santa Luzia

Mod.2 (população geral – centro urbano) *Santa Luzia*

Data: *02 / 09 / 2008*

Horário: _____

Entrevistado: *J.R.S*

Sexo: () M (X) F

Idade: *22*

Instrução: () E. F. (X) E. M () E. S ()

Renda: _____

O Sr (a) participa ou é simpatizante de alguma associação comunitária ou política? () Sim
(X) Não

1) Sr (a) ouve rádio? Qual frequência?

() 1 vez ao dia

() +4

(X) outro? *1 vez no domingo*

() 3 vezes ao dia

() +5

2) O Sr. (a) costuma sintonizar a rádio (x)?

() sim

() não

(X) às vezes

3) Qual o programa o Sr (a) mais gosta?

() político

() esportes

(X) outros? Qual? *Evangelico*

() musical

() noticiário

() religioso

4) O que o Sr. (a) não gosta na rádio comunitária?

() qualidade do sinal

() músicas

() outras? Qual? _____

(X) programação

() política

5) O Sr. (a) já ouviu na rádio algum programa com o pessoal da comunidade quilombola (x)?

Caso "não" seguir para a 7ª

(X) sim

() não

6) Caso sim. Em que momentos?

() religioso

() político

() outros? Qual? _____

(X) social

() esportivo

Quando? Em que período do ano? () início

(X) meio

() final de ano

7) O Sr. (a) considera que a rádio está cumprindo com a sua função social para a comunidade?

(X) Sim

() Não

() Parcialmente

8) O Sr (a) tem o conhecimento da lei que regulamenta a rádio comunitária?

(X) Sim

() Não

9) Pela lei, em que porcentagem a Sr (a) acha que a rádio está cumprindo?

() Nenhuma

() pouca

() razoável

(X) boa

() muita

8) Na sua opinião, o que está faltando na programação da rádio?

() notícias da comunidade

() debates

() participação local

() qualidade técnica

(X) outra? *falar mais do amor de Deus para os homens.*

Mod.2 (população geral – centro urbano)

Santos Luzia

Data: ____/____/2008

Horário: ____:

Entrevistado: M.F.M.B.

Sexo: () M (x) F

Idade: 50 anos

Instrução: () E. F. () E. M () E. S (x)

Renda: _____

O Sr (a) participa ou é simpatizante de alguma associação comunitária ou política? (x) Sim

() Não

1) Sr (a) ouve rádio? Qual frequência?

() 1 vez ao dia

() +4

(x) outro? aos domingos

() 3 vezes ao dia

() +5

2) O Sr. (a) costuma sintonizar a rádio (x)?

() sim

() não

(x) às vezes

3) Qual o programa o Sr (a) mais gosta?

() político

() esportes

(x) outros? Qual? Espírito

() musical

() noticiário

() religioso

4) O que o Sr. (a) não gosta na rádio comunitária?

() qualidade do sinal

() músicas

() outras? Qual? _____

(x) programação

() política

5) O Sr. (a) já ouviu na rádio algum programa com o pessoal da comunidade quilombola (x)?

Caso "não" seguir para a 7ª

() sim

() não

6) Caso sim. Em que momentos?

(x) religioso

() político

() outros? Qual? _____

() social

() esportivo

Quando? Em que período do ano? () início

(x) meio

() final de ano

7) O Sr. (a) considera que a rádio está cumprindo com a sua função social para a comunidade?

() Sim

() Não

(x) Parcialmente

8) O Sr (a) tem o conhecimento da lei que regulamenta a rádio comunitária?

() Sim

(x) Não

9) Pela lei, em que porcentagem a Sr (a) acha que a rádio está cumprindo?

() Nenhuma

() pouca

() razoável

() boa

() muita

8) Na sua opinião, o que está faltando na programação da rádio?

() notícias da comunidade

(x) debates

() participação local

() qualidade técnica

() outra? _____

APÊNDICE IV

TABELAS FUNÇÕES SPSS

1) Sexo dos entrevistados nas três cidades

sexo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculino	33	49,3	49,3	49,3
	Feminino	34	50,7	50,7	100,0
	Total	67	100,0	100,0	

2) 9ª pergunta: Qual o programa o Sr (a) mais gosta?

prog * centro Crosstabulation

			centro		Total
			Comunidade	Centro Urbano	
prog	musical	Count	3	20	23
		% within centro	30,0%	38,5%	37,1%
	noticiário	Count	3	1	4
		% within centro	30,0%	1,9%	6,5%
	Outros	Count	0	4	4
		% within centro	,0%	7,7%	6,5%
	religioso	Count	3	12	15
		% within centro	30,0%	23,1%	24,2%
	Musical e político	Count	0	2	2
		% within centro	,0%	3,8%	3,2%
	Musical e esportes	Count	0	2	2
		% within centro	,0%	3,8%	3,2%
	Musical e notícias	Count	0	4	4
		% within centro	,0%	7,7%	6,5%
	Musical e religioso	Count	1	4	5
		% within centro	10,0%	7,7%	8,1%
Total		Count	10	52	62
		% within centro	100,0%	100,0%	100,0%

3) 7ª pergunta: O Sr. (a) costuma sintonizar a rádio comunitária (Sorriso da Serra, Piemonte e Santa Luzia FM)?

sint * comunidade Crosstabulation

			comunidade			Total
			Alagoa Grande	Santa Luzia	Serra Redonda	
sint	Sim	Count	17	20	22	59
		% within comunidade	89,5%	87,0%	95,7%	90,8%
	Não	Count	1	0	0	1
		% within comunidade	5,3%	,0%	,0%	1,5%
	as vezes	Count	1	3	1	5
		% within comunidade	5,3%	13,0%	4,3%	7,7%
Total	Count	19	23	23	65	
	% within comunidade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

4) 10ª pergunta: O Sr. (a) considera que a rádio está cumprindo com a sua função social

func * centro Crosstabulation

			centro		Total
			Comunidade	Centro Urbano	
func	Sim	Count	2	28	30
		% within centro	25,0%	57,1%	52,6%
	Não	Count	4	3	7
		% within centro	50,0%	6,1%	12,3%
	parcialmente	Count	2	18	20
		% within centro	25,0%	36,7%	35,1%
Total	Count	8	49	57	
	% within centro	100,0%	100,0%	100,0%	

para a comunidade?

5) Nível de instrução dos entrevistados:

instrução

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ens. Fundamental	18	26,9	38,3	38,3
	Ens. Médio	17	25,4	36,2	74,5
	Ens. Superior	12	17,9	25,5	100,0
	Total	47	70,1	100,0	
Missing	System	20	29,9		
Total		67	100,0		

APÊNDICE V

A História das Rádios contada pelos protagonistas
1) Rádio Comunitária Sorriso da Serra – Serra Redonda

Narrada por Valquíria da farmácia.

A história da rádio foi assim, tinha um padre, um padre, o Padre João que faz um ano que faleceu que era um pessoa respeitadíssima não só por Serra Redonda como pelas comunidades vizinhas, como Riachão do Bacamarte, Serra Rajada, Ingá, Massaranduba, entre outras localidades vizinhas. Então ele era Belga só que já fazia muitos anos que ele vivia por aqui. Eu acredito que uma base de uns trinta anos. Era o tipo assim, o Papa era para o Brasil, e Padre João era para aqui, por que Padre João ia para a Bélgica e ele trazia donativos, inclusive financeiros para a população carente daqui.

A maioria do pessoal pobre daqui tinha Padre João como Deus, por que ele não dava um não para ninguém. Ele sempre foi assim, passava dois meses na Bélgica e sempre voltava, mas ele tinha um sonho de fundar uma rádio comunitária. Foi fundada ainda com vida e ele quem deu o nome da rádio, Rádio Sorriso da Serra, porque ele dizia que sorriso transmitia alegria, então foi ele quem fundou e colocou a Rádio Sorriso da Serra, inclusive tem uma foto dele dentro da Rádio Sorriso. E faz um ano que ele faleceu e inclusive o túmulo dele ficou aqui de frente para a Igreja. Então é uma história muito bonita. A Rádio não teve patrocínio de ninguém, somente Padre João com Nivaldo que era prefeito daqui, e hoje, ele é evangélico, era católico. E todo procedimento financeiro foi Padre João quem montou, o local onde funciona a Rádio é da Prefeitura que foi doado para a rádio comunitária.

Mas quem fundou foi Padre João. Inclusive o nome dele é bem difícil, “Gerons” sei lá o quê, tá lá na placa. Então assim, como na época ele tinha esse sonho e era muito amigo desses pais de Nivaldo que era prefeito e são muito idosos, então Nivaldo ficou como administrador, então Nivaldo entrou aí. Por isso, como Nivaldo era político, a oposição caiu em cima, porque não tinha nada haver com política, na realidade era um sonho do Padre João, não tinha nada haver com política. Aí pouco tempo antes de ele ir, começou as picuinhas sobre Nivaldo que era político na época, mas que na verdade não era um sonho de políticos, mas de Padre João.

2) Rádio Comunitária Piemonte FM – Alagoa Grande

Narrada por Marcos Piemonte

A rádio Piemonte FM ela surgiu através de uma posse comunitária através de caixinhas de som em 1997 e de lá para cá estamos lutando e já faz exatamente 11 anos, entramos na luta de rádio comunitária, sofremos perseguições, denúncias, a Polícia Federal e a Anatel vinha nos apreendia, tirava do ar e na teimosia entrávamos novamente no ar e assim conseguimos legalizar e oficializar, então recebemos a carta de outorga em 2004 já faz 4 anos que estamos legalizados e oficializados. Então foi uma luta muito grande dos companheiros Sátiro Coelho, Ex-Secretário Edjailson Barbosa, Ed Medeiros, (***) Silva e demais companheiros aqui na Rádio Piemonte FM. Foi uma luta muito grande e conseguimos vencer e, hoje estamos em paz, oficializada, funcionamos das 05 da manhã a meia noite com a programação bastante elevada e muito ouvida, muita música, religiosa, católica, de todos que vem a entreter, ajudar nosso público.

3) Rádio Aruanda (substituída pela atual 104FM) – Santa Luzia

Narrada pelo Sr. Edimar José da Nóbrega

A história da nossa rádio comunitária iniciou-se quando a gente, eu do movimento sindical e outras entidades fazíamos um trabalho de organização do trabalhador e tinha o interesse de comunicação, comunicar as notícias ligada ao campo, a cidade, enfim, de modo geral. Daí surgiu com a criação da Pastoral Social que era ligada a Igreja Católica e eu fazia parte. Então um dos integrantes desse grupo de trabalho, ele foi participar de um congresso em Fortaleza e ele viu como poderia fazer para instalar uma rádio comunitária, daí veio o interesse. Quando ele voltou e como a gente já tinha vontade de montar uma rádio, a gente conversou e iniciou a luta para conseguir criar essa associação de radiodifusão, enfim, cuidar do processo burocrático. Então, a gente ligado à Pastoral fortaleceu mais o trabalho e a gente conseguiu e fundamos essa associação com muitas pessoas e todas voluntárias, daí conseguimos na

Justiça Comum uma liminar junto ao funcionamento, porque o processo tinha sido encaminhado à Brasília feito na Anatel e tava demorando muito.

Então, o juiz concedeu uma liminar e a gente pôs a rádio no ar, na época eu fazia parte da direção e mais cinco membros que administravam os trabalhos internos, mas todo um trabalho da comunidade ligada a associação, eu era diretor de notícias e começou a funcionar bem com a continuidade do trabalho que estava divulgando as notícias do município, então pessoas que não tinham esse interesse, então começou todo um trabalho de perseguição e conseguiu na Justiça Federal fechar a nossa rádio, com um bom tempo de trabalho nós fomos obrigados a fechar a rádio e não pudemos mais botar no ar e com isso todo o grupo foi se dispersando e todo equipamento a gente guardou na esperança de voltar, mas depois de muito tempo de esperança e de luta para conseguir que o grupo se dispersou de tal maneira que não houve mais o interesse e daí partiu as dificuldades, não tivemos mais uma rádio para divulgar nossas notícias, fazer aquele trabalho de formação de pessoas, locutores, de pessoas que queriam fazer meio de comunicação, que não conseguimos mais. Depois desse período perdeu-se e não houve mais possibilidades dessa rádio voltar mais, não houve mais interesse ou grupo que assumisse aquele trabalho anterior.

O equipamento está guardado na casa do presidente da associação, todo equipamento, a torre continua lá no prédio que pertence a Igreja Católica, e a maior dificuldade agora é a legislação que impede que se faça uma rádio há mil metros de distância de uma torre para outra e aqui fica um pouco difícil, pois teríamos que colocar a rádio quase fora da cidade, mas todo equipamento está guardado esperando oportunidade.